

FACULDADE LATINO-AMERICANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

MAILSON SANTOS PEREIRA

GESTÕES PETISTAS BAIANAS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE:
narrativas dessas relações

São Paulo
2022

Mailson Santos Pereira

GESTÕES PETISTAS BAIANAS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE: narrativas dessas relações

Dissertação apresentada ao curso Maestría Estado, Gobierno y Políticas Públicas da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais e Fundação Perseu Abramo, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Magíster en Estado, Gobierno y Políticas Públicas.

Orientadora: Dra. Marcia Pereira Cunha

São Paulo
2022

FICHA CATALOGRÁFICA

PEREIRA, Mailson Santos

Gestões Petistas Baianas e as Políticas Públicas de Juventude: narrativas dessas relações / Mailson Santos Pereira. São Paulo: FLACSO/FPA, 2022.

162 f.: il.

Dissertação (Magíster en Estado, Gobierno y Políticas Públicas), Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, Fundação Perseu Abramo, Maestría Estado, Gobierno y Políticas Públicas, 2022.

Orientador/a: Márcia Pereira Cunha

Inclui bibliografia.

1. Políticas Públicas. 2. Políticas Públicas de Juventudes. 3. Partido dos Trabalhadores. 4. Atores Políticos. I. Cunha, Márcia Pereira. II. Gestões Petistas Baianas e as Políticas Públicas de Juventude: narrativas dessas relações.

Mailson Santos Pereira

GESTÕES PETISTAS BAIANAS E AS
POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE:
narrativas dessas relações

Dissertação apresentada ao curso
Maestría Estado, Gobierno y Políticas
Públicas da Faculdade Latino-Americana
de Ciências Sociais, Fundação Perseu
Abramo, como parte dos requisitos
necessários à obtenção do título de
Magíster en Estado, Gobierno y Políticas
Públicas.

Aprovada em 20 de janeiro de 2022

Profa. Dra. Marcia Pereira Cunha (Orientadora)
FLACSO Brasil/FPA

Prof. Dr. Eduardo Tadeu Pereira (Examinador Interno - titular)
FLACSO Brasil/FPA

Profa. Dra. Daniela Abreu Matos (Examinadora Externo - titular)
PPGCOM/UFRB

DEDICATÓRIA

Dedico esta dissertação as Pastorais da Juventude do Brasil, presentes no Regional NE3 – BA/SE, que foram a minha escola de formação política e a coletividade por meio da qual pude me inserir e acompanhar as políticas públicas de juventude em âmbito estadual baiano a partir de 2012.

Dedico este trabalho ainda a cada jovem que encontrei no meu percurso de militância e de atuação profissional, principalmente os jovens que acompanhei no PROJovem Adolescente, no município de Amargosa-BA.

Em especial, quero dedicar esta dissertação a uma amiga querida que as pastorais da juventude me permitiram conhecer, acompanhar na representação de nossa organização juvenil que ela fez no CEJUVE/BA e depois, tê-la no rol de minhas amigas para o resto da vida. Uma verdadeira amiga e irmã que a vida e as pastorais da juventude me deram, com quem sigo compartilhando o desejo de Outro Mundo Possível para as juventudes baianas, as inquietações políticas de nossa realidade atual, buscando sempre fazer de nossas vidas uma ação contínua, por onde formos, em defesa das vidas dos jovens: à Michelle do Nascimento Vieira eu dedico este texto.

AGRADECIMENTOS

E a roda da vida se completa e mais um ciclo acadêmico se finda!

Quero expressar aqui minha gratidão profunda ao Partido dos Trabalhadores do Brasil, ao qual sou filiado, que através de nossa fundação partidária: a Fundação Perseu Abramo – FPA investiu em formação pós-graduada de seus filiados, estabelecendo uma parceria com a Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais – FLACSO BRASIL e ofertou, por meio de edital para bolsistas, a Maestría en Estado, Gobierno y Políticas Públicas.

Agradeço ainda a minha querida turma de mestrado, com quem dividi estudos, reflexões, alegrias e inquietações do cenário político brasileiro pelos mais de um ano de encontros presenciais mensais, na cidade de São Paulo, na sede da FPA e nas ruas e botecos de Vila Mariana e adjacências.

Gratidão singular também aos funcionários e ao dono do Hostel São Paulo Lodge que foi minha “residência” no período em que precisei estar em São Paulo, para as aulas presenciais.

Agradeço também a cada professor e professora que compartilharam conosco o seu conhecimento de intelectuais orgânicos. Muitos deles que já deram e continuam dando contribuições significativas para o Partido dos Trabalhadores e para as nossas gestões petistas. Junto a isso, estendo a minha gratidão à coordenação do mestrado, seja as pessoas da FPA destacadas para cuidar desse processo de formação, seja as pessoas da FLACSO Brasil que assumiram a tarefa de coordenação acadêmica deste percurso formativo.

Ah! Preciso confessar uma coisa: a cidade e o estado de São Paulo sempre figuravam em meu imaginário como um local que eu, em sã consciência, jamais iria, rsrs. Os relatos da história de vida de meu pai, somado à migração para lá de jovens dos pequenos municípios do interior da Bahia por onde passei, não me faziam querer pisar naquelas terras. Mas, eis que um edital para bolsa de um mestrado em políticas públicas, me arrebatou e me levou inicialmente até lá, para fazer a prova de seleção do ingresso e depois, para cursar as disciplinas mensalmente. Tudo isso me fez criar outra relação com a cidade e o estado de São Paulo.

À vida, que me arrebatou e me fez trilhar esse caminho, muita gratidão.

Quero agradecer também a toda a minha família que me via ir mensalmente à São Paulo, ao mesmo tempo em que eu estudava o outro mestrado acadêmico, em Cachoeira. Talvez eles achassem que eu “sou louco”, hehehe. E é bem capaz de que eu seja. Muito obrigado por estarem sempre por perto, mesmo sem compreenderem direito esses caminhos que escolhi trilhar, mesmo eu tendo tempo escasso para estar com vocês.

Gratidão ainda a meus amigos queridos e minhas amigas queridas. São tantos que me acompanharam, tantos que souberam dessa minha loucura de fazer dois mestrados ao mesmo tempo ou de quem eu quis esconder esta informação porque eu sabia que me fariam ver o tamanho da minha insanidade. Não saberia nominar todos e todas, por isso peço desculpas e solicito que se sintam representados e representadas nas figuras de Michelle Vieira, Eric Gamaliel, João Luís Oliveira, João Carlos Vieira, Monaliza Cirino, Jocivaldo dos Anjos, Nara Torres, Catrine dos Santos e Helenilson Ferreira (Ito). Este último, que acompanhou muito deste período final da retomada deste mestrado e da minha escrita: as crises, as partilhas, as alegrias, os desafios e as lamúrias. Gratidão a cada um e a cada uma de vocês. Foram as conversas, as ligações e partilhas com vocês que me deram sustento de chegar até aqui.

Quero também expressar minha gratidão a cada um dos atores que pude entrevistar para esta pesquisa, que gastaram parte do seu tempo para conversar comigo sobre a trajetória das políticas públicas de juventude na Bahia. Sem vocês, com toda certeza, este trabalho não poderia ser realizado. Grande parte do meu produto final foi construído a partir das entrevistas que me concederam.

Por fim, uma enorme gratidão àqueles que tiveram a responsabilidade de me acompanhar academicamente na escrita da dissertação. No primeiro momento: o Me. Lucas Jardim, que me acompanhou, do meado de 2018 até o início de 2020, no desenho inicial da pesquisa e na elaboração do roteiro das entrevistas. No segundo momento, quando do reingresso e retomada deste percurso acadêmico, de junho de 2021 a janeiro de 2022: a Dra. Marcia Cunha. MUITÍSSIMO obrigado pelas dicas, pelas orientações, por acompanharem esse meu ritmo de pesquisa e de escrita. Estendo também esse agradecimento ao Dr. Eduardo Pereira e à Dra. Daniela Matos por toparem fazer parte de minha banca de defesa em pleno janeiro de 2022.

EPÍGRAFE

Temos todo o tempo do mundo

[...]

Temos nosso próprio tempo

[...]

Somos tão jovens

Legião Urbana

RESUMO

A presente dissertação se filia aos estudos de políticas públicas e teve como objetivo analisar a participação das gestões estaduais baianas do Partido dos Trabalhadores na construção das políticas públicas de juventude no Governo do Estado da Bahia, no período de 2008-2018, a partir do relato de atores estrategicamente situados no cenário baiano quanto a essa temática. Trata-se de um estudo qualitativo que se orientou pela perspectiva metodológica do levantamento bibliográfico, análise documental e entrevistas enquanto técnicas específicas de coleta e interpretações dos dados, além do uso da análise de conteúdo para interpretação do *corpus* da pesquisa. Para tanto, realizou-se um levantamento bibliográfico no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, de 2001 a 2020, identificando-se os estudos sobre as PPJ no Brasil e na Bahia; uma busca de documentos junto a Coordenação Estadual de Juventude acerca das políticas públicas de juventude no cenário estadual; e as entrevistas com atores estratégicos da pauta das PPJ na Bahia. A partir da análise dos documentos foi identificado onze atores políticos estrategicamente envolvidos e participantes de espaços de gestão e de controle social democrático das políticas públicas de juventude na Bahia para o devido contato e realização das entrevistas. Realizou-se as entrevistas com dez destes atores no período de fevereiro a abril de 2019. Para os fins de construção desta dissertação, foram utilizadas apenas sete das entrevistas realizadas. Os resultados e discussões encontram-se agregados nas seguintes categorias: a) Inserção da pauta da juventude na agenda governamental baiana; b) Importância das gestões petistas e os atores envolvidos no cenário baiano; c) Marcos estaduais e as políticas públicas de juventude no Governo da Bahia; e d) Avanços e desafios vivenciados e as perspectivas sobre o momento atual. O percurso trilhado nesta pesquisa permitiu verificar que a participação das gestões do Partido dos Trabalhadores na construção das políticas públicas de juventude da Bahia se deu através da inclusão e manutenção da pauta das juventudes na agenda decisória do governo estadual no período pesquisado; da criação de espaços de debate acerca das demandas dos jovens baianos e do estímulo à participação juvenil nessas instâncias; do estabelecimento de marcos normativos (institucionalidades e legalidades) para a pauta em questão; da elaboração e implementação de políticas públicas específicas para a população jovem da Bahia; entre outras ações. Dessa forma, foi possível inferir os elementos da construção das políticas públicas de juventude e a consolidação da pauta das juventudes no âmbito do Governo do Estado da Bahia.

Palavras-chave: Gestão Estadual; Partido dos Trabalhadores; Atores Políticos; Bahia.

ABSTRACT

This dissertation is linked to studies of public policies and aimed to analyze the participation of Bahia state administrations of the Workers Party in the construction of public policies for youth in the State Government of Bahia, in the period 2008-2018, from the report of actors strategically located in the Bahian scene regarding this theme. This is a qualitative study that was guided by the methodological perspective of bibliographic survey, document analysis and interviews as specific techniques for data collection and interpretation, in addition to the use of content analysis to interpret the research corpus. Therefore, a bibliographic survey was carried out in the CAPES Theses and Dissertations Catalog, from 2001 to 2020, identifying the studies on PPJ in Brazil and Bahia; a search for documents with the State Youth Coordination about public youth policies in the state scenario; and interviews with strategic actors on the PPJ agenda in Bahia. Based on the analysis of the documents, eleven strategically involved political actors and participants in spaces of management and democratic social control of public youth policies in Bahia were identified for proper contact and interviews. Interviews were carried out with ten of these actors from February to April 2019. For the purposes of constructing this dissertation, only seven of the interviews were used. The results and discussions are aggregated into the following categories: a) Insertion of the youth agenda in the Bahia government agenda; b) Importance of PT administrations and the actors involved in the Bahian scenario; c) State milestones and public youth policies in the Government of Bahia; and d) Advances and challenges experienced and perspectives on the current moment. The path followed in this research allowed us to verify that the participation of the Workers' Party administrations in the construction of public youth policies in Bahia occurred through the inclusion and maintenance of the youth agenda in the decision-making agenda of the state government in the period studied; creating spaces for debate about the demands of young people from Bahia and encouraging youth participation in these instances; the establishment of normative frameworks (institutionalities and legalities) for the agenda in question; the elaboration and implementation of specific public policies for the young population of Bahia; among other actions. In this way, it was possible to infer the elements of the construction of public youth policies and the consolidation of the youth agenda within the scope of the Government of the State of Bahia.

Keywords: State Management; Workers' Party; Political Actors; Bahia.

LISTA DE SIGLAS

BA – Bahia

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CAR – Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional

CDCN – Conselho de Desenvolvimento da Comunidade Negra

CEAS – Conselho Estadual de Assistência Social

CEN – Coletivo de Entidades Negras

CETEP – Centro Territorial de Educação Profissional

CFP – Centro de Formação de Professores

CIPÓ – Comunicação Interativa

COAS – Coordenação de Articulação Social

COJUVE – Coordenação Estadual de Juventude

CONEN – Coordenação Nacional de Entidades Negras

CONJUVE – Conselho Nacional de Juventude

CEJUVE – Conselho Estadual de Juventude

CEJUVENT – Comissão Especial de Políticas Públicas de Juventude

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social

DEM – Democratas

FETAG – Federação dos Trabalhadores na Agricultura

FETRAF – Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar

FLACSO – Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais

FLEM – Fundação Luís Eduardo Magalhães

FONAJUVE – Fórum Nacional de Juventude Negra

FPA – Fundação Perseu Abramo

GT – Grupo de Trabalho

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

JUBRA – Simpósio Internacional sobre a Juventude Brasileira

LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgênero

MG – Minas Gerais

MNU – Movimento Negro Unificado

MOJAC – Movimento de Jovens de Antônio Cardoso

MST – Movimento Sem Terra
NE – Nordeste
ONGs – Organizações Não Governamentais
PCdoB – Partido Comunista do Brasil
PDT – Partido Democrático Trabalhista
PEC – Proposta de Emenda à Constituição
PFL – Partido da Frente Liberal
PI – Piauí
PJ – Pastoral da Juventude
PJB – Programa Jovens Baianos
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PT – Partido dos Trabalhadores
PPE – Programa Primeiro Emprego
PPGCOM – Programa de Pós-Graduação em Comunicação
PPJ – Políticas Públicas de Juventude
PRB – Republicanos
PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PSD – Partido Social Democrático
PV – Partido Verde
PROJOVEM – Programa Nacional de Inclusão de Jovens
REDEJUBRA – Associação de Pesquisadores e Pesquisadoras da Juventude Brasileira
RN – Rio Grande do Norte
RS – Rio Grande do Sul
SC – Santa Catarina
SDR – Secretaria de Desenvolvimento Rural
SEAGRI – Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura
SECOMP – Secretaria de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais
SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais
SEPLAN – Secretaria de Planejamento
SEPROMI – Secretaria de Promoção da Igualdade Racial
SERIN – Secretaria de Relações Institucionais

SETRE – Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte
SINAJUVE – Sistema Nacional de Juventude
SJDHDS – Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social
SNJ – Secretaria Nacional de Juventude
SUAF – Superintendência de Agricultura Familiar
SUAS – Sistema Único de Assistência Social
TRILHA – Programa Estadual de Inserção de Jovens no Mundo do Trabalho
TV – Televisão
UECE – Universidade Estadual do Ceará
UBES – União Brasileira dos Estudantes Secundaristas
UCSal – Universidade Católica de Salvador
UESB – Universidade Estadual do Sudoeste Baiano
UESC – Universidade Estadual de Santa Cruz
UEFS – Universidade Estadual de Feira de Santana
UJS – União da Juventude Socialista
UNE – União Nacional dos Estudantes
UNEB – Universidade do Estado da Bahia
UNEGRO – União de Negras e Negros Pela Igualdade
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNIFACS – Universidade Salvador
UFBA – Universidade Federal da Bahia
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais
UFPB – Universidade Federal da Paraíba
UFPE – Universidade Federal de Pernambuco
UFRB – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNESP – Universidade Estadual Paulista

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Atores da Política Estadual de Juventude da Bahia em ordem cronológica	26
Quadro 2 – Quantitativo de teses e dissertações encontradas por marcadores utilizados para a pesquisa no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES – 2001-2020	40
Quadro 3 – Quantitativo de ocorrência das temáticas de maior predomínio e seus descritores presentes nas palavras-chave das teses e dissertações encontradas no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES – 2001-2020	45

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Quantitativo de teses e dissertações sobre políticas públicas de juventude por ano e modalidade de pós-graduação <i>stricto sensu</i> no Brasil – 2001-2020	41
Tabela 2 – Quantitativo de teses e dissertações sobre políticas públicas de juventude por programas de pós-graduação no Brasil – 2001-2020	42
Tabela 3 - Quantitativo de teses e dissertações sobre políticas públicas de juventude por ano e modalidade de pós-graduação <i>stricto sensu</i> na Bahia – 2001-2020	59
Tabela 4 – Quantitativo de teses e dissertações sobre políticas públicas de juventude por programas de pós-graduação na Bahia – 2001-2020	61

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Distribuição das teses e dissertações sobre políticas públicas de juventude pelas instituições de ensino superior no Brasil – 2001-2020	44
Gráfico 2 – Distribuição das teses e dissertações sobre políticas públicas de juventude pelas instituições de ensino superior na Bahia – 2001-2020	62

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Nuvem de palavras de ocorrência das palavras-chave das teses e dissertações sobre políticas públicas de juventude de programas de pós-graduação na Bahia – 2001-2020	63
---	----

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	15
1. INTRODUÇÃO: POR ONDE VAI A PESQUISA?	19
1.1. Problema de Pesquisa	23
1.2. Pressuposto	23
1.3. Objetivos	23
1.3.1. Objetivo Geral	23
1.3.2. Objetivos Específicos	24
1.4. Procedimentos metodológicos	24
1.5. Estrutura da dissertação	30
2. AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE EM ÂMBITO NACIONAL	31
2.1. Juventude	31
2.2. Políticas Públicas	36
2.3. As pesquisas sobre as políticas públicas de juventude no Banco de Teses da CAPES	39
2.4. O cenário nacional das políticas públicas de juventude	47
3. AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE NA BAHIA	58
3.1. As pesquisas sobre as políticas públicas de juventude na Bahia	58
3.2. O cenário estadual das políticas públicas de juventude na Bahia	64
4. POR UMA RECONSTRUÇÃO DA NARRATIVA SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE NA BAHIA A PARTIR DOS RELATOS DOS ATORES ESTRATÉGICOS	76
4.1 Inserção da pauta da juventude na agenda governamental baiana	76
4.2 Importância das gestões petistas e os atores envolvidos no cenário baiano	90
4.3 Marcos estaduais e as políticas públicas de juventude no Governo da Bahia	104
4.4 Avanços e desafios vivenciados e as perspectivas sobre o momento atual	118
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	137
REFERÊNCIAS	147
APÊNDICE I	159
APÊNDICE II	162

APRESENTAÇÃO

A atuação junto às políticas públicas, já há um certo tempo, tem me instigado a buscar formação acadêmica que qualifique o meu fazer profissional e militante, na perspectiva de colaborar com a execução e controle social das políticas públicas existentes, principalmente, na perspectiva do reconhecimento das pessoas beneficiárias enquanto sujeitos de direitos, em um caminho de empoderamento e transformação social da realidade na qual se encontrem inseridos os sujeitos destinatários dessas políticas públicas.

Ao longo da minha caminhada de atuação profissional, acadêmica e militante venho transitando entre a área da Política de Assistência Social e da Política de Juventude, quando não aconteceu de a atuação em ambas ocorrer concomitantemente. Tendo acompanhado processos de execução e de controle social dessas políticas, fui técnico de referência de CREAS e CRAS, no período de 2011 a 2017, com vínculos precários e experiências de atuação não contínuas, em municípios de pequeno porte da Bahia, a saber, nas cidades de Amargosa, Gandu e Ibitiara, cada uma delas pertencentes a territórios de identidade diferentes¹. Além da atuação enquanto técnico de referência da política de assistência social nesses municípios, cheguei a acompanhar as ações e a pauta da juventude e das políticas destinadas a esse público por esses lugares por onde passei. Acompanhei ainda, no ano de 2013, o processo de implementação do Plano Juventude Viva na Bahia, estando responsável pelos municípios de Camaçari, Salvador, Paulo Afonso, Juazeiro, Valença, Alagoinhas e Jequié.

No campo do controle social, estive conselheiro municipal de juventude pelo poder público, na cidade de Amargosa-BA, no ano de 2011 e após o meu desligamento da prefeitura atuei como colaborador deste conselho por mais um ano, em 2012. No final de 2012 me disponibilizei para acompanhar e dar suporte à representação da Pastoral da Juventude – PJ (organização da juventude religiosa católica de que fiz parte) que estava no Conselho Estadual de Juventude da Bahia – CEJUVE/BA e, à época, ocupava a função de presidente do CEJUVE/BA. Segui pelos

¹ A política dos Territórios de Identidades da Bahia foi adotada a partir de 2007, com o quantitativo de 26 territórios de identidade. Na estruturação do PPA 2012-2015 foi incluído o 27º território de identidade. Atualmente a Política Territorial encontra-se regulamentada pela Lei Estadual n. 13.214/2014 (SEPLAN/BA, 2015).

anos de 2012 e 2013 nesse acompanhamento da representação da PJ no CEJUVE/BA, posteriormente, passando a compor a gestão do Conselho Estadual de Juventude da Bahia – CEJUVE/BA pela sociedade civil, no período de 2014 a 2016, enquanto responsável pelo Grupo de Trabalho de Políticas Públicas de Juventude – GT PPJ, membro da Comissão Organizadora da III Conferência Estadual de Juventude, no ano de 2015, e da Comissão Eleitoral para a próxima gestão do CEJUVE. Após sair do CEJUVE, vim a ocupar a cadeira de trabalhadoras/es do SUAS, no Conselho Estadual de Assistência Social da Bahia – CEAS/BA, de 2016 a 2018. Tendo sido reeleita a organização que eu representava, para a gestão do biênio 2018-2020, cheguei a assumir a vice-presidência do CEAS/BA até julho de 2019, quando precisei me desvincular de alguns espaços coletivos para cuidar da escrita acadêmica das dissertações dos mestrados que estava a cursar. Recentemente, assumi novamente uma cadeira de conselheiro estadual de juventude da Bahia, na gestão do CEJUVE/BA 2020-2022.

Entre o final de 2016 e início de 2017 prestei seleção para três mestrados, tendo sido aprovado nos três processos seletivos, dois na Bahia, na UFRB e um em São Paulo, pela Fundação Perseu Abramo, em parceria com a FLACSO. Na época resolvi fazer dois desses mestrados: o acadêmico, em Ciências Sociais, na UFRB, e; o internacional, em Estado, Gobierno y Políticas Públicas, na FPA/FLACSO. A presente dissertação pertence a esse último mestrado.

Devo registrar que por ter decidido cursar os dois mestrados ao mesmo tempo, com previsão de escrita da dissertação para o mesmo período, acabei precisando priorizar um deles e optei pela elaboração do produto final do mestrado acadêmico da UFRB, tendo concluído este em 2019. Em todo caso, fui jubilado do mestrado internacional por não ter apresentado a dissertação no período máximo previsto de trinta e seis meses. Ocorre que em junho de 2021, com o lançamento do Edital FLACSO n. 05/2021, de reingresso para a Maestría en Estado, Gobierno y Políticas Públicas, apresentei o material que já tinha produzido para esta dissertação, com cronograma de finalização da escrita, sendo então readmitido para a etapa de orientação e defesa deste mestrado internacional.

A Maestría en Estado, Gobierno y Políticas Públicas, à época, figurava para mim como o espaço de formação que carregava os elementos necessários para a profissionalização e qualificação do meu fazer profissional junto ao processo de

execução e controle social das políticas públicas, especificamente, da Política de Assistência Social e de Juventude. Tanto que as produções das disciplinas que fiz versaram sobre essas duas áreas, tendo utilizado alguns desses escritos para participações em eventos acadêmicos ao longo desses dois anos e para a escrita final dessa dissertação.

Nesse período dos mestrados pude acompanhar alguns dos encontros científicos nos quais a temática da juventude era central, quais sejam: em âmbito local, o “I Fórum Baiano de Pesquisas em Juventudes: conhecimento em rede e perspectivas colaborativas”, na cidade de Cachoeira, em 2017; as reuniões da Rede Baiana de Pesquisa em Juventude, entre 2017 e 2018; e o “I Encontro da Rede Baiana de Pesquisa em Juventudes”, em Salvador, no ano de 2018. Em âmbito nacional e internacional, participei do “VII JUBRA”, em Fortaleza, em 2017; da assembleia de fundação da Associação de Pesquisadores e Pesquisadoras da Juventude Brasileira – REDEJUBRA, na qual fui eleito Secretário Nacional para a primeira gestão 2017-2020; do “II Simpósio Nacional Aproximações com o Mundo Juvenil – Juventudes e Ações Coletivas Contemporâneas”, em Belo Horizonte, em 2018; e do “I Simpósio Internacional Juventudes e Educação: cenários educacionais em tempos de reformas”, em Juazeiro, em 2020; além de ter acompanhado como ouvinte o Colóquio “Conquistas e desafios da pesquisa sobre os jovens no Brasil e América Latina”, em São Paulo, em 2017. Espaços estes que me permitiram conhecer mais da rede de pesquisas em juventude na Bahia e no Brasil e fazer contato com as/os principais pesquisadoras/es da área.

Recentemente, em 2021, fui aprovado no doutorado em Ciências Sociais, na UFBA, no qual pretendo dar continuidade à pesquisa aqui apresentada e estudar sobre o processo de construção de um campo das políticas públicas de juventude na Bahia, a partir de uma perspectiva da análise de políticas públicas descritiva, fundamentada na sociologia da ação pública francesa, buscando utilizar o conceito de campo para “[...] a análise empírica dos espaços sociais de produção de políticas públicas [...]” (DUBIOS, 2021, p. 136).

Ao longo dos estudos, produções e inserção no campo da academia, venho realizando algumas formações complementares em torno das políticas públicas e cursado algumas disciplinas na área das políticas sociais, me aproximando do arcabouço legal que fundamenta a política de juventude e a política de assistência

social; e do arcabouço teórico da sociologia da juventude (ABRAMO, 1994, 2005a; WEISHEIMER, 2008a; 2008b, 2013; GROppo, 2000, 2016a; 2016b); das políticas públicas (RUA, 1998; SOUZA, 2003a, 2003b, 2006, 2007; SECCHI, 2017) e sua implementação (FARIA, 2012a, 2012b; LOTTA; PAVEZ, 2010; LOTTA *et.al*, 2018); das políticas sociais (BEHRING, 2003; BOSCHETTI, 2009; PEREIRA, 2009) e; do estado de bem estar social (ESPING-ANDERSEN, 1991; ARRETCHE, 1995; FARIA, 1998; DRAIBE; RIESCO, 2011; KERSTENETZKY, 2012).

Já vinha desenvolvendo minhas pesquisas, inicialmente a partir da categoria “adolescência”, para depois seguir pelos caminhos do construto social “juventude”, necessariamente, inquietando-me acerca das políticas públicas de juventude, das concepções de juventude presentes nessas políticas e buscando entender como se deu o processo de constituição no cenário baiano.

Dessa forma, na Maestría en Estado, Gobierno y Políticas Públicas, meu interesse se direcionou para a linha de pesquisa “Políticas públicas e Intervenção do Estado no Brasil e na América Latina” com o intuito de pesquisar o processo de constituição das Políticas Públicas de Juventude no Estado da Bahia, que rumos essa garantia de direitos vem tomando e para onde a mesma tem apontado (legislação, peças orçamentárias, recursos executados), considerando, especificamente, as três gestões estaduais do Partido dos Trabalhadores no Governo do Estado. No desenho final desta pesquisa acabei recortando e me debruçando sobre a construção das políticas de juventude nas gestões estaduais petistas, buscando reconstruir esse processo através das narrativas de atores que estiveram estrategicamente envolvidos com a pauta no cenário baiano.

Portanto, eis-nos aqui!

1. INTRODUÇÃO: POR ONDE VAI A PESQUISA?

A presente dissertação versa sobre as políticas públicas de juventude – PPJ, buscando identificar como se deu a participação das gestões estaduais petistas baianas no processo de construção e consolidação da pauta da juventude na agenda das políticas públicas desenvolvidas pelo Governo do Estado da Bahia, apontando elementos de estruturação deste processo.

O foco desta dissertação não é verificar quando foi iniciada a inserção da pauta da juventude na agenda do governo estadual baiano, – ainda que possua algumas informações quanto a isto, – mas sim visibilizar o processo de estruturação das políticas públicas de juventude em âmbito estadual que acontece de forma mais sistemática a partir da chegada de gestões petistas no Governo do Estado da Bahia. Trata-se do momento histórico em que, – devido a conjuntura nacional, por questões de alinhamento político, de priorização e potencialização da pauta da juventude no âmbito federal, – houve um processo de elaboração, desenho e implementação de um arranjo institucional no governo estadual na Bahia para a temática em questão.

A juventude como pauta da ação do estado através de políticas públicas específicas e sistemáticas é fenômeno recente no desenvolvimento da democracia no Brasil e em sua garantia dos direitos sociais. Enquanto foco de preocupação das gestões públicas, a juventude se insere na agenda governamental brasileira na década de 1990, por meio de ações fragmentadas e descontinuadas, sendo que a estruturação do campo das políticas públicas de juventude se dá nacionalmente na primeira década do século XXI.

Para Clementino (2009), a temática da juventude se insere na agenda governamental, no cenário nacional, a partir de quatro fatores, a saber: a) o quantitativo de jovens no Brasil, que chegou a mais de um quarto da população; b) o fato da juventude ter se tornado um problema político, no sentido de ser o grupo social mais afetado pelo cenário de desigualdades existentes; c) a perspectiva do jovem ser considerado ator estratégico para o desenvolvimento do país e o “boom juvenil” ser visto como uma oportunidade de crescimento do Brasil; e d) a importância do debate internacional e das experiências existentes em outros países. Segundo o autor, “a juventude chega, de maneira tardia na agenda das políticas públicas no Brasil, sendo

muito influenciada pelo debate internacional e consolidação de experiências estrangeiras exitosas de investimentos nos jovens” (CLEMENTINO, 2009, p. 13).

Em âmbito federal, a inserção da pauta da juventude na agenda governamental, de forma mais sistemática, se deu a partir de 2005, com a criação da Secretaria Nacional de Juventude, do Conselho Nacional de Juventude e do PROJÓVEM², lançando assim as bases do campo das políticas públicas de juventude que veio a se consolidar nos anos subsequentes. Diversas pesquisas apontam a centralidade do ano de 2005 como um marco de inflexão na agenda das políticas públicas de juventude no Brasil (OLIVEIRA, 2007; RODRIGUES, 2008; CLEMENTINO, 2009; CAVALCANTE, 2010; MACHADO, 2011; ROCHA, 2012). A posteriori, o tema das políticas públicas de juventude foi se fortalecendo no aparato das ações do Estado com a aprovação da Emenda Constitucional n. 65/2010, que inclui o termo “juventude” na Constituição Federal (BRASIL, 2010); com a sanção da Lei n. 12.852/2013, que institui o Estatuto da Juventude, dispondo dos direitos dos jovens (BRASIL, 2013a); e da publicação do Decreto n. 9.306/2018, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE (BRASIL, 2018).

Quanto ao cenário estadual baiano, verifica-se que as políticas públicas de juventude começam a figurar de forma mais estrutural na agenda do Estado, a partir de 2008, com a realização da I Conferência Estadual de Juventude da Bahia; a instalação do GT Juventude, responsável por propor diretrizes para a Política Estadual de Juventude na Bahia; e a criação, por decreto, do Conselho Estadual de Juventude e do Programa TRILHA³. Posteriormente houve a criação de um órgão institucional para a gestão das políticas públicas de juventude (Coordenação Estadual de Políticas Públicas de Juventude); a aprovação e sanção do Plano Estadual de Juventude; e a consolidação do Conselho Estadual de Juventude por meio de lei. Recentemente, percebe-se o desenvolvimento de alguns programas que atendem o público jovem baiano, mas que não são, diretamente, acompanhados pela estrutura organizacional acima explicitada.

Buscou-se aqui então visibilizar os elementos da consolidação desta referida pauta na agenda governamental baiana, como já inicialmente indicado em outras produções, seja quando se realizou uma análise das concepções de juventude

² Programa Nacional de Inclusão de Jovens, instituído pela Lei n. 11.129/2005.

³ Programa Estadual de Inserção de Jovens no Mundo do Trabalho, instituído através do Decreto Estadual n. 11.262/2008.

presentes em duas políticas estaduais baianas (PEREIRA, 2017a; 2017b); na análise da política estadual de juventude da Bahia a partir do modelo teórico dos múltiplos fluxos (PEREIRA; ANJOS, 2018), e; no relato de experiência quanto a atuação no espaço de controle social estadual das políticas públicas de juventude baiana: o Conselho Estadual de Juventude da Bahia – CEJUVE/BA (SANTOS; SANTOS; PEREIRA, 2018). A construção e fundamentação aqui apresentadas tomam como fonte a literatura da área, as pesquisas da pós-graduação *stricto sensu* brasileira sobre as políticas públicas de juventude, os documentos estaduais sobre a temática e o relato de alguns atores estrategicamente alocados na gestão e no controle social democrático nas gestões petistas estaduais referentes à pauta da juventude no cenário baiano, buscando, dessa forma, reconstituir a trajetória das políticas públicas de juventude na Bahia, por meio da reflexão quanto a estes materiais, em específico, das percepções e narrativas dos atores entrevistados.

Neste escopo, questionou-se, portanto: qual a participação das gestões estaduais baianas do Partido dos Trabalhadores no processo de construção das políticas públicas de juventude e de consolidação da pauta da juventude no âmbito da agenda governamental do Estado da Bahia? Teve-se como pressuposto, que a exemplo da gestão petista nacional, houve priorização da pauta da juventude nas políticas públicas, no Governo do Estado da Bahia, a partir da primeira gestão petista estadual, desenhando-se as mesmas estruturas institucionais nacionais neste nível subnacional, a saber: um órgão de controle social, uma política pública de juventude específica e um órgão gestor da pauta na estrutura administrativa do governo.

Diante do exposto, essa pesquisa teve como objetivo analisar a participação das gestões estaduais baianas do Partido dos Trabalhadores na construção das políticas públicas de juventude no Governo do Estado da Bahia, no período de 2008-2018, a partir do relato de atores estrategicamente situados no cenário baiano quanto a essa temática. Para tanto, caracterizou-se as políticas públicas de juventude no âmbito brasileiro a partir do levantamento da literatura da área (produções pós-graduadas encontradas no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES); situou-se o cenário das políticas públicas de juventude na Bahia por meio dos documentos, publicações e estudos quanto a realidade baiana, e; buscou-se reconstruir a trajetória das políticas públicas de juventude na Bahia a partir do relato dos atores estratégicos, identificando o processo de inserção da juventude na agenda governamental baiana,

as legalidades criadas, as institucionalidades estabelecidas, a importância das gestões petistas para a pauta, os atores políticos envolvidos, as políticas públicas implementadas, os avanços e desafios vivenciados e algumas reflexões sobre o período posterior a 2018.

A análise desenvolvida leva em conta as tensões que marcam o campo geral das políticas públicas e, em específico, as de juventude, envolvendo os contextos sociais nos quais as plataformas políticas de ações estatais junto à categoria jovem são gestadas, quer sejam, as dinâmicas da estrutura capitalista e os projetos de desenvolvimento nacional que se põem em jogo; os atores individuais e coletivos envolvidos neste tema, as dinâmicas de relação de poder entre os mesmos, as representações diversificadas acerca do público juvenil que estes atores carregam e como estas concepções entram em conflito no processo de formulação do desenho da política pública a ser implementada; bem como, a alocação de recursos no orçamento, com todas as questões de disputas pelo fundo público envolvidas, delimitando o investimento financeiro do governo com a temática juvenil. No entanto, o foco desta pesquisa, como explanado acima, se voltou para os atores estratégicos que estiveram envolvidos diretamente na construção e consolidação das políticas públicas de juventude como uma ação estruturada do Governo do Estado, sejam estes do âmbito do poder executivo estadual baiano (coordenações estaduais de juventude, de 2007 a 2018); sejam do âmbito do controle social das políticas públicas de juventude na Bahia (presidências das gestões do Conselho Estadual de Juventude, de 2008 a 2018).

O movimento de escolher a temática das políticas públicas de juventude e desenvolver essa pesquisa em âmbito estadual perpassa pelo envolvimento do autor com a pauta das políticas públicas de juventude, tendo atuado na implementação e execução de algumas delas (PROJOVEM Adolescente e Plano Juventude Viva); mas, sobretudo, por ter participado e ocupado espaços de controle social (conferências municipais, estaduais e nacional; e conselhos municipal e estadual); bem como, pelos estudos e pesquisas que vem realizando em sua trajetória acadêmica, como indicado na apresentação desta dissertação. Ou seja, está diretamente relacionado com a construção identitária deste pesquisador dentro do próprio escopo das políticas públicas de juventude, ocupando ora a posição de sociedade civil organizada, ora a

posição de operador do Estado e ora a posição de especialista da área, - esta última, objeto da tarefa aqui posta.

Verifica-se ainda que os estudos acadêmicos acerca das políticas públicas de juventude vêm buscando estabelecer o processo de constituição da pauta da juventude na agenda governamental e da estruturação de políticas públicas específicas a nível nacional. No entanto, poucos estudos têm se debruçado sobre as realidades subnacionais, sendo necessário explicitar melhor os cenários estaduais e municipais. Apresenta-se abaixo o problema de pesquisa que direcionou este trabalho, o pressuposto que guiou a pesquisa, o objetivo geral e os objetivos específicos deste estudo, assim como os procedimentos metodológicos desenvolvidos para alcançar os objetivos traçados.

1.1. Problema de Pesquisa

Qual a participação das gestões estaduais baianas do Partido dos Trabalhadores no processo de construção das políticas públicas de juventude e de consolidação da pauta da juventude no âmbito do Estado da Bahia?

1.2. Pressuposto

A exemplo da gestão petista nacional, houve priorização da pauta da juventude nas políticas públicas no Governo do Estado da Bahia a partir da primeira gestão petista estadual, desenhando-se as mesmas estruturas institucionais nacionais neste nível subnacional, a saber: um órgão de controle social, uma política pública de juventude específica e um órgão gestor da pauta na estrutura administrativa do governo.

1.3. Objetivos

1.3.1. Objetivo Geral

Analisar a participação das gestões estaduais baianas do Partido dos Trabalhadores na construção das políticas públicas de juventude no Governo do

Estado da Bahia, no período de 2008-2018, a partir do relato de atores estrategicamente situados no cenário baiano quanto a essa temática.

1.3.2. Objetivos Específicos

- Caracterizar as políticas públicas de juventude no âmbito brasileiro a partir da produção acadêmica nacional;
- Situar o cenário das políticas públicas de juventude na Bahia por meio de documentos, publicações e estudos;
- Reconstruir a trajetória das políticas públicas de juventude baiana a partir do relato dos atores estratégicos, identificando o processo de inserção da juventude na agenda governamental baiana, as legalidades criadas, as institucionalidades estabelecidas, a importância das gestões petistas para a pauta, os atores políticos envolvidos, os marcos estaduais, as políticas públicas implementadas, os avanços e desafios vivenciados e algumas reflexões sobre o período posterior a 2018.

1.4. Procedimentos metodológicos

Ao buscar analisar o processo de construção das políticas públicas de juventude e a consolidação da pauta da juventude no âmbito da agenda governamental estadual na Bahia teve-se como intuito colaborar para a efetivação da garantia dos direitos juvenis para os jovens baianos, contribuindo para o fortalecimento das institucionalidades e legalidades das PPJ e contribuir para os estudos das políticas públicas. Sendo assim, trata-se aqui de uma pesquisa aplicada, já que na definição de Gil (1999, p. 43) esta “[...] tem como característica fundamental o interesse na aplicação, utilização e consequências práticas dos conhecimentos [adquiridos]”.

As opções teóricas que embasaram a metodologia utilizada nesta pesquisa vieram dos estudos das políticas públicas, necessariamente, da análise de políticas públicas de cunho descritivo. Nesse sentido, a abordagem descritiva adotada tem como esforço apresentar uma costura histórica da participação das gestões estaduais

baianas do Partido dos Trabalhadores na construção das políticas públicas de juventude no Governo do Estado da Bahia.

Para o alcance dessa tarefa teórico-metodológica, enquanto procedimento de pesquisa, o estudo se orientou pelo levantamento bibliográfico, análise documental e entrevistas enquanto técnicas específicas de coleta e interpretações dos dados, além do uso da análise de conteúdo. De tal modo, os referidos procedimentos de pesquisa, a caracterizam como de cunho qualitativo.

Parte-se da consideração de que a análise documental “[...] compreende a identificação, a verificação e a apreciação de documentos para determinado fim” (MOREIRA, 2008, p. 271), sendo que no presente caso, a finalidade foi identificar documentos acerca das políticas públicas de juventude nas gestões petistas baianas, para compreender seu processo de construção. A importância da análise documental para essas funções encontra-se embasada no fato de que

[...] os documentos são fontes de dados brutos para o investigador e a sua análise implica um conjunto de transformações, operações e verificações realizadas a partir dos mesmos com a finalidade de se lhes ser atribuído um significado relevante em relação a um problema de investigação (FLORES, 1994 *apud* CALADO; FERREIRA, 2004, p. 03).

Quanto à entrevista, Gil (1999, p. 116) afirma ser essa uma “[...] técnica em que o investigador se apresenta ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam à investigação”. Lakatos e Marconi (2009, p. 197) corroboram essa definição ao propor a entrevista como “[...] um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional”. Os entrevistados foram os atores políticos estrategicamente envolvidos na construção e consolidação das políticas públicas de juventude no Governo do Estado da Bahia.

Dessa forma, a pesquisa teve como suporte bibliográfico: a literatura e as pesquisas da pós-graduação *stricto sensu* brasileira sobre as políticas públicas de juventude; e como fontes primárias: documentos acerca das políticas públicas de juventude no Estado da Bahia e as entrevistas dos atores políticos envolvidos com a pauta, conforme explicitado a seguir.

No que se refere às pesquisas, enquanto primeira etapa da pesquisa, realizou-se um levantamento bibliográfico no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, de 2001 a 2020, utilizando-se dos marcadores: “políticas públicas de juventude”,

“política pública de juventude”, “políticas de juventude” e “política de juventude”, identificando-se assim os estudos acerca das PPJ no Brasil e na Bahia. As pesquisas sobre o cenário nacional subsidiaram a elaboração do segundo capítulo desta dissertação.

Realizou-se, como segunda etapa, uma busca dos documentos junto a Coordenação Estadual de Juventude e nos arquivos que o pesquisador já vinha sistematizando ao longo do tempo em que esteve diretamente envolvido com a pauta, enquanto conselheiro estadual de juventude e também enquanto operador das políticas públicas de juventude. Foram identificados, inicialmente, os seguintes documentos: o “Relatório Final do Grupo de Trabalho de Juventude” (BAHIA, 2008a), o “Documentário das Políticas de Juventude” (BAHIA, 2010), o Guia “Quer um Conselho? Como criar um conselho municipal de juventude” (BAHIA, 2013); uma publicação do Deputado Federal Zezéu Ribeiro: “Política para a juventude” (RIBEIRO, 2013); os relatórios da I, II e III Conferência Estadual de Juventude da Bahia, de 2008, 2011 e 2015, respectivamente; o relato taquigráfico da Sessão Especial da Assembleia Legislativa da Bahia em comemoração aos 10 anos do Conselho Estadual de Juventude da Bahia; além de portarias do Governo do Estado da Bahia quanto ao CEJUVE/BA e as legislações das políticas públicas estaduais criadas. Parte desses documentos foi tratado pela técnica de análise documental e, juntamente com as pesquisas identificadas e deu sustentação para a contextualização do cenário das políticas públicas de juventude no Estado da Bahia, como descrito no terceiro capítulo desta dissertação.

Em seguida, a partir da análise dos documentos, identificou-se os atores políticos diretamente envolvidos com a cenário estadual e participantes de espaços de gestão, de mobilização e de controle social democrático das PPJ na Bahia (coordenações estaduais de juventude, de 2007 a 2018; e presidências do Conselho Estadual de Juventude, de 2008 a 2018), para que fossem entrevistados, conforme quadro a seguir:

Quadro 1 – Atores da Política Estadual de Juventude da Bahia em ordem cronológica

Identificação	Função	Período
Primeiro Gestor de Políticas Públicas de Juventude da Bahia – Gestor PPJ 1	Assessor Estadual de Políticas Públicas de Juventude – SERIN	2007 – 2011

Primeiro Presidente do Conselho Estadual de Juventude da Bahia (Presidente do CEJUVE/BA – Poder Público 1)*	Presidente do CEJUVE/BA	2009 – 2010
Segundo Presidente do Conselho Estadual de Juventude da Bahia (Presidente do CEJUVE/BA – Sociedade Civil 1)	Presidente do CEJUVE/BA	2010 – 2011
Segundo Gestor de Políticas Públicas de Juventude da Bahia – Gestor PPJ 2	Coordenador Estadual de Políticas Públicas de Juventude – SERIN	2011 – 2015
Terceiro Presidente do Conselho Estadual de Juventude da Bahia (Presidente do CEJUVE/BA – Poder Público 2)*	Presidente do CEJUVE/BA	2011 – 2012
Quarta Presidente do Conselho Estadual de Juventude da Bahia (Presidente do CEJUVE/BA – Sociedade Civil 2)	Presidente do CEJUVE/BA	2012 – 2014
Quinto Presidente do Conselho Estadual de Juventude da Bahia (Presidente do CEJUVE/BA – Poder Público 3)	Presidente do CEJUVE/BA	2014 – 2015
Gestor de Políticas Públicas de Juventude Rural da Bahia – Gestor PPJR	Assessor de Políticas Públicas de Juventude Rural – SDR	2015 – 2018
Terceiro Gestor de Políticas Públicas de Juventude da Bahia – Gestor PPJ 3	Coordenador Estadual de Políticas Públicas de Juventude – SJDHDS	2015 – 2019
Sexto Presidente do Conselho Estadual de Juventude da Bahia (Presidente do CEJUVE/BA – Sociedade Civil 3)	Presidente do CEJUVE/BA	2015 – 2016
Sétima Presidente do Conselho Estadual de Juventude da Bahia (Presidente do CEJUVE/BA – Poder Público 4)	Presidente do CEJUVE/BA	2017 – 2018
Oitavo Presidente do Conselho Estadual de Juventude da Bahia (Presidente do CEJUVE/BA – Sociedade Civil 4)	Presidente do CEJUVE/BA	2018 – 2019
*A primeira e a terceira presidência do Conselho Estadual de Juventude da Bahia foram ocupadas pela mesma pessoa, enquanto representante do poder público. Sendo assim, o levantamento realizado totalizou um quantitativo de 11 (onze) colaboradores para a pesquisa.		

Fonte: Elaboração própria, 2022

Levando em conta que o objetivo desta pesquisa foi analisar a participação das gestões petistas quanto às políticas públicas de juventude da Bahia, faz-se necessário registrar que, todos os atores acima elencados no Quadro 1 possuíam vinculação partidária, seja com o Partido dos Trabalhadores – PT ou com o Partido Comunista

do Brasil – PCdoB. Este fato é relevante de se destacar já que, ao reconstruir a trajetória das PPJ na Bahia a partir dos relatos desses atores, este lugar da militância partidária se fará presente em suas falas, posicionamentos e análises quanto à realidade aqui investigada.

Na dinâmica de estruturação do campo das PPJ na Bahia, a ocupação de posição nos espaços de gestão foi destinada a atores políticos do Partido dos Trabalhadores, de forma que o primeiro, segundo e terceiro gestor de políticas públicas de juventude e o gestor de políticas públicas de juventude rural pertenciam a este partido; e a ocupação de posição da presidência do CEJUVE/BA, - a partir de acordos internos das forças políticas que compuseram este espaço de controle social das PPJ na Bahia, - era revezada entre o PCdoB, na representação do poder público e o PT, na representação da sociedade civil, de forma que o primeiro, terceiro, quinto e sétima presidente do CEJUVE/BA eram do Partido Comunista do Brasil e o segundo, quarta, sexto e oitavo presidente do CEJUVE/BA foram indicações do Partido dos Trabalhadores.

A escolha dos atores para serem entrevistados carregam o limite de não agregar outras representações, vozes e experiências acerca da pauta pesquisada, principalmente daqueles que estiveram vinculados às organizações não governamentais e às redes não institucionais, com menor vinculação política partidária e que, provavelmente, possuem outros pontos de vista, olhares diferenciados e versões singulares do fenômeno em questão, que poderiam complexificar a análise aqui realizada e potencializar o objetivo desta pesquisa.

Para a realização das entrevistas semiestruturadas, com os atores políticos que concordaram em colaborar com a pesquisa, foi elaborado um roteiro (Apêndice I) que continha um bloco com dados gerais do entrevistado e outro com as perguntas específicas sobre o tema da dissertação, além de uma abordagem inicial de sensibilização e uma abordagem final de fechamento da entrevista. Todas as 11 (onze) pessoas identificadas como possíveis participantes deste estudo demonstraram interesse em colaborar. No entanto, só foi possível agendar e realizar a entrevista com 10 (dez) atores políticos, o que foi feito de forma presencial no período de 06 de fevereiro a 24 de abril de 2019, nos municípios de Salvador, Feira de Santana e Barreiras. Os entrevistados assinaram Termo de Consentimento Livre Esclarecido (Apêndice II) em duas vias, – uma sendo destinada ao entrevistador e outra ao

informante, – consentindo assim a participação de cada um deles na pesquisa e sendo garantido por parte do pesquisador o sigilo quanto ao nome dos entrevistados. As entrevistas realizadas foram gravadas e duraram, em média, quarenta e cinco minutos.

Referente à pessoa que não foi possível realizar a entrevista, isto se deu devido a dificuldades de agenda entre as disponibilidades do pesquisador e do informante em questão. Entre o período da coleta das demais entrevistas e o processo de finalização desta dissertação, não se tentou refazer o contato com o informante não entrevistado por questões de o pesquisador estar envolvido em outras tarefas, durante o ano de 2019 e por causa do cenário de COVID-19 a partir de março de 2020. Por outro lado, avaliou-se que o quantitativo de noventa por cento de coleta das entrevistas inicialmente elencadas cumpriria o objetivo da presente dissertação.

Após a coleta das entrevistas, estas foram transcritas e processadas na modalidade de transcrição adaptada, sendo retiradas as ocorrências irrelevantes como expressões de concordância, repetições de fala e pequenas oscilações que não afetavam o contexto do conteúdo a ser analisado. No processo de transcrição adaptada foram ainda modificadas para o padrão da língua culta a maioria dos marcadores de linguagem falada.

Problemas com o áudio da gravação (ruídos externos) de uma das entrevistas (oitava entrevista) fizeram com que fosse reavaliado o quantitativo final das entrevistas a serem consideradas para a pesquisa em questão, no intuito de manter um encadeamento temporal e por limitação do pesquisador de ter gastado muito tempo na tentativa de resolução da transcrição desta entrevista e o prazo final de entrega da dissertação à banca. Dessa forma, das 10 (dez) realizadas, foram utilizadas para a construção desta dissertação apenas as 07 (sete) primeiras, em ordem cronológica dos atores, a saber: o primeiro, o segundo e o terceiro gestor de políticas públicas de juventude da Bahia; o segundo, a quarta e o quinto presidente do Conselho Estadual de Juventude da Bahia; e o gestor de políticas públicas de juventude rural da Bahia.

A análise de conteúdo aplicada às entrevistas delimitou os aspectos centrais em torno das seguintes categorias: a) Inserção da pauta da juventude na agenda governamental baiana; b) Importância das gestões petistas e os atores envolvidos no cenário baiano; c) Marcos estaduais e as políticas públicas de juventude no Governo

da Bahia; e d) Avanços e desafios vivenciados e as perspectivas sobre o momento atual, que vieram a compor o quarto capítulo desta dissertação.

Os procedimentos teórico-metodológicos acima explicitados possibilitaram a inferência dos elementos da construção das políticas públicas de juventude e a consolidação da pauta da juventude no âmbito do Governo do Estado da Bahia.

1.5. Estrutura da dissertação

A presente dissertação é composta de cinco capítulos, levando em consideração esta introdução e as considerações finais, precedidos de uma apresentação acerca dos motivos que levaram o pesquisador à temática aqui estudada. O primeiro capítulo trata dos caminhos da pesquisa e apresenta a problemática pesquisada, o problema de pesquisa, os objetivos e as definições metodológicas que organizam o desenvolvimento deste estudo. O segundo capítulo visa responder o primeiro objetivo específico e versa sobre a estruturação das políticas públicas de juventude no cenário nacional a partir da produção acadêmica dos últimos anos.

No terceiro capítulo, apresenta-se o cenário estadual das políticas públicas de juventude na Bahia, através dos documentos, publicações e estudos encontrados na literatura e na análise documental. O quarto capítulo apresenta, a partir do relato dos atores envolvidos com a pauta das PPJ na Bahia, a reconstrução desta trajetória estadual, com o processo de inserção da juventude na agenda governamental baiana, as legalidades criadas, as institucionalidades estabelecidas, a importância das gestões petistas para a pauta, os atores políticos envolvidos, os marcos estaduais, as políticas públicas implementadas, os avanços e desafios vivenciados e algumas reflexões sobre o período posterior a 2018. Por fim, nas considerações finais, retomase o problema proposto e os objetivos definidos para verificar o alcance ou não destes, apontando ainda questões que precisam ser mais bem aprofundadas em outros estudos.

2. AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE EM ÂMBITO NACIONAL

A presente pesquisa se insere no escopo da **análise de políticas públicas**, área das Ciências Sociais que desenvolve o estudo científico das políticas públicas enquanto ação do Estado. Parte-se aqui da concepção sinalizada por Lascoumes e Le Galès (2012) de que “a análise de políticas públicas contribui para a compreensão das mudanças de todas as sociedades contemporâneas e de sua regulação. Por isso, ela é um dos grandes paradigmas das ciências sociais” (LASCOURMES e LE GALÈS, 2012, p. 37). Nesse sentido, pretende-se entender os processos de mudanças e estruturação dos direitos sociais, em específico os direitos juvenis, e das respostas estatais que buscam efetivar esses direitos, quer sejam, as políticas públicas de juventude.

Isto posto, considera-se as políticas públicas de juventude como ações desenvolvidas para garantir os direitos juvenis, estabelecidos no Estatuto da Juventude, dentro do campo maior dos direitos sociais. Esse posicionamento se faz importante pois como afirma Carrano (2011, p. 238) “inserir as políticas de juventude no debate mais amplo pelos direitos sociais públicos, e na luta contra as desigualdades no Brasil, pode se constituir em via estratégica para a afirmação do campo das PPJ nas políticas de Estado”.

Este capítulo busca apresentar, de forma sistematizada, a configuração das políticas públicas de juventude no Brasil a partir do levantamento pesquisas presentes no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES acerca da temática em questão. Antes, contudo, apresenta-se as categorias analíticas centrais para esta pesquisa, sejam elas a “juventude” e as “políticas públicas”.

2.1. Juventude

A juventude como fenômeno social emerge na modernidade enquanto uma categoria social fruto do alargamento do tempo de preparação para a vida adulta e das classificações do curso da vida elaboradas pelos grupos sociais. Nucleia, em torno de si, sujeitos que já não pertencem a categoria infância e que também não são reconhecidos socialmente como pertencentes a vida adulta.

A literatura sociológica sistematiza alguns fatores que podem elucidar o processo de construção social da juventude, bem como, identifica quem pôde vivenciar esse fenômeno e ser reconhecido inicialmente como “jovem”. Busca-se então, a partir da contribuição da Sociologia da Juventude, explicitar esses elementos e a estruturação da juventude enquanto uma categoria analítica.

Conceber a juventude como construção social implica em uma desnaturalização de concepções cristalizadas em torno dessa categoria que a sociedade cunhou para estratificar parte do ciclo da vida. Também abre a possibilidade de relativizar e modificar as definições do que venha a ser “o jovem”, bem como, de tensionar uma melhor compreensão dos jovens como “sujeitos de direitos”.

A noção de juventude como construto sócio-histórico emerge junto às transformações que dão origem à modernidade. Conforme Weisheimer (2008a) aponta, a partir de Ariès, a emergência dessa noção se deve a dois processos sociais, a saber: mudanças na organização da estrutura familiar – de família extensa para família nuclear, ocorrida ao longo do século XVII; e, a possibilidade das classes abastadas (aristocracia e burguesia) retirarem sua prole do convívio social para se preparar à vida adulta (escolarização). Esse último elemento também é ressaltado por Groppo (2000), ao indicar que a “juventude” foi primeiramente vivenciada pelas classes mais abastadas, para depois se ampliar como uma categoria social válida para os demais sujeitos sociais.

A possibilidade de convivência entre os pares de idades nos espaços escolares possibilitou uma nova forma de sociabilidade que, anteriormente não existia. Isto nos permite pensar que a escolarização cria um *lócus* específico de identificação geracional entre essa parcela da população que será nomeada como juventude. Este *lócus* se caracterizará durante certo tempo, como período de preparação para a vida adulta por meio do estudo, sendo tomadas, algumas vezes, como sinônimas as categorias juventude e estudante.

Abramo (1994) também traz uma referência à obra de Ariès para sinalizar que o termo juventude esteve inicialmente relacionado a segmentos sociais que podiam realizar essa suspensão de seus filhos, em vista de uma preparação destes, para uma futura admissão na sociedade, assumindo os papéis sociais relacionados à vida adulta. Em outro trabalho, Abramo (2005a, p. 41) sintetiza que

[...], a juventude “nasce” na sociedade moderna ocidental (tomando um maior desenvolvimento no século XX), como um tempo a mais de preparação (uma segunda socialização) para a complexidade das tarefas de produção e a sofisticação das relações sociais que a sociedade industrial trouxe.

Se a primeira socialização ocorre no ambiente familiar durante o período da infância, o espaço escolar foi se configurando como o *lócus* de uma segunda socialização, sendo que o alargamento da etapa formativa para a vida adulta permitiu o surgimento da categoria juventude.

Considerando que a formatação da concepção “juventude” acontece na modernidade, com essas representações sociais de quem sejam os sujeitos jovens e o que, aos mesmos, é destinado vivenciar, percebemos que, em sua gênese, a categoria social juventude se constituiu marcada igualmente por um recorte de classe e esteve a serviço da manutenção das desigualdades sociais existentes. Invisibilizou, assim, ampla parcela de jovens que, pelas características físicas e recorte etário, poderiam ser classificados à época como jovens, mas por não disporem de favorecimentos econômicos e de classe, foram convocados a assumir os papéis de adultos o quanto antes, não lhes sendo possível “desfrutar” da vivência juvenil.

No entanto, a partir das indicações de Ariés, (*apud* Weisheimer, 2008a) percebe-se que o fenômeno de institucionalização e universalização do processo educacional possibilitou a configuração e ampliação do conceito juventude na sociedade. Groppo (2000, p. 16), ao apontar a diversidade sócio-cultural da juventude, também indicava uma ampliação de uso desta categoria, afirmando que “à juventude ideal e primitivamente construída – urbana, ocidental, branca e masculina – outras juventudes vieram (ou tentaram) juntar-se – rurais, não-ocidentais, negra, amarelas, mestiças, femininas, etc.”

Se inicialmente, a juventude era considerada como uma etapa de transição para a vida adulta e uma fase caracterizada pela vivência da moratória social oferecida para a preparação dos papéis a serem assumidos da vida adulta, Abramo (2005a) pondera que mudanças nas condições objetivas materiais de existência, relacionadas a transformações econômicas e sociais (mudanças no mundo do trabalho, no campo dos direitos e da cultura), assim como, nas vivências dos próprios jovens (experiências e ações), provocaram uma

[...] *extensão* da juventude, em vários sentidos: na duração desta etapa do ciclo da vida [...]; na abrangência do fenômeno para vários setores sociais, [...]; nos elementos constitutivos da experiência juvenil e nos conteúdos da noção socialmente estabelecida (ABRAMO, 2005a, p. 42-43).

Sendo assim, a juventude tem sido “[...] reconhecida como condição válida, que faz sentido, para todos os grupos sociais, embora apoiada sobre situações e significações diferentes” (ABRAMO, 2005a, p. 44).

Tendo explanado alguns dos elementos que lastreiam a construção da juventude enquanto *categoria social*, faz-se necessário discutir a juventude como *categoria analítica*, o que implica em entender a estruturação desta unidade de investigação no campo da academia, necessariamente, no escopo das ciências sociais e mais especificamente, dentro da subárea sociológica denominada Sociologia da Juventude⁴.

Alguns autores já têm se debruçado sobre essa tarefa de delimitar a juventude como categoria de análise sociológica. Groppo (2016a, p. 08) aponta que: “o tema ‘juventude’ irá atravessar quase todas as teorias sociológicas, especialmente as que enfatizam menos as estruturas e mais as ações sociais, às vezes também aquelas que enfatizam a inter-relação entre indivíduo e sociedade”. E Trancoso (2012, p. 18) afirma que “reconhecer a juventude como problema sociológico significa aceitá-la como noção socialmente variável”.

Tomamos aqui as contribuições de Weisheimer (2008a, p. 26) ao elencar que, nessa direção, “[...] um primeiro procedimento necessário é considerar que a juventude é uma categoria sociológica e, por isso mesmo, seu significado é necessariamente relacional [...]”, ou seja, conforme o mesmo autor aponta: a pessoa é jovem ou não em relação a outros sujeitos sociais, categorizados socialmente por outras nucleações relacionais que respondem a dinâmica de estruturação social. É importante sinalizar que tais lugares relacionais podem ser de dominação ou sulbaternidades. Nesse sentido, Groppo (2016a, p.12) também indica que “[...] ao analisar as juventudes concretas, é preciso fazer o cruzamento da juventude – como categoria social – com outras categorias sociais e condicionantes históricos”.

Weisheimer (2008a; 2013) busca ainda delimitar teórico-operacionalmente as categorias: juventude, jovens, condição juvenil e situação juvenil, de tal forma, que é possível perceber uma correspondência entre os conceitos de juventude e condição

⁴ Para um detalhamento da construção da Sociologia da Juventude e da tematização da juventude nesta subárea da sociologia, ver Weisheimer, 2008b; Weisheimer, 2013; Tavares, 2012 e Groppo, 2016b.

juvenil, bem como de jovens e situação juvenil⁵. No esforço dessa melhor delimitação, o autor afirma ainda que

[...] para conferir maior precisão analítica à juventude como categoria sociológica será necessário identificar os processos de socialização predominantes entre os jovens estudados (WEISHEIMER, 2008a, p. 31).

Para Weisheimer (2013, p. 09) “[...] a Sociologia da Juventude [pode ser definida] como uma área especializada da Sociologia que se dedica ao estudo da juventude como um fenômeno social, cultural e histórico”. Utiliza-se aqui, portanto, o referencial da Sociologia da Juventude, seja por entender que é no espaço dessa disciplina que a juventude encontrou esforços no sentido de defini-la como categoria social, e por ser, conforme Groppo (2000), na sociologia, que a juventude é construída como um “objeto” social.

Weisheimer (2008a, p. 17) pondera que “a possibilidade de uma Sociologia da Juventude se instaura a partir do reconhecimento de que a juventude não é simplesmente um dado natural, mas, sim, uma construção social”. Para o campo da sociologia, lidar com um objeto de estudo implica em ter esse mesmo objeto como uma categoria social. Debruçar sobre a juventude enquanto categoria social possibilita entendê-la como uma criação dos sujeitos humanos, ou melhor, de uma dada estrutura social, no intuito de significar processos vivenciados dentro de tal sociedade e que escapam às compressões e delimitações já existentes nesse cenário.

A importância de considerar a juventude como construção social tanto figura no indicativo de que as concepções destinadas a essa categoria não são de ordem natural, podendo e, de fato, sofrendo modificações ao longo do tempo histórico; como permite que novas áreas da ciência sejam criadas para estudar e compreender essas mutações que acontecem relacionadas a tal categoria, no campo do simbólico (condição juvenil) e no campo das vivências cotidianas (situação juvenil).

Em seguida expõe-se a concepção de políticas públicas utilizada como lente de leitura das informações coletadas e dos dados produzidos para esta produção dissertativa.

⁵ Abramo (2005a, p. 42) define que a condição juvenil trata-se do “[...] modo como uma sociedade constitui e atribui significado a esse momento do ciclo da vida, que alcança uma abrangência social maior, referida a uma dimensão histórico geracional [...]” e situação juvenil sendo “[...] o modo como tal condição é vivida a partir dos diversos recortes referidos às diferenças sociais – classe, gênero, etnia etc.”.

2.2. Políticas Públicas

Na busca de melhor delimitar o objeto de análise, apresenta-se a seguir algumas definições de política pública encontradas na literatura e que auxiliam a compreensão do fenômeno da ação do Estado voltada para as juventudes no Brasil, através das políticas públicas específicas de juventude. Para Rua (1998, p. 731) as políticas públicas são

[...] um conjunto de decisões e ações destinadas à resolução de **problemas políticos**. Essas decisões e ações envolvem atividade política, compreendida esta como um conjunto de procedimentos formais e informais que expressam relações de poder e se destinam à resolução pacífica de conflitos quanto a bens públicos (grifo nosso).

Na centralidade da definição de Rua (1998) encontra-se a questão de a ação do Estado estar direcionada a responder um problema político. Já Deubel (2002, p. 27, tradução livre) estabelece que

[...] uma política pública existe sempre e quando instituições estatais assumam total ou parcialmente a tarefa de alcançar objetivos estimados como desejáveis ou necessários, por meio de um processo destinado a mudar um estado de coisas percebido como problemático.

Verifica-se que na compreensão desse autor também aparece a questão relacionada à resolução de um problema por parte do Estado, envolvendo a implicação do governo, a percepção de problemas, a definição de objetivos e um processo a ser realizado (DEUBEL, 2002). Por outro lado, Souza (2006, p. 36-37), numa revisão de literatura acerca das políticas públicas, pondera que a política pública

[...] permite distinguir entre o que o governo pretende fazer e o que, de fato, faz; envolve vários atores e níveis de decisão, embora materializada através dos governos, e não necessariamente se restringe a participantes formais, já que os informais são também importantes; é abrangente e não se limita a leis e regras; é uma ação intencional, com objetivos a serem alcançados; a política pública, embora tenha impactos no curto prazo, é uma política de longo prazo; envolve processos subseqüentes após sua decisão e proposição, ou seja, implica também implementação, execução e avaliação.

Já autores que fundamentam a sociologia política da ação pública afirmam que “[...] as políticas públicas são **ações coletivas** que participam da criação de determinada ordem social e política, da direção da sociedade, da regulação de suas tensões, da integração dos grupos e da resolução dos conflitos” (LASCOURMES; LE GALÈS, 2012, p. 31-32, grifo nosso). Aqui se encontra explícita a concepção de problema público e do desenvolvimento de respostas a ele como ação de toda a sociedade, fato que leva esses autores a utilizarem o termo ação pública, ao invés de

política pública. Dentro ainda de uma perspectiva de área de conhecimento, Souza (2003a, p. 13; 2006, p. 26; 2007, p. 69) aponta que

Pode-se, então, resumir política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo dessas ações (variável dependente).

Sendo assim, as políticas públicas são respostas políticas às demandas sociais, que contém uma finalidade a ser alcançada, geralmente em um período de tempo determinado e com um investimento (financeiro e/ou humano) específico. O ciclo das políticas públicas compreende a identificação do problema; a formação de agenda; a formulação de alternativas; a tomada de decisão; a implementação, execução e monitoramento da política pública, e; a avaliação da política pública.

Como afirma Rua (1998), as políticas públicas visam a solucionar problemas políticos. Estes últimos, “[...] são as demandas que lograram ser incluídas na agenda governamental” (RUA, 1998, p. 732). A autora ainda sinaliza que enquanto não se tornam problemas políticos, as demandas sociais figuram na cena social com um “estado de coisas”, que nas palavras da pesquisadora são:

[...] situações mais ou menos prolongadas de incômodo, injustiça, insatisfação ou perigo, que atingem grupos mais ou menos amplos da sociedade sem, todavia, chegar a compor a agenda governamental ou mobilizar autoridades políticas (RUA, 1998, p. 732-733).

A fim de que as demandas sociais deixem de ser estado de coisas para se tornarem problemas políticos, precisam apresentar uma das características abaixo:

- Mobilizar ação política de grandes ou pequenos grupos ou de atores estrategicamente situados;
- Constituir uma situação de crise, calamidade ou catástrofe; e
- Constituir uma situação de oportunidade para atores politicamente relevantes (Cf. RUA, 1998, p. 733).

No processo de ampliação dos direitos sociais no Brasil, algumas pautas só puderam ser incorporadas muito recentemente na agenda do Estado, necessariamente, por pressões sociais, bem como por opções de determinados governos/gestões nacionais, configurando o que se tem chamado de direitos difusos. A pauta das juventudes é um desses temas que recentemente tem feito parte da agenda de decisão do Governo Federal. Rua (1998) aponta que na década de 1990, a categoria juventude figurava como um estado de coisas, quer dizer,

[...] as demandas por políticas públicas para a juventude permanecem como estado de coisas, precariamente resolvidos no âmbito de políticas destinadas a um público mais amplo – com o qual os jovens têm que competir pelo espaço de atendimento – sem chegar a se apresentar especificamente como problemas políticos (RUA, 1998, p. 739).

Santos (2011, p. 66) indica também que “[...] os jovens estavam sendo atingidos por situações diversas, porém estas, ainda, seriam incapazes de mobilizar as autoridades públicas, não atingindo o patamar de problemas políticos”. Contudo, no início da primeira década do século XXI, Abramo (2005a, p. 39) indicará que, nesse novo momento histórico, o quadro havia mudado e a juventude já se apresentava “[...] como um problema político, logrando obter maior espaço nas agendas governamentais, a ponto de engendrar uma série de mobilizações para a posição de espaços institucionais e planos de políticas públicas para o segmento”⁶.

Importante considerar ainda que, se no início desse milênio, era possível falar que “[...] vem se constituindo o campo das políticas públicas de juventude no país” (FREITAS e PAPA, 2003, p. 8), hoje, mais de dezoito anos após a entrada da pauta na agenda governamental, já não se pode dizer o mesmo. O campo das PPJ já tem contornos mais definidos, legalidades estabelecidas e espaços institucionalizados ainda que possivelmente fragilizados e não tão autônomos.

Para Novaes e Ribeiro (2010, p. 81), “menos que um campo estruturado, com um sistema bem-definido de posições e oposições, tal como proposto na teoria do sociólogo francês Pierre Bourdieu, [o campo das PPJ] trata-se de um espaço com pouca visibilidade, com fronteiras porosas e muitas sobreposições”. Corroborando esta visão, Castro (2011, p. 295) sinaliza que o campo das políticas públicas de juventude “[...] ainda é frágil, marcado por uma disputa pela legitimação do tema juventude diante de outros tantos temas já legitimados e institucionalizados como política de Estado”. Ou seja, essas questões estão relacionadas ao ainda frágil processo de autonomização do próprio campo das PPJ frente aos campos das demais políticas públicas já consolidadas, bem como, devido ao fato dos direitos juvenis serem plataformas que demandam atuação transversal e articulação com as políticas setoriais existentes.

Será visto adiante como esta institucionalização em construção está relacionada com os atores políticos que ocuparam e ocupam o campo das PPJ; o

⁶ Os elementos desta mudança serão melhor explorados no item “O cenário nacional das políticas públicas de juventude”.

processo histórico ocorrido ao longo desse tempo; bem como os arranjos institucionais estabelecidos neste percurso. No próximo item exploramos os resultados da pesquisa bibliográfica realizada no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES acerca dos estudos acadêmicos sobre as políticas públicas de juventude.

2.3. As pesquisas sobre as políticas públicas de juventude no Banco de Teses da CAPES

A temática da juventude e das políticas públicas de juventude - PPJ adentra e se potencializa no mundo acadêmico, ganhando diversos estudos e pesquisas no período dos últimos quinze anos. Segundo Hayashi, Hayashi e Martinez (2008, p. 134) “[...] a pesquisa acadêmica brasileira tem proporcionado inúmeras reflexões sobre os jovens e a juventude, por meio de estudos de análise científica sobre a temática”. No rol desses estudos estão aqueles que se debruçam sobre as políticas públicas de juventude, seja acerca do seu processo de institucionalização e desenvolvimento ao longo dos anos no plano nacional, estadual e/ou municipal; seja acerca de alguma política pública específica e das questões relacionadas a sua implementação, execução e/ou impacto na vida dos jovens nos diversos contextos da realidade brasileira.

Cabe destacar que a própria constituição da área das políticas públicas como um campo específico de estudos e pesquisas no Brasil se dá a partir da década de 1980. Melo (1999, p. 79) sinaliza que, “impulsionada pela transição democrática, a análise de políticas públicas experimentou um *boom* na década de 80” no Brasil. Em pesquisa realizada no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, no período de 1987-2010, utilizando o marcador “política pública”, Faria (2012a) destaca o crescimento exponencial das teses e dissertações na temática das políticas públicas a partir dos anos 2000, de forma “[...] que mais de 91% dos trabalhos de conclusão foram defendidos na década passada, dos quais 63,25% foram defendidos na segunda metade da década” (FARIA, 2012a, p. 125), revelando o *boom* da área no Brasil e a consolidação deste campo.

Em paralelo, no que tange ao nosso objeto de pesquisa, Oliveira e colaboradores (2018, p. 14) apontam que “[...] as PPJ devem permear, não só os

discursos governamentais e sociais, como, também, as discussões acadêmicas”. Observa-se que a temática das políticas públicas de juventude como expressão singular do campo das políticas públicas sofreu influência do crescimento desta área, sendo também foco de diversas pesquisas realizadas nos programas de pós-graduação do país.

Em pesquisa realizada no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, - inicialmente em 21 de dezembro de 2017 e atualizada em 06 de outubro de 2021, - no período de 2001-2020, utilizando-se os seguintes marcadores: “políticas públicas de juventude”, “política pública de juventude”, “políticas de juventude” e “política de juventude”, encontrou-se os seguintes resultados quantitativos por marcador, presentes no quadro abaixo:

Quadro 2 – Quantitativo de teses e dissertações encontradas por marcadores utilizados para a pesquisa no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES – 2001-2020

Marcador	Quantitativo
Políticas Públicas de Juventude	97
Política Pública de Juventude	10
Políticas de Juventude	39
Política de Juventude	26

Fonte: Elaboração própria, 2022

Uma análise comparativa dos títulos das teses e dissertações permitiu verificar que existem 139 (cento e trinta e nove) pesquisas relacionadas a um ou mais desses marcadores utilizados, revelando o cenário do campo de estudo quanto as políticas públicas de juventude no Brasil. Uma análise mais detalhada desses estudos possibilitou constatar que dessas 139 (cento e trinta e nove) pesquisas, 118 (cento e dezoito) são dissertações, sendo 102 (cento e duas) provenientes de mestrados acadêmicos e 16 (dezesesseis) de mestrados profissionais, e; 21 (vinte e uma) são teses de doutorado, conforme Tabela 1.

Tabela 1 – Quantitativo de teses e dissertações sobre políticas públicas de juventude por ano e modalidade de pós-graduação *stricto sensu* no Brasil – 2001-2020

	Mestrado			Total
	Mestrado	Profissional	Doutorado	
2020	1	1	1	3
2019		4		4
2018	8		1	9
2017	6	4	2	12
2016	6	3	1	10
2015	12		4	16
2014	13		1	14
2013	12			12
2012	9		2	11
2011	11	2	2	15
2010	10		2	12
2009	6	2	4	12
2008	4			4
2007	1			1
2006	1			1
2005	1			1
2004	1		1	2
2003				0
2002				0
2001				0
Total	102	16	21	139

Fonte: Elaboração própria, 2022

A partir da tabela acima é possível observar que os estudos sobre políticas públicas de juventude começam a ser realizados de forma mais sistemática e contínua a partir do ano de 2004, o que coaduna com o processo de constituição e consolidação das políticas públicas de juventude através da inserção da pauta da juventude na agenda governamental brasileira, de forma mais sistemática, a partir de 2003. Por outro lado, verifica-se um quantitativo considerável das pesquisas, que foram defendidas no período de 2009 a 2018, totalizando 123 (cento e vinte e três) estudos, o que corresponde a quase 90% da produção bibliográfica encontrada.

Quando se verifica os programas de pós-graduação nos quais se concentram as dissertações e teses (Tabela 2), observa-se um predomínio das pesquisas produzidas nos programas de educação, seja devido as 10 (dez) teses defendidas em doutorados de educação, seja as 46 (quarenta e seis) dissertações em mestrados de educação. Observa-se ainda um quantitativo considerável de teses e dissertações na área da ciência política e das políticas públicas, a saber 29 (vinte e nove) pesquisas

distribuídas da seguinte forma: 03 (três) teses e 05 (cinco) dissertações em ciência política; 04 (quatro) dissertações em política social; 05 (cinco) dissertações em planejamento e análise de políticas públicas; 03 (três) dissertações em planejamento e políticas públicas; 02 (duas) dissertações em políticas públicas; 02 (duas) dissertações em políticas sociais e cidadania; 01 (uma) dissertação em política social e direitos humanos; 01 (uma) em políticas públicas e desenvolvimento local; 01 (uma) dissertação em políticas públicas e sociedade; 01 (uma) dissertação em políticas sociais; e 01 (uma) em gestão de políticas públicas e segurança social.

Destaca-se que a verificação da área de avaliação a que se encontram vinculados os referidos programas de pós-graduação, - tarefa não realizada nesse estudo, - poderá visibilizar melhor em que campos se concentram os estudos sobre políticas públicas de juventude no Brasil.

Importante apontar que os dados específicos das pesquisas realizadas em programas de pós-graduação em políticas públicas revelam o crescimento recente da área das políticas públicas como sinalizado acima. Hochman e Faria (2013) afirmam que entre os indicadores da consolidação do campo das políticas públicas no Brasil está o ensino e pesquisa da área das políticas públicas, através da criação de programas de pós-graduação específicos, como também linhas de pesquisa acerca das políticas públicas em programas de pós-graduação já consolidados. Entre os estudos desenvolvidos nas linhas de pesquisa em políticas públicas e nos novos programas de pós-graduação em políticas públicas estão algumas pesquisas sobre as políticas públicas de juventude.

Tabela 2 – Quantitativo de teses e dissertações sobre políticas públicas de juventude por programas de pós-graduação no Brasil – 2001-2020

Programa	Quantidade
Doutorado em Ciência da Informação	1
Doutorado em Ciência Política	3
Doutorado em Ciências Sociais	1
Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido	1
Doutorado em Educação	10
Doutorado em Geografia	1
Doutorado em Política Social	1
Doutorado em Psicologia (Psicologia Social)	1
Doutorado em Psicologia Social	1
Doutorado em Sociologia	1
Mestrado em Administração Pública e Governo	2

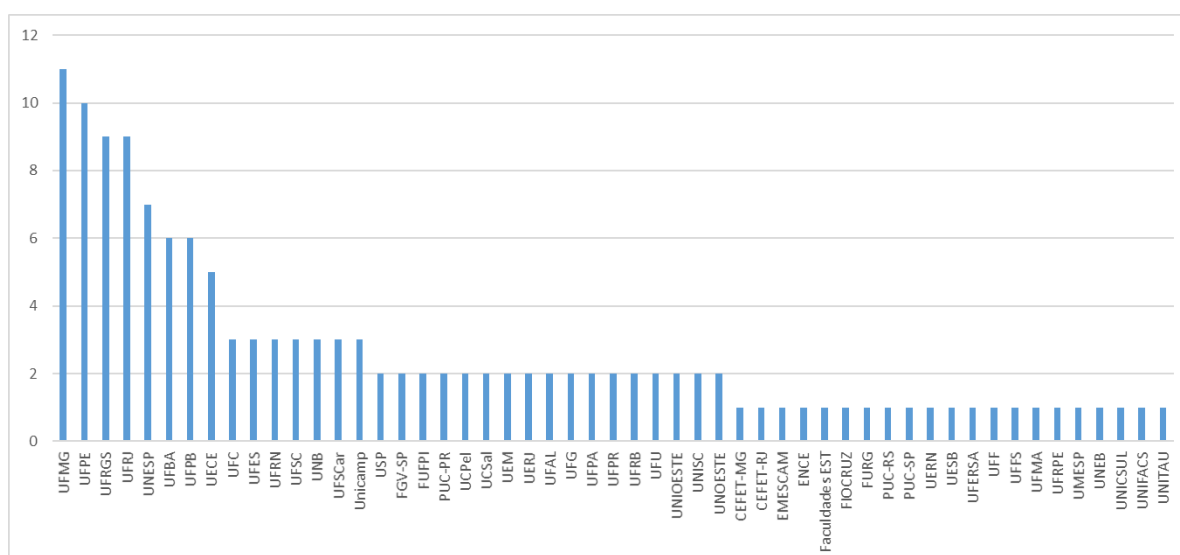
Mestrado em Ambiente, tecnologia e sociedade	1
Mestrado em Ciência da Informação	1
Mestrado em Ciência Política	5
Mestrado em Ciências Sociais	1
Mestrado em Ciências Sociais: Cultura, Desigualdades e Desenvolvimento	1
Mestrado em Desenvolvimento Regional e Urbano	1
Mestrado em Direito	2
Mestrado em Direitos Humanos	1
Mestrado em Educação	41
Mestrado em Educação Ambiental	1
Mestrado em Educação e Contemporaneidade	1
Mestrado em Educação e Ensino	1
Mestrado em Educação Tecnológica	1
Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais	1
Mestrado em Estudos Urbanos e Regionais	1
Mestrado em Extensão Rural e Desenvolvimento Local	1
Mestrado em Geografia	1
Mestrado em Gestão Pública e Cooperação Internacional	1
Mestrado em História	1
Mestrado em Política Social	4
Mestrado em Política Social e Direitos Humanos	1
Mestrado em Políticas Públicas	2
Mestrado em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local	1
Mestrado em Políticas Públicas e Sociedade	1
Mestrado em Políticas Sociais	1
Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania	2
Mestrado em Psicologia	6
Mestrado em Psicologia Social e Institucional	2
Mestrado em Relações Étnico-Raciais	1
Mestrado em Saúde Pública	1
Mestrado em Serviço Social	4
Mestrado em Serviço Social e Direitos Sociais	1
Mestrado em Sociedade, Cultura e Fronteiras	1
Mestrado em Sociologia	5
Mestrado em Sociologia Política	2
Mestrado em Teologia	1
Mestrado Profissional em Desenvolvimento e Gestão Social	2
Mestrado Profissional em Educação	1
Mestrado Profissional em Ensino na Saúde	1
Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social	1
Mestrado Profissional em Gestão do Desenvolvimento Local Sustentável	1
Mestrado Profissional em Gestão e Desenvolvimento Regional	1
Mestrado Profissional em Planejamento e Análise de Políticas Públicas	5
Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas	3
Mestrado Profissional em Teologia	1
Total	139

Fonte: Elaboração própria, 2022

No que se refere às instituições de ensino superior onde estas pesquisas são desenvolvidas, constante no Gráfico 1 abaixo, verifica-se uma concentração dos estudos nas seguintes universidades: 11 (onze) na UFMG; 10 (dez) na UFPE; 09 (nove) na UFRGS; 09 (nove) na UFRJ; 07 (sete) na UNESP; 06 (seis) na UFBA; 06 (seis) na UFPB; e 5 (cinco) na UECE. As demais 76 (setenta e seis) teses e dissertações estão distribuídas entre 45 (quarenta e cinco) instituições do ensino superior.

Ao agrupar as teses e dissertações sobre políticas públicas de juventude encontradas por região do país, encontramos os seguintes dados: 54 (cinquenta e quatro) pesquisas defendidas na região sudeste; 50 (cinquenta) pesquisas defendidas na região nordeste; 26 (vinte e seis) na região sul; 07 (sete) na região centro-oeste; e 02 (duas) na região norte. Uma sistematização por estado onde esses estudos foram realizados, a ser feito posteriormente, permitirá observar a configuração geográfica da produção bibliográfica da temática no cenário nacional. Por outro lado, faz-se necessário considerar a distribuição e concentração dos programas de pós-graduação no país para uma análise mais apurada.

Gráfico 1 – Distribuição das teses e dissertações sobre políticas públicas de juventude pelas instituições de ensino superior no Brasil – 2001-2020



Fonte: Elaboração própria, 2022

Uma sistematização das palavras-chave presentes nessas pesquisas⁷ sobre políticas públicas de juventude constantes do Banco de Teses da CAPES permitiu identificar uma miscelânea de temáticas, em um total de 282 (duzentos e oitenta e duas) palavras-chave, com 549 (quinhentos e quarenta e nove) ocorrências, com o predomínio das seguintes temáticas: Juventude; Políticas Públicas; Políticas Públicas de Juventude; Educação; PROJOVEM; Participação; Jovem; Direitos; Trabalho; Ensino; Agenda; Redes; Avaliação de Políticas Públicas; Conferências; Território, cujo quantitativo de ocorrências e os descritores relacionados a cada temática podem ser verificado no quadro abaixo.

Quadro 3 – Quantitativo de ocorrência das temáticas de maior predomínio e seus descritores presentes nas palavras-chave das teses e dissertações encontradas no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES – 2001-2020

Temática	Descritores	Quantitativo
Juventude	juventude; juventudes; juventude(s); juventude faxinalense; juventude negra; juventude negra feminina; juventude no Brasil; juventude popular; e juventude vulnerável	88
Políticas Públicas	política pública; políticas públicas; política social, políticas sociais	64
Políticas Públicas de Juventude	política pública de juventude; política de juventude; políticas de juventude; políticas públicas de juventude; políticas (públicas) sociais de juventude; políticas sociais de juventude; políticas públicas de juventude (s); políticas públicas para juventude; políticas de juventudes e resistência; e políticas de juventude do Governo Lula	45
Educação	educação; educação ambiental; educação de jovens e adultos; EJA; educação do campo; educação e cultura para a paz; educação em direitos humanos; educação em prisões; educação em saúde; educação em tempo integral; educação emancipatória; educação não-formal; educação popular; educação profissional; educação profissional e tecnológica; e educação social	33
PROJOVEM	PROJOVEM; PROJOVEM Urbano; Programa PROJOVEM Urbano; PROJOVEM Trabalhador; e PROJOVEM Adolescente	24
Participação	participação; participações; participação juvenil; participação política; e participação social	16

⁷ Das 129 (cento e vinte e nove) teses e dissertações encontradas, 02 (duas) não possuíam palavras-chaves e em 06 (seis) não foi possível identificar nem os resumos e nem palavras-chave por não estarem disponíveis em meio digital. Sendo assim, a sistematização das palavras-chave é correspondente ao encontrado nas 121 (cento e vinte e uma) teses e dissertações.

Jovem	jovem; jovens; jovem assentado; jovens camponeses; jovens em conflito com a lei; jovens rurais	10
Direitos	direitos; direitos juvenis; direitos sociais; direitos humanos; direito constitucional; direito comparado; e direito à educação	09
Trabalho	Trabalho	08
Ensino	ensino médio; ensino profissionalizante; e ensino superior	08
Agenda	agenda pública; e agenda governamental	07
Redes	redes; rede de políticas; rede de atenção à juventude; redes sociais; Rede ecumênica de jovens	06
Avaliação de políticas públicas	avaliação de políticas públicas; avaliação de projetos sociais; avaliação de programas sociais; avaliação participativa; e avaliação de impacto	05
Conferências	conferências, conferências nacionais, conferências nacionais de políticas públicas, conferência de juventude da Bahia, conferência nacional infanto-juvenil pelo meio ambiente	05
Território	território; territórios; territórios de vida; e territorialidades	05

Fonte: Elaboração própria, 2022

As demais 195 (cento e noventa e cinco) palavras-chaves apresentaram de 1 (uma), em sua grande maioria, a 4 (quatro) ocorrências, apontando, quase sempre para as especificidades dos estudos realizados e suas singularidades. Grande parte dessas pesquisas se debruça sobre a análise de determinada política pública de juventude em uma realidade local ou estadual. Outra parte desses estudos volta-se para o processo de construção do campo das políticas públicas de juventude no Brasil no cenário nacional, em algumas realidades estaduais e em cenários municipais.

A realização do levantamento bibliográfico das teses e dissertações sobre as políticas públicas de juventude presentes no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, de forma exploratória e descritiva, possibilitou caracterizar a configuração deste campo acadêmico específico no Brasil, sendo possível apontar o crescimento paulatino desses estudos a partir do ano de 2004, em paralelo ao desenvolvimento das políticas públicas na agenda governamental nacional brasileiro. Permitiu visibilizar ainda as instituições de ensino superior onde essas pesquisas foram desenvolvidas, os programas de pós-graduação nos quais essa temática tem recebido destaque, e as principais palavras-chaves presentes nessas pesquisas.

Aponta-se a dificuldade de acesso a algumas dissertações que não se encontravam disponíveis em forma eletrônica e que foram defendidas antes da

estruturação da Plataforma Sucupira⁸. Sinaliza-se o caráter preliminar das informações aqui destacadas, sendo imprescindível aprofundar o campo de análise a partir de uma perspectiva bibliométrica, assim como, explorar maiores possibilidades das informações coletadas no que se refere ao estado da arte das pesquisas sobre as políticas públicas de juventude no Brasil.

Destaca-se que alguns desses estudos têm se debruçado sobre o processo de construção das políticas públicas de juventude em âmbito nacional (dezoito pesquisas) e nos cenários subnacionais: em âmbito estadual (dois estudos) e em âmbito municipal (nove pesquisas), que irão dar base para a elaboração de uma síntese do cenário nacional das políticas públicas de juventude no Brasil, como pode ser verificado a seguir.

2.4. O cenário nacional das políticas públicas de juventude

No cenário brasileiro, apenas na década de 1990 será possível verificar a inserção dessa pauta na agenda governamental, sobretudo, sendo a juventude vista a partir da perspectiva de “juventude problema” e com o desenvolvimento de ações fragmentadas e desconexas. Ressalta-se que, somente nos anos 2000, ocorre uma estruturação maior das ações por parte do Estado, com o desenvolvimento de desenhos institucionais e legais, sendo então, a juventude tratada como agenda prioritária, no esforço de compreendê-la como “sujeito de direitos”. Necessariamente, tal organização da pauta de forma mais sistematizada se dá com a mudança de gestão no âmbito federal, a partir de 2003, figurando o ano de 2005 como um marco importante (SPOSITO, 2003; SPOSITO; CARRANO, 2003; SANTOS, 2011; PAPA e FREITAS, 2011; ROCHA, 2012; VIEIRA, 2012; PEREIRA, 2017a; PEREIRA, 2017b; ANJOS, 2017).

Papa e Freitas (2011, p. 08) ponderam que a inserção da juventude na agenda pública do estado aconteceu no momento histórico em que ocorreu a “[...] eleição de um candidato [para a Presidência da República] com forte apoio de movimentos sociais e segmentos socialmente desfavorecidos” e com certa concepção da

⁸ A Plataforma Sucupira foi lançada em 27 de março de 2014 como um “[...] ferramenta on-line para coletar informações, realizar análises, avaliações e servir como base de referência [...]” para o Sistema Nacional de Pós-Graduação do Brasil (ARCANJO, 2014).

importância da juventude enquanto sujeito de direitos. Corroborando essa perspectiva e apontando a participação da sociedade civil no processo de formação da agenda em âmbito nacional, Vieira (2012, p. 22) aponta que a

[...] implementação das políticas voltadas para a juventude no Brasil, [...] surge fruto de várias articulações da sociedade civil organizada que construiu debates e fóruns envolvendo todos os atores que se organizavam em torno da pauta da juventude para desenhar o que é hoje a Política Nacional de Juventude.

Por outro lado, Abramo (2005b) sinaliza que o debate sobre políticas públicas de juventude no Brasil tem se desenvolvido bastante, na primeira década do século XXI, com a participação de diferentes atores e em arenas públicas diversas. Santos (2017, p. 179) reconhece que

Do ponto de vista histórico, [...] a inclusão da temática da juventude na agenda governamental brasileira foi recente e resultou tanto de pressão interna das organizações e movimentos sociais atuantes no tema, que se fortaleceram na luta pela redemocratização, quanto de pressão externa, por parte de organismos internacionais que, desde os anos 1980, fomentaram o desenvolvimento de políticas específicas voltadas à juventude.

Referente ainda ao percurso histórico, no âmbito nacional, a inserção da pauta da juventude na agenda governamental, de forma mais sistemática, se deu a partir de 2005, com a criação da Secretaria Nacional de Juventude – SNJ, vinculada à Secretaria Geral da Presidência; do Conselho Nacional de Juventude – CONJUVE; e do Programa Nacional de Inclusão de Jovens – PROJOVEM, vindo as políticas públicas de juventude a se consolidar nos anos subsequentes. Para Macedo (2011, p. 231)

O governo federal avançou nas PPJ, especialmente a partir de 2005. Forjou espaços para que diversos atores atuassem unificados na formulação da política de juventude, por meio da Secretaria Nacional de Juventude, do Conjuve, dos programas, do estímulo às conferências e à criação de conselhos de juventude.

Observa-se que a estruturação das políticas de juventude está relacionada ao processo histórico ocorrido ao longo dos anos de 2003 até o presente, a saber: a criação da Comissão Especial de Políticas Públicas de Juventude, na Câmara dos Deputados, em 2003; a realização da Conferência Nacional de Juventude, promovida pela Câmara dos Deputados, em 2004; a criação do Grupo Interministerial de Juventude, em 2004, com o intuito de definir uma política nacional de juventude; a criação da Secretaria Nacional de Juventude – SNJ, o Conselho Nacional de Juventude – CONJUVE e do PROJOVEM, pelo Governo Federal, em 2005; a realização de 1ª, 2ª e 3ª Conferência Nacional de Juventude, pelo CONJUVE, em

parceria com a SNJ, em 2008, 2011 e 2015 respectivamente; a aprovação da PEC Juventude, que insere o termo juventude na Constituição Federal, em 2010; a aprovação e sanção do Estatuto da Juventude pela presidenta Dilma Rousseff, em 05 de agosto de 2013 (ABRAMO, 2007; CONJUVE, 2011; PAPA; FREITAS, 2011; SOUZA, 2011); e mais recentemente, a publicação do Decreto n. 9.306/2018, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE (BRASIL, 2018).

Todo este processo foi permeado pela criação de arranjos institucionais e experiências participativas, nos mais variados níveis de gestão, com o intuito de desenvolver políticas públicas de/para/com as juventudes, principalmente, a partir da perspectiva dos jovens enquanto “sujeito de direitos”. Para Carrano (2011, p. 238), por exemplo, “na última década, foram criadas institucionalidades políticas (secretarias, coordenações, assessorias e conselhos) de juventude nos diferentes níveis de governo que expressam a maior sensibilidade para a urgência de se coordenar ações específicas para os jovens no Brasil”.

Em relação à produção acadêmica, identificada no levantamento bibliográfico, algumas pesquisas têm se debruçado sobre a tarefa de analisar: a institucionalização do direito à participação a partir dos Projetos de Lei 4.529/2004 e 4.530/2004, que tramitavam no Congresso Nacional (OLIVEIRA, 2007); a emergência dos jovens como objeto de investimento e de intervenção de políticas públicas (FREZZA, 2008); a estrutura social subjacente ao processo de construção da política de juventude no período de 1997 a 2007 (RODRIGUES, 2008); o processo de consolidação das políticas de juventude na agenda pública brasileira (CLEMENTINO, 2009); as políticas públicas de juventude na primeira metade da Era Lula, com foco no Programa Agente Jovem (COSTA, 2009); a contextualização do momento em que as temáticas das juventudes foram inseridas na agenda governamental nacional (SANTOS, 2011); o conteúdo da agenda das políticas públicas de juventude (MACHADO, 2011); os principais fatores, atores e contexto político que levaram o tema das políticas públicas de juventude adentrar na agenda governamental (ROCHA, 2012); a geografia das políticas públicas de juventude na primeira década do século XXI no Brasil (PISTORI, 2012); o processo de efetivação dos direitos de juventude através das políticas públicas no Brasil contemporâneo (FERNANDES, 2013); a constituição do campo político de políticas de juventude (ROSA, 2014); a juventude como objeto de governo da modernidade (RUGGIERI NETO, 2015); a influência das ideias sobre juventude no

processo de formação das políticas de juventude no Brasil (SOUZA, 2016); as capacidades do Estado brasileiro na gestão de políticas de juventude de 2003 a 2014 (SANTOS, 2017); as políticas públicas de juventude construídas no Brasil e na Colômbia, entre 2002 e 2014, em uma perspectiva comparada (ALVAREZ, 2017); a inserção da juventude na agenda governamental brasileira e mexicana, de forma comparada (ROCHA, 2020); e a inclusão dos problemas das juventudes na agenda decisória do governo federal a partir de 2005 (SANTOS, 2020).

Outras pesquisas tem tido por foco o objetivo de identificar como se dá a construção da política pública de juventude em contextos subnacionais específicos, tais como: o processo de elaboração da política pública de juventude no estado de Sergipe (CAVALCANTE, 2010); a construção da política municipal para jovens de São Lourenço-MG (SOARES, 2012); a análise das iniciativas no âmbito do Estado destinadas especificamente para a juventude no Espírito Santo (VALADÃO, 2013); o processo de institucionalização da política pública de juventude, na cidade de Teresina-PI, de 2007 a 2012 (PIRES, 2014); o estudo da implementação de políticas públicas de juventude na cidade de Santos, de 2007 a 2014 (MATSUMOTA, 2015); o caso da divisão para assuntos da juventude em Blumenau-SC (QUITANI, 2015); a influência política dos movimentos de juventude em Natal nas políticas públicas de juventude do município, no período de 2009 a 2014 (SILVA, 2015); as políticas municipais de juventude como garantia de permanência no ensino superior (CORREIA, 2016); as políticas públicas de juventude em Erechim-RS (ROMANOSKI, 2017); uma análise das políticas públicas de juventude no município de Mossoró-RN (COSTA, 2018); e o processo de desenvolvimento das PPJ de Jaboatão dos Guararapes em Pernambuco (LYRA, 2019).

Rocha (2012) em seu estudo, realizando uma análise do cenário nacional, a partir do referencial teórico dos múltiplos fluxos, chega a sinalizar que

Embora o tema da juventude já estivesse sendo discutido desde a década de 1990 [no Brasil], é na mudança de governo ocorrida nas eleições de 2002 que se abre um fluxo propício para a temática, inserida na conjuntura de novas institucionalidades, e que, dessa forma, se concretiza em uma política nacional (ROCHA, 2012, p. 17).

O autor chama a atenção para o *stream* da política no estabelecimento da janela de oportunidades e na definição da agenda nacional das políticas públicas de juventude no Brasil (ROCHA, 2012). Por outro lado, para Oliveira (2007) o período de

2004, 2005 e 2006 é o momento em que a temática das políticas públicas de juventude passa a ter mais ênfase no legislativo e executivo nacional, no Brasil.

Corroborando essas questões, Clementino (2009, p. 13) indica que “a juventude chega, de maneira tardia na agenda das políticas públicas no Brasil, sendo muito influenciada pelo debate internacional e consolidação de experiências estrangeiras exitosas de investimentos nos jovens”. Como já apontado na introdução desta dissertação, este autor considera que a pauta da juventude se insere na agenda governamental, em âmbito nacional, a partir de quatro fatores específicos, sejam estes: a) o quantitativo de jovens no Brasil; b) o fato da juventude ter se tornado um problema político; c) a perspectiva do jovem ser considerado ator estratégico para o desenvolvimento do país; e d) a importância do debate e experiências internacionais (CLEMENTINO, 2009).

Em consonância com o fator da importância do quantitativo dos jovens, Machado (2011, p. 11) aponta que “segundo dados censitários do IBGE, de 2010, em um contingente de 190,7 milhões de pessoas (190.732.694) a coorte com idade de 15 a 29 anos representava mais de 51,1 milhões (51.116.261), o correspondente a 26,8% dos habitantes do país”, ou seja, mais de um quarto da população brasileira se encontrava nas faixas etárias iniciais do que é considerado a população economicamente ativa do Brasil. Por outro lado, em relação ao fator problema político, verifica-se que a transformação da juventude de um estado de coisas para um problema político fez com que essa pauta figurasse nos espaços não governamentais, da sociedade civil; da academia (*policy communities*); assim como, no escopo da agenda governamental. Para Santos (2011, p. 65)

Será a difícil condição socioeconômica do país, aliada ao baixo crescimento econômico, à instabilidade e precariedade na inserção no mercado de trabalho, com reflexos na quase ausência de perspectivas quanto à mobilidade social das novas gerações, que colocará na pauta dos debates não-governamentais e governamentais a problemática social da juventude.

No bojo da literatura acadêmica, o ano de 2005 é apontado como um marco de inflexão na agenda das políticas públicas de juventude no Brasil (OLIVEIRA, 2007; RODRIGUES, 2008; CLEMENTINO, 2009; CAVALCANTE, 2010; MACHADO, 2011; ROCHA, 2012). Rodrigues (2008, p. 87), por exemplo, indica que “neste período [2003-2007], o tema juventude definitivamente entrou para a agenda das políticas públicas, multiplicando-se as iniciativas tanto na esfera do poder público quanto da

sociedade civil”. Já Rocha (2012, p. 14) aponta que “[...] a pauta das políticas públicas de juventude ganhou projeção a partir de 2005 [...]”.

Importante destacar que Oliveira (2007, p. 77) sinaliza “[...] três iniciativas do Legislativo [que] podemos considerar como proposta de marco normativo de uma política nacional para a juventude: a Proposta de Emenda à Constituição 138/03; o Projeto de Lei 4529/2004; o Projeto de Lei 4530/2004”, que se tratavam da PEC de inclusão do termo jovem na Constituição Federal; o Projeto de Lei que criava o Estatuto da Juventude; e o Projeto de Lei que estabelecia o Plano Nacional de Juventude, respectivamente. Por outro lado, Rodrigues (2008, p. 87) sistematiza

[...] três processos de abrangência nacional [que] marcaram o debate sobre as políticas públicas de juventude no começo dos anos 2000: o Projeto Juventude, do Instituto Cidadania; a Comissão Especial Extraordinária de Juventude e o Grupo Interministerial de Juventude.

O Projeto Juventude foi uma iniciativa do Instituto Cidadania que se caracterizou por “[...] um amplo programa de estudos, pesquisas, discussões e seminários em vários Estados [...]” (INSTITUTO CIDADANIA, 2004, p. 07) acerca das realidades dos jovens brasileiros, cujo documento de conclusão foi entregue ao Presidente Luís Inácio Lula da Silva, em 16 de junho de 2004, no intuito de incidir sobre a inserção da pauta das juventudes na agenda governamental do Brasil. Sobre a Comissão Especial Extraordinária de Juventude e o Grupo Interministerial de Juventude, logo mais abaixo retornamos a eles.

Tanto os processos que subsidiaram a inserção da pauta da juventude na agenda governamental quanto os marcos normativos elaborados para dar sustentação as políticas públicas de juventude ganharam maior impulso “[...] com a criação da Secretaria Nacional de Juventude, Conselho Nacional de Juventude e Programa Nacional de Inclusão Social de Jovens (PROJOVEM), os quais compuseram a política nacional de juventude” (ROCHA, 2012, p. 14). Em um balanço da importância das políticas públicas de juventude na agenda do Estado, Santos (2011, p. 109) destaca que

[...] a notoriedade recente das políticas públicas para as juventudes vem se [...] [desenvolvendo] considerando, em geral, quatro principais aspectos: *i)* um período de *boom* demográfico, caracterizado por uma *onda jovem*; *ii)* as vulnerabilidades negativas as quais os jovens estão mais submetidos, como as pautadas entre a inserção no mercado de trabalho e o tempo de estudo; *iii)* a maior responsabilidade do Estado com a sustentabilidade social das futuras gerações; e *iv)* por fim, a cobrança da sociedade civil para que os direitos dos jovens (de acesso ao lazer, à cultura, à saúde, à educação etc.)

sejam colocados em prática, tomando-os como sujeitos das políticas públicas sociais.

O que se observa é que, além dos elementos de contexto que fazem com que as juventudes entrem na agenda de decisão do governo brasileiro na primeira década do século XXI, como apontando por Papa e Freitas (2011) é em uma gestão com forte apoio dos movimentos sociais que este fato irá se dá: uma gestão do Partido dos Trabalhadores. Anjos (2017) já indicava a importância das gestões petistas federais para a inclusão da juventude na agenda governamental brasileira. Segundo este autor, “ao chegar ao governo em 2003, depois da vitória nas eleições de 2002, o Partido dos Trabalhadores põe em relevo ações de políticas públicas [de juventude] que o mundo e a América Latina já experimentaram desde a segunda metade da década de 1980” (ANJOS, 2017, p. 45). Em consonância, Rocha (2012, p. 16) aponta que “é na virada da década de 1990 para 2000, sobretudo na eleição presidencial em que o então candidato Luís Inácio Lula da Silva venceu, em 2002, que o tema [da juventude] ganhou peso [...]”.

Ampliando o olhar para o cenário geral da chegada do Partido dos Trabalhadores ao governo federal Santos (2017, p. 16) indica que “uma das marcas da gestão do Partido dos Trabalhadores (PT) foi a criação de novos mecanismos de interlocução entre Estado e sociedade na gestão das políticas públicas nacionais a partir de 2003”, fazendo com que novas temáticas adentrassem a agenda governamental. A juventude foi uma dessas temática. Costa (2009, p. 67) especifica que

[...] desde o princípio do governo Lula, os diferentes agentes e segmentos enfrentaram o desafio de adentrar a arena pública na tentativa de pautar uma agenda política, com a necessidade da garantia dos direitos para os jovens brasileiros e para a implementação de políticas públicas adequadas.

Para Santos (2017) essa inserção está relacionada aos compromissos de campanha assumidos pela candidatura do PT com os movimentos sociais, de forma que, “[...] uma vez eleito, o Governo Lula adaptou a estrutura burocrática existente e criou novos espaços institucionais para atender as demandas oriundas dos movimentos sociais” (SANTOS, 2017, p. 61-62). Rocha (2012) também compartilha deste entendimento ao sinalizar que foi na mudança de gestão, no plano federal, que se abriu uma janela de oportunidades para a inclusão da juventude na agenda governamental brasileira.

Será a conquista do governo federal por parte de um agrupamento político de esquerda, com forte ligação com movimentos sociais que potencializará o *stream* da política, possibilitando assim que a juventude saísse da condição de estado de coisas, fosse considerado um problema político e se inserisse na agenda de decisão do governo. Concorda-se com Santos (2017) quando ela afirma que

A construção da cidadania juvenil se coloca como um **tema prioritário para a agenda dos governos democráticos** tanto do ponto de vista numérico, por abranger expressivo contingente populacional mundial, quanto em termos do impacto que os jovens podem desempenhar na promoção de mudanças sociais efetivas (SANTOS, 2017, p. 18, grifo nosso)

A assunção da gestão petista ao âmbito nacional, embebida das forças populares e dos princípios democráticos, irá tematizar a cidadania juvenil entre suas ações prioritárias. É nesse sentido que Anjos (2017, p. 49) aponta que “com a chegada de um governo progressista e com orientação política, mais ligada ao pensamento da esquerda (Lula 2003-2010) a agenda da juventude conquista espaço nas políticas públicas”.

A partir dessas pesquisas, é possível apontar que o processo de inserção da pauta da juventude na agenda pública brasileira, em âmbito federal, começa a se estruturar de forma mais sistemática a partir de 2003, com a criação da Comissão Especial de Políticas Públicas de Juventude (CEJUVENT), na Câmara dos Deputados, que realizou audiências públicas por todo o Brasil, em um processo de escuta das juventudes nos vinte e sete estados brasileiros e uma Conferência Nacional de Juventude, entre os dias 16 a 18 de junho de 2004.

Como resultado dessa comissão, no âmbito legislativo foram elaboradas o Projeto de Emenda Constitucional n. 138/2003, que incluía o termo “jovem” na Constituição Federal; o Projeto de Lei n. 4.529/2004, que criava o Estatuto da Juventude, e Projeto de Lei n. 4.530/2004, que estabelecia o Plano Nacional de Juventude. A CEJUVENT sugeriu ainda a criação do Conselho Nacional de Juventude, do Instituto Brasileiro de Juventude e da Secretaria Especial de Políticas de Juventude.

A juventude foi se tornando pauta da agenda de decisão do governo, de forma que no ano de 2004 foi criado o Grupo de Trabalho Interministerial de Políticas para a Juventude com o objetivo de mapear os programas federais que direta e indiretamente atendiam às juventudes. Como resultado final dos trabalhos o GT indicou à gestão federal a necessidade de criar um órgão institucional de coordenação e articulação

das políticas de juventude; e a criação de um programa nacional específico para jovens, nas áreas da educação e trabalho.

No ano de 2005, o Governo Federal estabeleceu os pilares da Política Nacional de Juventude, com a criação da Secretaria Nacional de Juventude – SNJ, do Conselho Nacional de Juventude – CONJUVE e do Programa Nacional de Inclusão de Jovens – PROJOVEM. Cumpre destacar que

[...] a criação da Secretaria Nacional de Juventude, vinculada à Secretaria-Geral da Presidência da República e do Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE), decorreu, entre outras razões, da recomendação do Grupo de Trabalho Interministerial sobre a Juventude – GT Juventude, da ampla pesquisa realizada pelo Instituto Cidadania entre 2003 e 2004 e das recomendações do Poder Legislativo (RODRIGUES, 2008, p. 67).

Ainda que a visibilização e articulação das diversas juventudes tenha progredido no plano nacional, com a primeira, segunda e terceira gestão do CONJUVE, como também, com a realização da I Conferência Nacional de Juventude, em 2008, que teve como tema “Levante sua Bandeira”, as peças legislativas que tramitavam na Câmara Federal não avançaram muito, se arrastando por um longo tempo seus processos de apreciação e aprovação.

Apenas no ano de 2010 que a PEC n. 138/2003 (PEC da Juventude) foi promulgada, se tornando a Emenda Constitucional n. 65/2010, para cuidar dos interesses da juventude, inserindo o termo jovem na Constituição Federal, através da alteração do Capítulo VII, do Título VIII, que passou a ser denominado “Da Família, da Criança, do Adolescente, do Jovem e do Idoso”, bem como, alternado o artigo 227, seus parágrafos e incisos (BRASIL, 2010). Garantindo assim, aos jovens, os mesmos direitos sociais antes afiançados apenas às crianças e adolescentes.

A consolidação da pauta da juventude na agenda do Governo Federal, através da estruturação das políticas públicas de juventude, foi se dando com a continuidade da SNJ, do CONJUVE e suas gestões, assim como com a realização das II e III Conferências Nacionais de Políticas Públicas de Juventude, nos anos de 2011 e 2015, tendo como tema “Conquistar Direitos é Desenvolver o Brasil” e “As várias formas de mudar o Brasil”, respectivamente.

Observa-se ainda que a sanção do Estatuto da Juventude, Lei n.12.852, de 04 de agosto de 2013, que estabelece o rol de direitos juvenis (BRASIL, 2013a), deu base para o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE, para o Plano Nacional de

Juventude, para o Fundo, assim como, para o Identidade Jovem⁹. O estabelecimento dessas normativas é fator importante no processo de consolidação da pauta da juventude na agenda governamental, pois “com a inclusão da juventude no texto constitucional e a posterior aprovação e sanção do Estatuto da Juventude conformou-se o marco legal necessário para a institucionalização das políticas na área” (SANTOS, 2017, p. 126).

Além disso, “o Estatuto significa um avanço no debate de política de juventude no país, pois desconstrói a compreensão de juventude como futuro da nação, como setor estratégico de desenvolvimento econômico [...]” (CAVALCANTE, 2010, p. 82) e inaugura a concepção da juventude como sujeito de direitos, reconhecendo a importância da participação dos jovens na definição das ações que serão a eles direcionadas.

Apesar desses avanços no campo das políticas públicas de juventude ocorridos ao longo das primeiras décadas do século XXI, verifica-se que, em 2016, seis anos após a inclusão da juventude na Constituição Federal e três anos após a sanção do Estatuto da Juventude, o Governo Federal enviou uma Proposta de Emenda Constitucional ao Congresso Nacional, que tramitou na Câmara Federal como PEC n. 241/2016 e no Senado como PEC n. 55/2016, que institui um Novo Regime Fiscal, estabelecendo um teto dos gastos primários públicos por 20 anos, sendo promulgada como Emenda Constitucional n. 95/2016, de 15 de dezembro de 2016.

A juventude que teve a garantia de seus direitos legitimados por peças normativas, no começo da segunda década do século XXI, hoje vê esses mesmos direitos sob a ameaça de não serem efetivados, por outra peça normativa que limita os gastos com políticas sociais. Dessa forma, quando da possibilidade de reordenamento dos gastos públicos primários, em 2036, parcela significativa que lutou para ter direitos juvenis legitimados e garantidos não terá mais possibilidade de acessá-los, seja por não mais estar no rol de normatização da categoria juventude, seja por não estar mais viva, devido à negação de direitos básicos que poderiam garantir seu direito à existência e a um lugar social.

⁹ A Identidade Jovem é um documento que assegura aos jovens com renda familiar de até dois salários mínimos paguem meia entrada em eventos artísticos, culturais e esportivos ou utilizem transporte interestadual gratuito ou com desconto. O ID Jovem foi instituído pelo Estatuto da Juventude, em 2013, mas regulamentado apenas em 2016.

Mais recentemente houve a publicação do Decreto n. 9.306/2018, que dispõe sobre o SINAJUVE (BRASIL, 2018), alterado pelo Decreto n. 10.226/2020 (BRASIL, 2020). Esta alteração recente retirou os requisitos da existência de plano estadual ou municipal de juventude e de previsão orçamentária, para que estados e municípios realizem a adesão ao SINAJUVE. O processo de adesão dos estados e municípios ao Sistema Nacional de Juventude ou cadastro dos Conselhos e Entidades de Juventude a este Sistema, não tem operacionalizado nada além do que o registro desses espaços, sem organizar, verdadeiramente, as políticas públicas de juventude em uma estrutura de Sistema, como no caso da Saúde ou da Assistência Social.

Entre as peças normativas falta ainda a aprovação do Plano Nacional de Juventude, bem como, a constituição de um Fundo Nacional de Políticas de Juventude, com previsão orçamentária, recursos alocados e acompanhamento e deliberação pelo Conselho Nacional de Juventude, questões que parecem se tornar cada vez mais distantes de serem operacionalizadas, haja visto a flexibilização recente em torno do SINAJUVE, com a retirada da obrigatoriedade de que os estados e municípios tenham planos e recursos orçamentários destinados especificamente para as políticas públicas de juventude.

3. AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE NA BAHIA

A pauta da juventude na agenda do Governo do Estado da Bahia, através do desenvolvimento de políticas públicas de juventude é uma temática que precisa ser melhor explorada, principalmente, se considerados os treze anos de ações mais sistemáticas do governo estadual em torno da juventude baiana. Esse investimento colaborou, tanto para uma melhor configuração da agenda no cenário atual, quanto para o devido controle social pelas instâncias de participação democrática na gestão pública, instituídas no âmbito da gestão estadual.

Se é possível indicar um marcador para a inclusão da pauta das políticas públicas de juventude na agenda do Estado de forma mais estruturada, afirma-se que isto se deu com a convocação da etapa estadual da I Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude, através do Decreto Estadual n. 10.460, de 21 de setembro de 2007 (BAHIA, 2007) e todo o processo posterior realizado durante as gestões petistas ao longo dos anos subsequentes.

A convocatória para I Conferência Estadual de Juventude da Bahia, bem como a instalação de sua comissão organizadora, permitiu o acompanhamento de mais de 40 (quarenta) etapas municipais de conferências de juventude, a realização de 22 (vinte e dois) encontros regionais (englobando os 26 territórios de identidade existentes à época), e posteriormente, a realização da I Conferência Estadual, de 28 a 30 de março de 2008, mobilizando mais de 50 (cinquenta) mil jovens baianos (BAHIA, 2010; JESUS, 2011).

Apresenta-se a seguir um panorama dos estudos sobre as políticas públicas de juventude desenvolvidos nas universidades baianas, identificados na etapa de levantamento bibliográfico no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES. Por conseguinte, apresenta-se o detalhamento do cenário estadual de construção das PPJ na Bahia, a partir da literatura e da análise documental do material coletado.

3.1. As pesquisas sobre as políticas públicas de juventude na Bahia

No que tange aos estudos (dissertações e teses) desenvolvidos em programa de pós-graduação da Bahia, a pesquisa no Catálogo de Teses e Dissertações da

CAPES com os marcadores “políticas públicas de juventude”, “política pública de juventude”, “políticas de juventude” e “política de juventude” identificou 12 (doze) dissertações (9 provenientes de mestrados acadêmicos e 3 de mestrados profissionais) e 1 (uma) tese de doutorado, conforme é possível verificar na tabela abaixo:

Tabela 3 - Quantitativo de teses e dissertações sobre políticas públicas de juventude por ano e modalidade de pós-graduação *stricto sensu* na Bahia – 2001-2020

	Mestrado			Total
	Mestrado	Profissional	Doutorado	
2020				0
2019				0
2018				0
2017	1		1	2
2016	1	1		2
2015	2			2
2014	1			1
2013	1			1
2012				0
2011		2		2
2010	1			1
2009	1			1
2008				0
2007	1			1
2006				0
2005				0
2004				0
2003				0
2002				0
2001				0
Total	9	3	1	13

Fonte: Elaboração própria, 2022

A produção acadêmica baiana sobre as políticas públicas de juventude começa a ter incidência na pós-graduação *stricto sensu* da Bahia a partir do ano de 2007, necessariamente, sem haver uma continuidade anual sistemática ou um aumento significativo desta produção nos anos subsequentes, oscilando entre zero, uma ou duas pesquisas por ano. Observa-se, contudo, que após 2017 não ocorre nenhuma produção quanto à temática das PPJ nos programas de pós-graduação baianos.

Boa parte destas pesquisas se deu na segunda década do século XXI, agregando dez produções. Verifica-se que nem todos esses estudos se debruçam

sobre a realidade da Bahia. Das trezes pesquisas, onze são referentes ao cenário baiano. As outras duas se referem, uma à Proposta de Emenda Constitucional que incluía o termo “jovem” na Constituição Federal e aos Projetos de Lei nacionais quanto ao Estatuto da Juventude e ao Plano Nacional de Juventude que tramitavam no Congresso Nacional (OLIVEIRA, 2007); e a outra ao encarceramento simbólico das juventudes em Aracaju – SE (SANTOS, 2016).

Em relação ao contexto da Bahia, verifica-se que as pesquisas estão relacionadas a algumas políticas municipais, estaduais e nacionais, a saber: Machado (2009) investigou a ação comunitária do PROJOVEM como um instrumento para promover a participação do jovem em Salvador; Neves (2010) desenvolveu pesquisa quanto a causa dos homicídios de jovens e a estrutura da rede de proteção social em Camaçari; Lima (2011) realizou uma análise sobre o projeto de formação de agentes de desenvolvimento comunitário do Programa Jovens Baianos; Jesus (2011) analisou as questões referentes à participação da juventude no processo da Conferência Estadual de Juventude de 2008; Melo (2013) se debruçou sobre a experiência do PROJOVEM Adolescente em Salvador; Anjos (2014) desenvolveu uma análise participativa da efetividade do Programa de Assistência e Apoio ao Estudante, no IFBA de Santo Amaro; Caires (2015) fez um estudo do PROJOVEM Urbano em Vitória da Conquista; Sena (2015) apontou os sentidos construídos quanto a queixa escolar e adolescência em contextos de vulnerabilidade social em Camaçari; Correia (2016) discutiu o desenvolvimento de políticas municipais como prática para a permanência do Ensino Superior no entorno do campus CFP/UFRB, localizado na cidade de Amargosa; Adenilma Santana (2017) articulou as questões referentes às políticas de educação e de juventude na cidade de Salvador; e Moraes (2017) analisou os sentidos e significados da experiência de educação social vivenciada por jovens afrodescendentes que participam de políticas públicas voltadas para juventude no Brasil e em Portugal.

Referente aos programas de pós-graduação nos quais as dissertações e teses foram defendidas, é possível identificar na Tabela 4 um predomínio das pesquisas produzidas nos programas de educação, com 01 (uma) tese defendida em doutorado em educação e 04 (quatro) dissertações em mestrados em educação, em uma reprodução similar ao identificado no tópico “As pesquisas sobre as políticas públicas de juventude no Banco de Teses da CAPES” do capítulo 2. Observa-se também uma

concentração na área das políticas públicas, com 03 (três) pesquisas, sendo 02 (duas) dissertações em mestrado em políticas sociais e cidadania; e 01 (uma) em mestrado em gestão de políticas públicas e segurança social, de forma semelhante ao encontrado no âmbito nacional. Há ainda 02 (duas) dissertações em mestrado em desenvolvimento e gestão social; 01 (uma) dissertação em mestrado em ciências sociais; 01 (uma) dissertação em mestrado em desenvolvimento regional e urbano; e 01 (uma) dissertação em mestrado em psicologia.

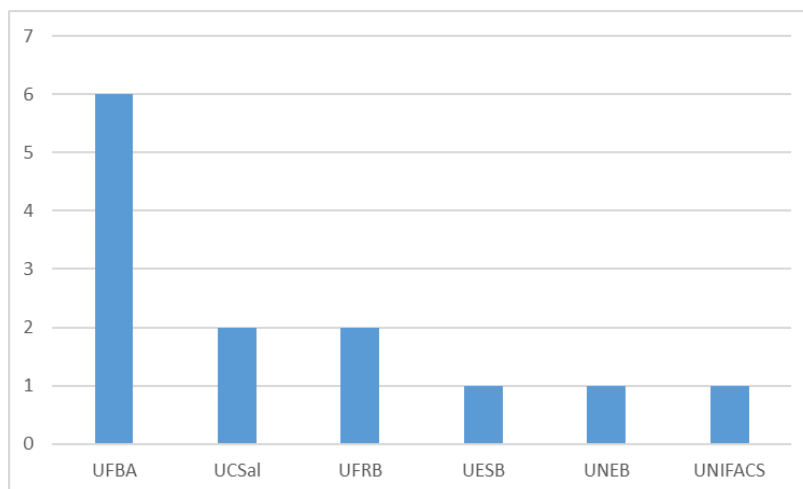
Tabela 4 – Quantitativo de teses e dissertações sobre políticas públicas de juventude por programas de pós-graduação na Bahia – 2001-2020

Programa	Quantidade
Doutorado em Educação	1
Mestrado em Ciências Sociais	1
Mestrado em Desenvolvimento Regional e Urbano	1
Mestrado em Educação	3
Mestrado em Educação e Contemporaneidade	1
Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania	2
Mestrado em Psicologia	1
Mestrado Profissional em Desenvolvimento e Gestão Social	2
Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social	1
Total	13

Fonte: Elaboração própria, 2022

Quanto as instituições de ensino superior que estes estudos estão vinculados (Gráfico 2), tem-se um predomínio da UFBA com 06 (seis) pesquisas; seguido da UCSal e da UFRB, com 02 (duas) produções cada; e da UNIFACS, UNEB e UESB, cada qual com 01 (uma) investigação. Importante destacar que 10 (dez) dessas dissertações e teses foram produzidas em programas de pós-graduação localizados na capital baiana: Salvador; 02 (duas) no recôncavo da Bahia: Cachoeira e Cruz das Almas; e 01 (uma) no sudoeste baiano: Vitória da Conquista.

Gráfico 2 – Distribuição das teses e dissertações sobre políticas públicas de juventude pelas instituições de ensino superior na Bahia – 2001-2020



Fonte: Elaboração própria, 2022

Uma sistematização das palavras-chave presentes nestas pesquisas dos programas de pós-graduação na Bahia¹⁰ sobre políticas públicas de juventude constantes no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES permitiu identificar uma miscelânea de descritores, em um total de 33 (trinta e três) palavras-chave, com 48 (quarenta e oito) ocorrências. Elaborou-se uma nuvem de palavras com esses descritores conforme é possível verificar abaixo (Figura 1) e como era de se esperar, os descritores centrais foram: “políticas públicas”, “juventudes”, “políticas públicas de juventude” e “juventude”, inclusive por terem sido termos utilizados nas buscas das teses e dissertações.

Ao lançar um olhar para as palavras-chave medianas e buscando agregar temáticas semelhantes, constata-se a incidência de temas como PROJOVEM, educação e participação, que sugerem a centralidade dos estudos baianos sobre este Programa, sobre a política de educação e das questões relacionadas ao exercício da cidadania juvenil. Os descritores com menos ocorrências, que figuram nas extremidades da nuvem, apontam para as especificidades das pesquisas desenvolvidas nos cursos de pós-graduação da Bahia acerca das PPJ.

¹⁰ Das 13 (treze) teses e dissertações encontradas, 01 (uma) não possuía palavras-chaves disponível em meio digital. Dessa forma, a sistematização das palavras-chave é correspondente ao encontrado nas 12 (doze) teses e dissertações.

Figura 1 – Nuvem de palavras de ocorrência das palavras-chave das teses e dissertações sobre políticas públicas de juventude de programas de pós-graduação na Bahia – 2001-2020



Fonte: Elaboração própria, 2022

Buscando expandir a sistematização dos estudos sobre as políticas públicas de juventude na Bahia, – principalmente devido ao acompanhamento do autor desta dissertação em debates, eventos e redes de contatos de pessoas que estiveram envolvidas na militância dessa pauta em âmbito estadual e que transformaram o tema das políticas públicas de juventude como objeto de suas produções acadêmicas – foi possível encontrar algumas pesquisas de graduação, de especialização e de mestrado internacional, que têm versado sobre o Conselho Estadual de Juventude da Bahia – CEJUVE/BA (VIEIRA, 2012; PRADO, 2016); sobre algumas políticas públicas estaduais (PEREIRA, 2017a, 2017b; SANTANA, T., 2017); e sobre a formulação das políticas públicas de juventude rural na agenda do Governo do Estado (ANJOS, 2017). Além disso, em outros trabalhos, o presente pesquisador e alguns colaboradores têm elencado elementos que estão relacionados à formulação da agenda de juventude no Governo do Estado da Bahia, necessariamente, a partir da Teoria dos Múltiplos Fluxos (PEREIRA; ANJOS, 2018) e sistematizado a experiência de atuação no Conselho Estadual de Juventude da Bahia (SANTOS, SANTOS; PEREIRA, 2018).

A partir da produção dissertativa de Jesus (2011), de parte destas produções acima não constantes no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES e dos documentos acerca das políticas públicas de juventude no Estado da Bahia, coletados

junto à Coordenação Estadual de Juventude, foi possível elaborar o cenário estadual das políticas pública de juventude na Bahia.

3.2. O cenário estadual das políticas públicas de juventude na Bahia

Ao debruçarmo-nos sobre o cenário baiano de inserção das juventudes na agenda governamental estadual cabe considerar a existência de algumas ações que antecedem a chegada do Partido dos Trabalhadores à gestão estadual e o escopo dessas ações, para depois explicitar o percurso ocorrido a partir de 2007 até os tempos mais atuais e as normatizações que foram se dando ao longo do período.

Resgatando o histórico da Política Estadual de Juventude da Bahia, Jesus (2011, p. 51) destaca inicialmente, como ponto importante, a realização de uma ação denominada Agenda Social para Jovens do Estado da Bahia¹¹, “[...] coordenada pela Fundação Luís Eduardo Magalhães (FLEM), em parceria com o Governo do Estado, por meio das Secretarias de Planejamento (Seplan) e de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais (Secomp), a Unesco e a Rede de Protagonismo Juvenil”, entre os anos de 2002 e 2003. Esta ação sistematizou “[...] um documento propositivo para subsidiar a formulação de políticas públicas para este segmento [da juventude]” (JESUS, 2011, p. 51), que foi entregue ao Governador Paulo Souto no final de 2003, indicando a necessidade de criação do Conselho Estadual de Juventude da Bahia e da instituição da Década da Juventude, conforme sinaliza esta autora.

Para Jesus (2011), a Agenda Social para Jovens do Estado da Bahia pode ser considerada como uma experiência primordial de participação social em torno da pauta das PPJ baianas. Contudo, a partir da perspectiva de uma política para os jovens, elaborada por especialistas e não com os jovens, enquanto sujeitos de direitos. A autora destaca ainda que este processo desembocou na elaboração de uma política pública estadual específica de juventude, a saber: o Programa Jovens Baianos (JESUS, 2011). O Programa Jovens Baianos - PJB foi criado no ano de 2005, sendo instituído através da Lei Estadual n. 9.511, de 03 de junho de 2005, para jovens

¹¹ Por iniciativa da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e da Fundação Luís Eduardo Magalhães, com o apoio do Governo da Bahia, através das Secretarias do Planejamento, Ciência e Tecnologia (Seplantec) e de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais (Secomp), entre 2000 e 2003 foram realizadas diversas ações que geraram como produto final a “Agenda Social para Jovens do Estado da Bahia”. O documento contempla um elenco de ações direcionadas à prevenção da violência e ao combate à pobreza e à exclusão social nessa faixa etária (FUNDAÇÃO LUÍS EDUARDO MAGALHÃES, 2007, p. 27).

de 16 (dezesesseis) a 24 (vinte e quatro) anos com perfil específico de vulnerabilidade social e tendo como finalidade

[...] a execução de ações integradas voltadas para o desenvolvimento dos jovens, propiciando-lhes oportunidades de acesso e permanência na escola, de inclusão sócio-produtiva e de desenvolvimento comunitário com práticas de cunho pedagógico, social, cultural, recreativo e esportivo, nas escolas, nas instituições sociais e na realidade local (BAHIA, 2005a).

O Decreto Estadual n. 9.462, de 21 de junho de 2005, regulamentou o PJB, estabelecendo as competências de cada secretaria, as normas de funcionamento deste Programa e seus elementos de monitoramento, avaliação e controle social (BAHIA, 2005b). Entre as execuções deste Programa, Lima (2011) destaca as seguintes ações realizadas: o Projeto Educar para Construir; a TV Pelourinho; e o Projeto de Formação de Agentes de Desenvolvimento Comunitário. Observa-se que o PJB será incorporado às políticas públicas de juventude baianas no período das gestões petistas, como será visto no relato de alguns dos entrevistados. Apesar dessas ações iniciais em torno da pauta das juventudes, é possível afirmar que

[...] dois fatores [foram] decisivos para o fortalecimento desse tema na agenda do Governo do Estado: (a) a conjuntura nacional, tanto caracterizado pela grande mobilização social em torno da questão juvenil, quanto pela própria entrada do tema na agenda do Governo Federal; (b) mudança de gestão governamental na Bahia a partir do ano de 2007, no qual intensificaram as ações públicas em torno da juventude (JESUS, 2011, p. 17).

Constata-se, de fato, que as políticas públicas de juventude começam a figurar de forma mais estrutural na agenda do Estado da Bahia a partir do final de 2007 e início de 2008, com todo o processo da I Conferência Estadual de Juventude da Bahia (etapas municipais, territoriais e livres), neste período, culminando com a realização da etapa estadual entre os dias 28 a 30 de março de 2008; a instalação do GT Juventude, responsável por propor diretrizes para a Política Estadual de Juventude na Bahia, em 28 de março de 2008; a criação do Conselho Estadual de Juventude da Bahia – CEJUVE/BA e do Programa Estadual de Inserção dos Jovens no Mundo do Trabalho – TRILHA, ambos, em 21 de outubro de 2008; e a criação da Coordenação Estadual de Política de Juventude da Bahia – COJUVE/BA, em maio de 2011.

Relacionado à mudança de gestão, Vieira (2012), Anjos (2017), Pereira (2017b) e Santos, Santos e Pereira (2018) indicam que a ascensão do Partido dos Trabalhadores à gestão estadual em 2007 marca a inauguração da pauta da juventude na agenda governamental da Bahia. Em paralelo, Jesus (2011, p. 52) afirma que “em 2007, com a eleição do Sr. Jaques Wagner para o cargo de Governador do

Estado da Bahia, intensificam-se as ações governamentais em torno das juventudes, acompanhando a conjuntura nacional”.

Enquanto elementos de contextos, que estão relacionados à mudança da gestão estadual, é possível sistematizar os seguintes fatos: a) a Bahia contava com parlamentares que já acompanhavam a pauta das políticas públicas de juventude no cenário nacional, entre eles Zezéu Ribeiro; b) o deputado Zezéu Ribeiro assumiu o cargo de Secretário de Planejamento na primeira gestão Jaques Wagner e colocou a pauta da juventude dentro das estratégias de planejamento e desenvolvimento do estado, c) desenvolvem-se ainda o debate da pauta da juventude na Assembleia Legislativa da Bahia (com a constituição da Frente Parlamentar em Defesa das Políticas Públicas de Juventude e posterior acompanhamento da tramitação do Plano Estadual de Juventude da Bahia); e d) a pressão das juventudes organizadas no âmbito do Estado (ANJOS, 2017).

Outros dados, já apontados acima, dizem respeito ao fato do Governador ter convocado a etapa estadual da I Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude, através do Decreto Estadual n. 10.460, de 21 de setembro de 2007 (BAHIA, 2007); instituído o Grupo de Trabalho de Juventude, no âmbito do executivo, por meio do Decreto Estadual n. 10.987/2008 (BAHIA, 2008b); criado um espaço institucional de controle social da política estadual de juventude, de caráter consultivo: o CEJUVE, pelo Decreto Estadual n. 11.261/2008 (BAHIA, 2008c); instituído um programa específico voltado para o público jovem: o TRILHA, através do Decreto Estadual n. 11.262/2008 (BAHIA, 2008d); e estabelecido um órgão gestor responsável pela política de juventude: a COJUVE, por meio do artigo setenta e cinco, da Lei Estadual n. 12.212, de 04 de maio de 2011 (BAHIA, 2011a), em sua secretaria estratégica, a saber, a Secretaria de Relações Institucionais – SERIN.

No que tange às realidades dos estados e municípios, Ribeiro (2013, p. 08) indica que “concomitante à implantação da Política Nacional de Juventude, estados e municípios deram início à criação de políticas e órgãos específicos para articulação das ações de governo voltadas a essa geração [...]”. Quando lança um olhar sobre a Bahia, o autor afirma que

Em estados como a Bahia, o índice [de jovens, dentro do total da população] é ainda mais alto [que a média nacional], chegando a 28%, somando quase quatro milhões de jovens. Tal expressividade demográfica faz da juventude um público-alvo especial para uma

política de estado que objetiva o desenvolvimento do seu povo (RIBEIRO, 2013, p. 07).

Importante destacar que, ao se desenvolver ações para o público-alvo das juventudes no âmbito da gestão estadual, se observa certa consonância do percurso trilhado na construção da política de juventude na Bahia com o desenho estabelecido nacionalmente. Para Anjos (2017, p. 55), “através de diálogos com a experiência de quatro anos de ações para a juventude, avançada, no âmbito federal, a Bahia trilha um caminho de fomento de ações para o setor populacional expressivo com idade entre 15 e 29 anos”. Corroborando esta questão, Jesus (2011) afirma que a Política Nacional de Juventude serviu de inspiração e modelo para a Política Estadual de Juventude na Bahia. A autora explicita que

[...] se observou uma trajetória da política pública semelhante à trajetória nacional, que já estava dada a priori, a exemplo da constituição dos instrumentos da política, ditos como resultantes da Conferência: Conselho; Plano Estadual; Coordenadoria da Juventude e programa de elevação da escolaridade e inclusão de jovens no mundo do trabalho (Jesus, 2011, p. 18).

O próprio Governo Estadual, em uma publicação institucional, reitera o acima apontado, afirmando que “a Política de Juventude na Bahia adotou como referência as diretrizes conceituais da Política Nacional de Juventude” (BAHIA, 2013, p. 04). Essas referências conceituais dizem respeito a considerar os jovens enquanto sujeitos de direitos; a criar um arranjo institucional (conselho e órgão gestor) vinculado a uma secretaria com capacidade de articulação e próxima do governador; e instituir um programa específico para a população jovem. Neste sentido, o desenho da Política Estadual de Juventude está diretamente relacionado com a gestão estadual que a implementou e com os atores que estiveram envolvidos com este processo, afinal, “a complexidade atual das relações entre os atores formuladores de políticas revela embates, disputas, discursos, ideias e interesses que vão além de critérios técnicos e neutros” (SANTOS, 2017, p. 31).

Tomando os jovens como sujeitos de direitos, buscando desenvolver políticas com as juventudes e tendo a participação como diretriz das políticas públicas de juventude, o Governo da Bahia convocou a I Conferência Estadual de Juventude para, a partir da escuta dos jovens, elaborar as ações governamentais para este público. Jesus (2011) afirma que após a chegada do Partido dos Trabalhadores à gestão estadual baiana

[...] são instituídos canais de participação pelo Governo, a fim de levantar proposições para a política estadual, a exemplo da Conferência de Juventude

da Bahia. Esta tem como um de seus objetivos específicos garantir a participação dos jovens na formulação e no controle das políticas públicas de juventude (JESUS, 2011, p. 14).

A I Conferência Estadual de Políticas Públicas de Juventude na Bahia, - que a exemplo da I Conferência Nacional teve como tema “Levante sua bandeira”, - foi a oportunidade de agregar os atores envolvidos na pauta da juventude de 45 (quarenta e cinco) cidades baianas e dos 26 (vinte e seis) territórios de identidades da Bahia. Trouxe para o diálogo e debate das políticas públicas de juventude um quantitativo considerável de jovens que, segundo o Documentário de Políticas Públicas de Juventude da Bahia do governo estadual, foi da ordem de mobilização de mais de 50 mil jovens nas diversas etapas conferenciais, sendo 12 mil delegados, dos quais mais de 2 mil foram delegados na etapa estadual (BAHIA, 2010). Para Jesus (2011, p. 89) “[...] a Conferência marca a emergência, no campo das políticas públicas, de um novo entendimento do jovem como um sujeito legítimo para falar das suas próprias demandas e propor soluções”.

A importância da I Conferência é bastante evidenciada, a ponto de Ribeiro (2013, p. 08) afirmar que “a partir de 2008, com a construção da Conferência Estadual de Juventude da Bahia, o Governo passou a criar as bases sobre as quais constrói uma política estadual para o jovem”. Como resultado desta conferência, foram aprovadas 21 (vinte e uma) prioridades para as políticas públicas de juventude da Bahia. Entre os temas prioritários figuraram como principais a educação e o trabalho.

A educação e o trabalho despontaram como os principais temas de preocupação e reivindicação dos jovens baianos, seguidos da demanda de garantia dos seus direitos ao lazer, cultura, esporte, saúde, participação política, meio ambiente, segurança, diversidade, tempo livre e fortalecimento institucional do tema juventude (JESUS, 2011, p. 57-58).

Cabe destacar que já no processo de organização desta Conferência vários atores políticos foram mobilizados e envolvidos. No âmbito do poder público estiveram presentes na Comissão Organizadora da I Conferência Estadual de Juventude, desde representantes do Poder Executivo Nacional, Estadual e Municipal (Salvador) até representações do Poder Legislativo Nacional (Câmara dos Deputados) e Estadual (Assembleia Legislativa da Bahia). Já da sociedade civil, várias organizações e movimentos juvenis com atuação na Bahia foram convidadas a colaborar (BAHIA, 2010).

Jesus (2011, p. 47) indica ser possível “[...] identificar os diversos atores que compuseram e compõem a arena pública para a conformação da Política Estadual de

Juventude, desde a influência de atores internacionais, como o próprio fluxo ou a trajetória da Política Nacional de Juventude”. A multiplicidade de atores governamentais e da sociedade civil que se fizeram presentes no momento de inserção da pauta da juventude na agenda do Governo da Bahia confere um caráter específico e particular, no que se refere à inclusão de outras pautas na agenda governamental.

Com a realização da I Conferência Estadual de Políticas Públicas de Juventude da Bahia, tendo como produto a definição de 21 prioridades estaduais (levantamento de demandas das juventudes baianas); e com o estabelecimento do GT Juventude, durante a própria realização da Conferência, cuja tarefa estava relacionada à proposição de diretrizes para a Política Estadual de Juventude na Bahia, consolida-se, o que se poderia chamar, da primeira *policy community*, que iria incidir diretamente sobre o desenho inicial que as políticas públicas de juventude tiveram na Bahia.

Fizeram parte da composição do GT Juventude: Éden Valadares, representando a Secretaria de Relações Institucionais e que esteve na responsabilidade da coordenação executiva do GT, que, posteriormente, veio a se tornar o primeiro Coordenador Estadual de Juventude; Mariana Farias, representando a Casa Civil; Marcelo Rocha e Vivian Celeste, representando a Secretaria de Educação; Anderson Santos e Marcos Pereira, representando a Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza; Lívia Borges e Rodney Moreira, representando a Secretaria de Trabalho, Emprego, Renda e Esporte; o deputado Yulo Oiticica, representando a Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, na coordenação da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos a Políticas de Juventude; e Jurandir Santana Júnior, membro convidado, representando o Instituto Castro Alves de Estudo da Juventude (BAHIA, 2008a).

Mesmo que não compusessem o GT, verifica-se ainda a contribuição da pesquisadora Mary Castro Garcia, que à época, era professora do Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania, da Universidade Católica e do então Diretor de Estudos e Pesquisas da SEI/SEPLAN, José Ribeiro Soares (BAHIA, 2008a). O GT Juventude elaborou

[...] um parecer técnico com recomendações para o Governo a respeito das ações para a juventude, considerando a criação de elementos de fundamental importância para a implementação de uma Política Estadual de Juventude: a Coordenação, o Conselho e o Plano Estadual de Juventude (JESUS, 2011, p. 53).

Utilizando-se do relatório final da I Conferência Estadual de Juventude da Bahia e de outros documentos nacionais para desenvolver seus trabalhos, o GT Juventude elaborou seu relatório final indicando recomendações ao Governador, no sentido de constituir uma Política Estadual de Juventude, com os seguintes elementos fundamentais, sinalizados acima: a necessidade de elaborar um Plano Estadual de Juventude, estabelecendo as políticas públicas de juventude como Política de Estado e não Política de Governo; a importância de criar o Conselho Estadual de Juventude consultivo, normativo e fiscalizador, no sentido de ser um espaço de diálogo da sociedade civil com o governo e com a juventude baiana; e a necessidade da constituição de um órgão institucional, no âmbito do Governo de Estado, responsável pela pauta da juventude. Este documento apontou as seguintes características elementares das PPJ na Bahia: transversalidade, integralidade, participação, descentralização, especificidade e seletividade (BAHIA, 2008a).

Em outubro de 2008, em uma solenidade que reuniu mais de 500 jovens baianos, o Governo do Estado da Bahia aderiu ao Pacto Nacional pela Juventude, assinando o seu Termo de Compromisso, que tinha os seguintes parâmetros na implementação de políticas públicas de juventude: “jovens como sujeitos de direitos”, “faixa etária”, “a valorização da diversidade juvenil”, “políticas públicas articuladas e integradas”, “transversalidade das políticas”, “desenvolvimento integral”, “criação de órgãos especializados em juventude” e “participação e conselhos de juventude” (CONJUVE, 2008). Neste mesmo evento o Governador assinou o decreto que criou o Conselho Estadual de Juventude da Bahia; e lançou o Programa Estadual de Inserção de Jovens no Mundo do Trabalho – TRILHA.

Referente ao Programa TRILHA, estiveram envolvidas em sua implementação diversas secretarias do estado, organizações não governamentais, professores dos diversos cursos, além dos beneficiários da política. Este Programa tem como “[...] finalidade de inserir jovens oriundos de situação de vulnerabilidade social no mundo do trabalho, bem como elevar o nível de escolaridade e qualificação, promover a geração de renda e o protagonismo juvenil”, tendo como público-alvo jovens de 16 a 29 anos (BAHIA, 2008d). O decreto estadual de criação do Programa TRILHA, Decreto n. 11.262/2008, estabelece ainda a existência de um Comitê Gestor do Programa que entre as funções tem a tarefa de monitoramento e avaliação dessa política pública:

Art. 6º - O Programa Trilha contará com um Comitê Gestor com as seguintes atribuições:

[...]

VII – definir e desenvolver o sistema de monitoramento e avaliação do Programa e efetivá-los;

VIII – apurar os indicadores de gestão;

IX – prover os gestores estaduais e municipais de estudos e estatísticas que garantam a sustentação financeira e a qualidade pedagógica da execução;

[...] (BAHIA, 2008d).

Destaca-se também que, no artigo sétimo do decreto de criação do Programa TRILHA, fica estabelecido que “a participação e o controle social da juventude sobre o Programa Trilha serão exercidos pelo Conselho Estadual da Juventude” (BAHIA, 2008d). A única ação de monitoramento identificada, realizada por parte do Conselho Estadual de Juventude da Bahia, trata-se da organização conjunta com a Coordenação Estadual de Juventude do Seminário de Avaliação do Programa TRILHA, em 2012. Essa atividade, no entanto, não gerou um relatório final publicizado, ainda que tenha agregado as secretarias executoras, as entidades conveniadas, os docentes dos cursos de capacitação e alguns jovens beneficiados pelo Programa.

Ao se lançar um olhar para o histórico das ações iniciais de políticas públicas de juventude na Bahia, quer seja o Programa Jovens Baianos ou o Programa TRILHA, é possível afirmar que estas seguem o estabelecido por Frezza (2008). Em sua pesquisa, a autora sinaliza que

Os programas podem se diferenciar nos modos como circunscrevem o público-alvo e como definem suas estratégias, seus objetivos e suas metodologias. Contudo, é possível percebermos uma certa repetição em determinados direcionamentos. O principal deles é o fato de tomarem como foco das ações a parcela da juventude qualificada como vulnerável socialmente. O outro é o destaque dado ao eixo educação e formação para o trabalho desses jovens (FREZZA, 2008, p. 14).

Os desenhos de ações iniciais de políticas públicas de juventude na Bahia, seja da gestão Paulo Souto, seja da gestão Jaques Wagner, têm como público-alvo a juventude vulnerabilizada e, como consta no relatório da I Conferência Estadual de Juventude da Bahia e no Relatório do GT Juventude, têm como eixos balizadores a educação e o trabalho.

Retomando o percurso histórico, logo após a apresentação do relatório do GT Juventude e a instituição do Conselho Estadual de Juventude da Bahia e do Programa

TRILHA, o Governador da Bahia encaminhou para a Assembleia Legislativa, em 18 de fevereiro de 2010, o Projeto de Lei n. 18.532/2010 que estabelecia o Plano Estadual de Juventude; e em 2011, criou a Coordenação Estadual de Juventude, vinculada à Secretaria de Relações Institucionais, como visto acima.

Pode-se apontar ainda como eventos posteriores importantes do desenvolvimento da pauta da juventude na Bahia as II e III Conferência Estadual de Juventude da Bahia e suas etapas preparatórias municipais e territoriais, nos respectivos anos de 2011 e 2015; a aprovação e sanção do Plano Estadual de Juventude da Bahia, por meio da Lei Estadual n. 12.361, de 17 de novembro de 2011 (BAHIA, 2011b); os I, II, III e IV Encontro Estadual de Gestores Municipais de Políticas Públicas para a Juventude da Bahia, em 2010, 2011 e 2013, 2020, respectivamente; os I, II e III Encontro Baiano de Conselhos de Políticas Públicas de Juventude, em 2010, 2011 e 2013; e o Seminário de Jovens Prefeitos, em dezembro de 2012.

Comparando o alcance das três conferências de juventudes, tem-se que no ano de 2008 foram realizadas 45 conferências municipais, mobilizando mais de 50 mil jovens; já em 2011, 232 municípios realizaram etapas municipais da conferência de juventude, envolvendo mais de 60 mil jovens; e em 2015 foram 142 conferências municipais, mobilizando mais de 31 mil jovens. Importante sinalizar que todas essas três conferências tiveram etapas territoriais, alcançando 26 territórios de identidades na Bahia, por meio de 22 encontros regionais, em 2008; 26 territórios de identidade em 2011, através de 26 conferências territoriais. Em 2015 ocorreu uma mudança com a realização de 7 encontros interterritoriais, mobilizando 25 dos territórios de identidade existentes (BAHIA, 2010; COORDENAÇÃO ESTADUAL DE JUVENTUDE DA BAHIA, 2015; CONSELHO ESTADUAL DE JUVENTUDE DA BAHIA, 2015).

As mobilizações em torno das políticas públicas de juventude na Bahia passam por um período de crescimento da pauta, seguido de posterior decréscimo, ao menos no que se refere à capacidade dos arranjos institucionais em articular e mobilizar as juventudes, como é possível verificar, por exemplo, no quantitativo de jovens envolvidos nas diversas edições das conferências e como se verá na fala dos entrevistados.

Após as duas gestões estaduais petistas iniciais (Gestões Wagner), nas quais a implementação do Programa Estadual de Inserção do Jovens no Mundo do Trabalho – TRILHA teve maior predominância, verifica-se que as ações em torno deste

programa foram ganhando menos visibilidade e certa descontinuidade, ainda que não tenha sido extinto da agenda do governo, possuindo, atualmente, apenas um caráter residual.

Uma possibilidade de melhor verificar a substituição do Programa TRILHA por outras ações, sem sua total extinção, seria verificar no orçamento do Governo do Estado da Bahia os recursos a ele destinados ao longo das quatro gestões petistas estaduais, bem como os recursos que subsidiam a existência dos novos programas. Contudo, não é objetivo da presente dissertação avançar neste tipo de análise das peças orçamentárias e da especificidade da alocação de recursos para as políticas públicas de juventude na Bahia.

Na gestão petista posterior (Gestão Rui Costa) o foco do governo tem sido no desenvolvimento de outros programas para a juventude, a saber: Programa Mais Futuro, Programa Partiu Estágio e Programa Primeiro Emprego, que não se encontram diretamente vinculados à Coordenação Estadual de Juventude da Bahia e nem ao Conselho Estadual de Juventude da Bahia, o que sugere uma possível retomada da lógica de realizar “políticas para a juventude” e não “com a juventude”.

Junto a isso, nesta gestão, o arranjo institucional das políticas públicas de juventude sai da SERIN, uma secretaria de articulação, e vai para a SJDHDS, uma secretaria finalística, perdendo *status* e capacidade de gestão ao ficar subordinada a Superintendência de Direitos Humanos. Além disso, foi na Gestão Rui Costa que o Conselho Estadual de Juventude da Bahia ganhou caráter permanente por meio da Lei Estadual n. 13.452, de 06 de novembro de 2015 (BAHIA, 2015a), no entanto, mantendo o seu caráter consultivo. Quanto aos programas desenvolvidos, segue uma síntese de suas normatizações e objetivos.

O Programa Mais Futuro é um programa de assistência estudantil que concede bolsas de permanência a estudantes das universidades públicas estaduais da Bahia (UNEB, UEFS, UESC e UESB). O Programa tem como respaldo legal a Lei Estadual n. 13.458, de 10 de dezembro de 2015, que institui o Projeto de Auxílio Permanência aos estudantes em condições de vulnerabilidade socioeconômica das Universidades Públicas Estaduais da Bahia (BAHIA, 2015b). Sua regulamentação se deu por meio do Decreto Estadual n. 17.191, de 16 de novembro de 2016 (BAHIA, 2016a).

O Programa Partiu Estágio é programa de estágio para os cursos do ensino superior no âmbito da administração direta, autárquica, fundacional, sociedades de

economia mista e empresas públicas do Governo do Estado da Bahia. Tem como lastro normativo a mesma lei que respalda o Programa Mais Futuro e tem suas diretrizes de implementação estabelecidas pelo Decreto Estadual n. 17.447, de 22 de fevereiro de 2017 (BAHIA, 2017).

O Programa Primeiro Emprego é um programa que visa garantir a primeira experiência profissional aos egressos da Rede Estadual de Educação Profissional qualificados por programas executados pelo próprio Estado. Foi estabelecido pela Lei Estadual n. 13.459, de 10 de dezembro de 2015, que institui o Projeto Estadual de Incentivo à Concessão de Estágio e Primeira Experiência Profissional a estudantes e egressos da Rede Estadual de Educação Profissional e a jovens e adolescentes qualificados por programas governamentais executados pelo Estado da Bahia (BAHIA, 2015c), sendo regulamentado pelos Decretos Estaduais n. 16.761, de 07 de junho de 2016 (BAHIA, 2016b) e n. 17.190, de 16 de novembro de 2016 (BAHIA, 2016c). Este Programa passou recentemente por um processo de reestruturação, tendo como nova regulamentação a Lei Estadual n. 14.395, de 16 de dezembro de 2021, sendo renomeado como Projeto Estadual de Incentivo à Primeira Experiência Profissional - Estágio, Aprendizagem e Ocupação Formal - Projeto Primeiro Emprego - PPE (BAHIA, 2021a).

A inclusão da temática das juventudes no rol das ações do Governo do Estado da Bahia, enquanto público destinatário de políticas específicas, antecede a chegada do Partido dos Trabalhadores à gestão estadual baiana, mas ganhará maior estruturação e caráter de uma Política Estadual de Juventude a partir de 2007, com a vitória de Jaques Wagner – PT e o alinhamento político com a gestão do governo federal.

Se as ações iniciais, ainda na Gestão Paulo Souto, se orientam pela perspectiva de uma “política para a juventude”, - na qual os jovens são apenas destinatários das ações elaboradas pelos adultos e por especialistas, - com as gestões Jaques Wagner e sob influência do debate nacional, busca-se na Bahia tomar como horizonte a concepção dos jovens como sujeitos de direitos, tentando desenvolver “políticas com a juventude”. Convoca-os, assim, para o diálogo, através dos processos conferenciais e reconhece sua autonomia e capacidade de definir as melhores ações que serão destinadas a si e aos seus pares, nesta categoria social.

Por outro lado, a partir da Gestão Rui Costa, o arranjo institucional das políticas públicas de juventude na Bahia parece se fragilizar ao mesmo tempo em que o governo estadual desenvolve, como marcas da gestão, alguns programas de larga escala que atendem prioritariamente o público jovem. São monitorados diretamente pelo próprio Governador, mas não são acompanhados pela COJUVE/BA e pelo CEJUVE/BA. Vislumbra-se, dessa forma, um retorno à ótica de “políticas para a juventude” nas ações do Governo do Estado.

4. POR UMA RECONSTRUÇÃO DA NARRATIVA SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE NA BAHIA A PARTIR DOS RELATOS DOS ATORES ESTRATÉGICOS

Apresentamos aqui como se deu o processo de construção das políticas públicas de juventude na Bahia por meio da sistematização deste percurso a partir das entrevistas realizadas com os atores estratégicos envolvidos com a pauta das PPJ no Estado da Bahia. Serão apontadas convergências, complementaridades e divergências entre o vivenciado por cada ator e as versões que construíram e carregam acerca do cenário baiano das políticas públicas de juventude. Referente a esta reconstrução será adotada, como fio condutor, uma abordagem descritiva e cronológica, considerando o tempo em que cada ator esteve diretamente envolvido com a pauta das políticas públicas de juventude no contexto estadual baiano.

Em um esforço analítico, o material das entrevistas foi agrupado em quatro categorias de análise, a saber: Inserção da pauta da juventude na agenda governamental baiana; Importância das gestões petistas e os atores envolvidos no cenário baiano; Marcos estaduais e as políticas públicas de juventude no Governo da Bahia; e Avanços e desafios vivenciados e as perspectivas sobre o momento atual. Estas categorias estabelecem pontos centrais do percurso histórico das PPJ na Bahia, mas também buscam responder aos questionamentos desta produção dissertativa, tentando demarcar os dados que permitam analisar a participação das gestões petistas estaduais baianas na construção das políticas públicas de juventude no Governo do Estado da Bahia, no período de 2008-2018.

4.1 Inserção da pauta da juventude na agenda governamental baiana

Quando nos debruçamos sobre o processo por meio do qual as juventudes se tornaram foco de ações específicas por parte do poder público estadual baiano e adentraram para a agenda governamental da Bahia, algumas questões e reflexões se fazem presentes. Em produção anterior, ao sistematizar alguns documentos e analisar a política estadual de juventude da Bahia a partir da Teoria do Múltiplos Fluxos, identificamos que a chegada do Partido dos Trabalhadores - PT ao Governo do Estado

da Bahia figurava como o momento a partir do qual parecia ter se dado a inauguração da pauta da juventude no escopo da agenda governamental baiana (PEREIRA; ANJOS, 2018). No entanto, a partir da pesquisa bibliográfica para esta produção dissertativa verificou-se a existência de ações que antecederam a conquista do governo estadual pela gestão petista, como explicitado no item 3.2.

A partir das entrevistas realizadas com os colaboradores da atual pesquisa do mestrado foi possível retificar e reiterar, no entanto, que a pauta de juventude chega à gestão estadual, mesmo que de forma pontual, antes da chegada do PT ao Governo do Estado da Bahia. Isto se dá ainda na Gestão Paulo Souto, pelo Partido da Frente Liberal – PFL¹², no período de 2003-2007, sob o influxo do movimento nacional de debate e construção da Política Nacional de Juventude na agenda governamental federal, durante a primeira gestão petista de Luís Inácio Lula da Silva.

O segundo presidente do Conselho Estadual de Juventude da Bahia indica essa situação, apontando para a necessidade de se pesquisar o contexto prévio às gestões petistas baianas no que tangem às políticas públicas de juventude:

Quando o Governo Lula assume, 2003, você já tem um impacto no Estado. Ainda no Governo Carlista. Porque a gente tem que lembrar que tem um ano ali, que a gente tinha um Governo do PT no âmbito nacional e ainda é um Governo Carlista na Bahia. Nesse período, eu lembro que alguns movimentos começaram a haver, em termos de política pública [...]. Acho que isso é uma coisa, inclusive, como tema a registrar: O que é que estava sendo gestado ali? Como é que a incidência do Governo do PT, no âmbito federal, incidia, repercutia no âmbito local? [...] (Presidente do CEJUVE/BA - Sociedade Civil 1).

Referente ao contexto da pauta no plano nacional, o primeiro gestor de políticas públicas de juventude da Bahia destaca os processos ocorridos no âmbito do poder legislativo federal, com a criação da Comissão Especial de Políticas Públicas de Juventude da Câmara dos Deputados – CEJUVENT que, inclusive, irá elaborar um marco normativo para as políticas públicas de juventude no Brasil, a saber: “[...] a Proposta de Emenda à Constituição 138/03; o Projeto de Lei 4529/2004; o Projeto de Lei 4530/2004” (OLIVEIRA, 2007, p. 77), que tratam-se, respectivamente, das propostas de legislação acerca da inclusão do termo jovem na Constituição Federal; da instituição do Estatuto da Juventude; e de criação do Plano Nacional de Juventude.

A Câmara criou uma Comissão Especial destinada a estudar política de juventude, a propor política de juventude ao Governo. Pelo gabinete de Zezéu [Ribeiro – PT] eu participei dessa Comissão. A gente fez plenárias ou conferências [...] em boa parte do Brasil. Não lembro se em todos os estados,

¹² Atual Democratas – DEM.

mas na maioria deles. E que era um processo de participação política, de participação da juventude anterior a conferência governamental, mas dali já nasceu a ideia de ter um marco legal sobre as políticas de juventude. [...] Dali já nasceu o que seria [...] um desenho institucional, governamental de como tocar essa política de juventude. Dali já amadureceu a ideia de não ser um órgão executor, não no primeiro momento, finalístico, mas ser próximo da articulação transversal das políticas. Então, a Secretaria Nacional de Juventude nasce na Secretaria Geral da Presidência, dentro do Palácio do Planalto, por assim dizer. E ela não tira programas de nenhum Ministério. Ela passa a acompanhar, a coordenar a elaboração e execução dessas políticas (Gestor PPJ 1).

O entendimento acerca deste desenho do modelo de arranjo institucional a ser adotado nas políticas públicas de juventude no Brasil incidirá diretamente na realidade baiana, quando da chegada das gestões petistas ao Governo do Estado da Bahia e da inclusão da pauta das juventudes na agenda decisória estadual. O desenho institucional de caráter articulador e transversal é identificado na literatura como uma característica dos órgãos gestores da pauta em questão. Para Oliveira (2007, p. 42), “os órgãos do Estado relacionados à juventude têm uma pretensão, legítima por sinal, de atuar transversalmente, numa perspectiva geracional dentro dos planos setoriais do Estado”.

Retornando à discussão da incidência da primeira gestão federal petista na gestão estadual carlista baiana, este cenário nacional, com toda a mobilização da pauta das juventudes ocorrida no âmbito do legislativo e do executivo federal, nos anos de 2003 a 2005, necessariamente vai gerar repercussões nas ações do Governo Estadual da Bahia. Isto é sinalizado igualmente pelo terceiro gestor de políticas públicas de juventude da Bahia quando aponta que

A gente percebe também que o Governo do Estado, talvez, pressionado por esse movimento da Câmara e esse debate nacional que já acontecia, em função do Governo Lula, cria o Programa Jovens Baianos. A gente entende que foi o esforço do Governo para estruturar uma política de juventude (Gestor PPJ 3).

Além do cenário nacional, Jesus (2011) indica a realização Agenda Social para Jovens do Estado da Bahia, pela FLEM, como importante neste período. Nesse sentido, é possível afirmar que a confluência destes dois processos leva a gestão carlista¹³ a estruturar uma política para a juventude, a saber: o Programa Jovens Baianos, que era operacionalizado por meio da Secretaria de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais e que tinha como foco “[...] a execução de ações integradas

¹³ Vinculada ao carlismo. O carlismo é o agrupamento político diretamente relacionado à figura de Antônio Carlos Magalhães. Este agrupamento esteve à frente das gestões estaduais baianas durante vários períodos, representado pelo PFL (atual DEM).

voltadas para o desenvolvimento do jovem, propiciando-lhe oportunidades de acesso e permanência na escola, de inclusão sócio-produtiva, e de empreendimento de ações comunitárias [...]” (BAHIA, 2005a). O quinto presidente do CEJUVE/BA, da mesma forma, aponta este Programa como uma ação que já vinha sendo desenvolvida anteriormente às gestões petistas. Para ele

[...] a pauta de juventude, ela vem até mesmo antes do Governo Jaques Wagner. Por mais que fosse de uma forma muito *en passant*, já existia o Programa Jovens Baianos. Eu não sei exatamente o ano do Jovens Baianos, mas já se pensava, de uma certa forma, em políticas públicas (Presidente do CEJUVE/BA – Poder Público 3).

Para a quarta presidente do CEJUVE/BA essa era a única ação que havia antes das gestões petistas: “Eu citei o Programa Jovens Baianos. [...] até então, era a única coisa que se tinha de juventude na política do Estado” (Presidente do CEJUVE/BA - Sociedade Civil 2). O segundo presidente do CEJUVE/BA também indica o Programa Jovens Baianos como ação anterior à chegada do PT à gestão estadual, sendo elaborado no final da gestão carlista, como é possível verificar no seguinte trecho de sua entrevista:

[...] ainda na gestão do Carlismo, no final ali da Gestão de Paulo Souto, quando cria lá o Agente Jovem, que é um embrião que depois virou os Jovens Baianos. Ali havia uma preocupação com o tema da juventude, mas [de forma] desorganizada (Presidente do CEJUVE/BA - Sociedade Civil 1).

Observa-se que estes atores reconhecem o desenvolvimento de uma ação estatal para as juventudes pelo Governo da Bahia, anterior a 2007, ao mesmo tempo em que demarcam se tratar de uma ação pontual e não articulada no âmbito da gestão pública estadual, ou seja, indicam a não estruturação sistemática em território baiano do que começava a ser organizado e nominado como uma “Política Nacional de Juventude” no plano federal.

Junto a isso, vários estudos apontam o reconhecimento da concepção de juventude enquanto “sujeito de direitos” como um elemento que configura a elaboração mais sistemática das políticas públicas de juventude, em âmbito nacional, a partir de 2005. Segundo Santos (2017, p. 75) “a juventude se insere no âmbito das políticas públicas a partir do reconhecimento do jovem enquanto sujeito de direitos e participante do processo democrático”. Já Jesus (2011, p. 89) sinaliza que os espaços participativos demarcam “a emergência, no campo das políticas públicas, de um novo entendimento do jovem como um sujeito legítimo para falar das suas próprias demandas e propor soluções”. Para Anjos (2017) será a criação e sanção do Estatuto

da Juventude, em 2013, que estabelecerá o entendimento da juventude como sujeito de direitos. No cenário baiano, um dos atores entrevistados aponta que na gestão carlista essa concepção de “sujeito de direitos” ainda não se fazia presente:

A gente tinha um programa grande do governo carlista que nós herdamos, que era o Jovens Baianos. Razoavelmente grande, mas, *a gente não tinha uma política estadual de juventude. O governo não encarava o jovem como um sujeito de direitos* e então, merecedor de uma política transversal e contínua, foco de atenção e de orçamento e etc. [...] (Gestor PPJ 1, grifo nosso).

Neste sentido, pode-se afirmar que o que havia era uma perspectiva adultocêntrica, na qual os mais velhos pensavam, elaboravam e faziam a gestão das ações do Estado voltadas para a juventude. Ou seja, dentro dos paradigmas das políticas de juventude, as ações iniciais da gestão estadual carlista baiana giravam em torno da perspectiva de “políticas públicas para a juventude”. Em contraponto, o paradigma de política de juventude que parece organizar as ações das gestões federais petistas, por exemplo, em torno desta pauta buscam se orientar pela concepção dos jovens como sujeitos de direitos, como indicado acima e, conseqüentemente, elaborar “políticas públicas com a juventude”.

Apesar dos entrevistados sinalizarem o Programa Jovens Baianos como uma primeira ação do Governo do Estado da Bahia voltada para as juventudes, eles são unânimes em dizer que será a chegada do Partido dos Trabalhadores à gestão estadual baiana que irá configurar seu desenvolvimento, de forma mais sistemática. A literatura da área também nos aponta isso ao afirmar que

A partir do ano de 2007, com a chegada do governo Jaques Wagner com pauta progressista, em diversos âmbitos, o Estado da Bahia inaugura uma gramática social e pública para a juventude residente e territorializada nesta unidade federativa (ANJOS, 2017, p. 54-55).

Corroborando este fato, Jesus (2011, p. 14) delimita que “a partir de 2007, com a eleição do Partido dos Trabalhadores para o Governo do Estado da Bahia, intensificam-se as ações governamentais em torno das juventudes”. Enquanto dado desta pesquisa, o gestor de políticas públicas de juventude rural, exemplo, nos indica que a pauta de juventude “[...] no ponto de vista de *política pública*, começa com o Governo Jaques Wagner” (Gestor PPJR, grifo nosso).

Em paralelo, o primeiro gestor de políticas públicas de juventude da Bahia apresenta este momento histórico como propício para o desenvolvimento da pauta na agenda governamental. Segundo ele, “[...] com a nossa vitória, já tinha ali um caldo de elaboração, um caldo cultural e uma demanda para iniciar a política de juventude

na Bahia” (Gestor PPJ 1). Destaca-se que este gestor teve inserção no cenário nacional, pelo gabinete do deputado federal Zezéu Ribeiro – PT, acompanhando a estruturação da pauta de juventude na Câmara Federal e as indicações feitas pela CEJUVENT para o Governo Federal. Um detalhamento deste processo, com os elementos prévios à conquista do pleito eleitoral de 2016, pode ser obtido na fala do segundo presidente do CEJUVE/BA:

[...] no primeiro Governo Wagner, o ponto central é o processo de criação do Programa de Governo de Juventude de Wagner. [...]. A campanha de 2006 de Wagner tinha um comitê de Juventude. E ali era uma coisa interessante, porque lá era muito produto da articulação partidária. Era a juventude do PT. Na época Édén era Secretário da Juventude do PT. [...] Édén era o coordenador de campanha, tentando articular com, aí eu não vou lembrar, mas acho que era Jurandir do PCdoB, Dani do PCdoB. Aí criam, forçam um espaço de juventude [...] já na campanha. E isso se desdobra depois (Presidente do CEJUVE/BA - Sociedade Civil 1).

O ator político responsável por acompanhar a construção do Plano de Governo para a juventude, da eleição de Wagner, em 2006, foi quem veio a assumir a função de gestão das políticas públicas de juventude na primeira gestão estadual petista na Bahia. Esse desdobramento, como dito acima, recebe ainda influência do cenário nacional e do alinhamento político partidário da gestão estadual com a gestão federal, a partir de 2007.

Como já indicado em produção anterior, o desenvolvimento das políticas públicas de juventude na Bahia replica o mesmo desenho que havia se estruturado no plano federal (PEREIRA; ANJOS, 2008). É possível ratificar esta questão no seguinte trecho de uma das entrevistas: “[...] começa, desse jeito, por uma ação, de certo modo, um espelhamento de uma política nacional. Era uma diretriz do PT fazer isso e o Governo fez, com os limites, possibilidades, com estes desafios locais [...]” (Presidente do CEJUVE/BA - Sociedade Civil 1). O gestor de políticas públicas de juventude rural esmiúça melhor o fato em questão, do espelhamento das ações, no seguinte trecho:

[...] se dá muito mais quando o Governo do Wagner ganha a eleição, porque quando Wagner ganha a eleição você já tinha no Brasil construído todo um caminho, a partir do Governo Lula, de você ter espaço de debate da política de juventude, que era o Conselho Nacional de Juventude. A Bahia, meio que copia e cria o CEJUVE para ser o nosso CONJUVE, inclusive, com o mesmo tanto de pessoas, com as mesmas determinações de participação e tal. Como o Brasil já tinha é SNJ, na Bahia cria a COJUVE, que é a Coordenação Estadual de Juventude. Como o Brasil já tinha o PROJOVEM Nacional, a Bahia criou o TRILHA, que é uma representação do PROJOVEM no estado da Bahia e a realização de conferências. Então, eu acho que a chegada do Governo Wagner é onde começa a dialogar juventude na Bahia (Gestor PPJR).

Reitera-se aqui que a inserção e desenvolvimento da pauta da juventude, de forma mais sistemática, na agenda governamental baiana, a partir de 2007, contou com a participação de um ator que acompanhou as discussões e estruturação da pauta a nível nacional. Isso parece ser um dos motivos pelos quais a estruturação da pauta, no âmbito estadual, reproduz o modelo nacional. Como encontrado na literatura, no cenário estadual baiano

[...] se observou uma trajetória da política pública semelhante à trajetória nacional, que já estava dada a priori, a exemplo da constituição dos instrumentos da política, ditos como resultantes da Conferência: Conselho; Plano Estadual; Coordenadoria da Juventude e programa de elevação da escolaridade e inclusão de jovens no mundo do trabalho (JESUS, 2011, p. 18).

Corroborando essas questões, o primeiro gestor de políticas públicas de juventude delineia as características do humor político nacional e estadual que irá permitir que a juventude entre para a pauta da agenda governamental da Bahia:

Se dá com a ascensão de Wagner, com a vitória do PT e dos aliados aqui na Bahia, em 2006. Como a gente já vivia uma experiência de um governo popular, democrático, que era o governo do Presidente Lula e ele já tinha acionado ou iniciado o processo de elaboração de política pública de juventude, já havia uma ansiedade entre nós. Entre nós que eu digo assim, as juventudes partidárias, as organizações da sociedade civil, ONGs, redes, algumas novas formas, até então, novas formas de organização da juventude, alguns movimentos sociais mais tradicionais que também tinham organizações de juventude dentro das suas estruturas [...] todo mundo já vinha debatendo, acumulando em algum grau, já tinha participação em elaboração e implementação de política de juventude, tinha a experiência de São Paulo, tinha algumas experiências locais, mas, sobretudo, por conta da criação do Conselho Nacional de Juventude, da Conferência Nacional de Juventude, criação da Secretaria Nacional de Juventude [...] (Gestor PPJ 1).

É possível relacionar este trecho do material das entrevistas, em uma comparação de semelhança, com a análise realizada por Santos (2017) acerca do cenário nacional de assunção da gestão petista ao Governo Federal. Segundo a autora

Em virtude do histórico de proximidade com os movimentos e organizações sociais na defesa da democracia, as expectativas em relação aos governos petistas eram altas, sobretudo quanto à constituição de um novo padrão de relações com a sociedade civil, capaz de promover mudanças sociais efetivas (SANTOS, 2017, p. 16).

Ampliando esse olhar e legitimando ainda mais a importância e o papel dos movimentos sociais na construção de um contexto favorável para a consideração da pauta das juventudes na agenda de decisão do Governo da Bahia e que demandava

resposta da gestão petista estadual então eleita, o segundo gestor de políticas públicas de juventude da Bahia diz que essa inserção

[...] vem da luta do movimento social em primeiro lugar. Da luta dos movimentos juvenis, que foram essas lutas, que foram esses atores que levaram a vitória de Lula, foram esses atores também que levaram a vitória de Wagner. Então, Wagner, quando ele assume o Governo da Bahia, ele tem um compromisso com esse segmento que ajudou a construir a candidatura dele, que ajudou a construir a campanha dele (Gestor PPJ 2).

É possível então sugerir aqui a centralidade do *stream* da política na inserção da juventude na pauta do Governo do Estado da Bahia, “[...] desde as questões referentes a mudança de governo [...], seguido do humor nacional [...], bem como, das forças políticas organizadas ou que foram se organizando [...]” (PEREIRA; ANJOS, 2008, p. 54). Nesse sentido, a política estadual de juventude na Bahia

[...] toma força, de verdade, com Jaques Wagner, em 2008. Que teve [...] a criação da Assessoria de Juventude e depois a Coordenação de Juventude. [...] e o Conselho também, em 2008. [...]. Então, talvez, em 2008 tenha sido o pontapé fundamental para o que a gente tem de política pública hoje (Presidente do CEJUVE/BA – Poder Público 3).

Com a finalidade de colaborar para a reconstrução histórica do processo de estruturação da pauta de juventude na gestão estadual baiana, destaca-se a seguir alguns trechos mais extensos das entrevistas do primeiro gestor de políticas públicas de juventude da Bahia e do segundo presidente do CEJUVE/BA, que vão indicando o arranjo institucional que começa a ser implementado neste âmbito, por incidência dos atores envolvidos. Este arranjo institucional esteve alinhado à perspectiva do que já havia de modelo de desenho institucional apontado pelas discussões nacionais da Conferência de Juventude da Câmara de Deputados:

[...] a primeira proposta do Governo Wagner, da equipe de transição do Governo Wagner, era criar uma coordenação de políticas de juventude, junto com as coordenações de políticas de pessoas com deficiência, idosos, quase que reuniam um conjunto de minorias em pequenas coordenações, dentro da Superintendência de Direitos Humanos, da então, Secretaria de Justiça. Nós, da juventude partidária, eu era Secretário da Juventude do PT, - havia um conselho: juventude do PT, do PCdoB, do PDT, do PV à época, do PSD, - rejeitamos essa proposta. Nós entendíamos que, mais importante do que ter um cargo ou uma equipe mínima ou emprego para a moçada, a política [tinha que] realmente acontecer, vingar e ter efetiva transformação da vida do jovem. E nosso entendimento era: “isso só acontece se a política for prioridade e política só é prioridade se ela estiver perto do chefe, do chefe do executivo”. A nossa experiência dizia que assessorias de juventude locais, por exemplo, não despacham. Assessorias de juventude ligadas aos gabinetes dos prefeitos, diretamente ao prefeito ou a prefeita, elas conseguiam influenciar mais o conjunto das políticas municipais do que quando a gente criava uma secretaria de juventude que era escanteada e ocupada por uma composição política qualquer. A leitura então era que a gente precisava estar mais próximo do núcleo de governo, do núcleo

decisório do governo do que, necessariamente, ter um cala-boca (Gestor PPJ 1).

Por isso, logo nos primeiros meses da gestão petista de Jaques Wagner no Governo do Estado da Bahia, ainda não se terá um arranjo institucional desenhado para a pauta das juventudes. Conforme aponta o segundo presidente do CEJUVE/BA:

O que eu lembro é que Édén, primeiro, ficou lotado na Secretaria de Educação. Ele era assessor na Secretaria de Educação, acompanhando o PPA e ali, só 3, 4 meses depois, é que ele consegue um espaço na SERIN. E aí ele vai para a SERIN, dentro da COAS, que era a Coordenação de Articulação Social e ali se cria a Conferência e depois da Conferência, o GT Juventude, que faz um inventário das políticas de juventude. Então é ali, que de certo modo que se cria e aí, com um ator político novo que são os movimentos de juventude. Neste momento ali, depois que o Governo Wagner assume, aí já não são mais as juventudes partidárias sozinhas. Entram os movimentos de juventude que começam a pressionar (Presidente do CEJUVE/BA - Sociedade Civil 1).

O papel dos movimentos sociais juvenis de pressionar o desenvolvimento de ações do Estado para as juventudes vai se tornando mais nítido e organizado, principalmente, com a realização da I Conferência Estadual de Juventude da Bahia e, posteriormente, a partir da composição do Conselho Estadual de Juventude da Bahia. Alguns dos entrevistados chamam a atenção para a importância das conferências de juventude nesse período inicial de estruturação da agenda governamental baiana. O primeiro gestor de políticas públicas de juventude da Bahia detalha os ajustes de construção do arranjo institucional e como a I Conferência de Juventude foi imprescindível neste processo:

[...] eu fui chamado pela Secretária da Casa Civil Eva, pelo Secretário, então Secretário Rui Costa e pelo Governador para conversar, “O que é que deu esse negócio de juventude? E a gente vai fazer o que mesmo?”. Propus a eles e eles aceitaram, não criar um organismo ou uma estrutura ali, naquele semestre, naquele primeiro semestre. Como a gente já enxergava a possibilidade da Conferência Nacional, então, “Vamos esperar a Conferência Nacional, vamos fazer uma grande Conferência Estadual, vamos fazer um processo de escuta real, vamos aos territórios”. Essa era uma coisa que a gente nunca tinha feito, a gente fazia a conferência de juventude muito localizada na capital. Então, “Vamos aos territórios, vamos auscultar mesmo, dar oportunidade de a molecada falar, da moçada falar e daí a gente tira um *status* de que vai ser. A depender do conjunto de propostas que venha, a gente desenha o organismo a partir da política que será proposta e não o contrário”. E assim fizemos. Então, aí veio a conferência de juventude 2007-2008 (Gestor PPJ 1).

A I Conferência Estadual de Juventude da Bahia, a exemplo da etapa nacional, figura como esse grande espaço de escuta e de articulação das juventudes, no qual as demandas das/os jovens puderam ser estruturadas e apresentadas ao poder público. O mote “Levante a sua Bandeira” possibilitou que as diversas expressões

juvenis pudessem apresentar as suas especificidades e compor o grande mosaico da juventude brasileira e baiana. A quarta presidente do CEJUVE/BA reitera a importância da I Conferência de Juventude para a construção da agenda governamental:

[...] como uma política de juventude, entra, de fato, nessa gestão a partir das conferências. Mesmo porque, é na conferência, na I Conferência de Juventude, com o tema “Levante sua bandeira”, que é tirada todas as propostas que foram dando início, tanto a questão do Conselho de Juventude, [como d]a Coordenação. A Coordenação de Juventude foi criada a partir das propostas da I Conferência de Juventude (Presidente do CEJUVE/BA - Sociedade Civil 2).

O segundo gestor de políticas públicas de juventude da Bahia apresenta uma análise do que foi a I Conferência Estadual de Juventude e a significância deste momento como um espaço aglutinador das juventudes baianas:

É a Conferência o processo de deflagração dessa política institucional de juventude, articulada com uma política nacional, com uma política que vai enxergar o jovem enquanto protagonista de suas ações. Que vai ter como foco o protagonismo juvenil. E aí, o espaço mais adequado disso, dessa deflagração, é a Conferência de Juventude. Foi a Conferência de Juventude que deu esse grande espaço de fala, de reivindicação da juventude, de notoriedade desse segmento social. E nessa primeira conferência nós tivemos números que foram muito expressivos. Tanto do ponto de vista, do quantitativo, da quantidade de jovens, de territórios, de municípios envolvidos; quanto do ponto de vista qualitativo também, das formulações, do que se apresentou enquanto proposta e da diversidade desse público. Ali, naquele primeiro momento, a gente consegue trazer o que tinha de juventude de movimento juvenil organizado. Os diversos segmentos que participam da I Conferência de Juventude e, nós conseguimos também, dialogar com outros jovens que não estavam inseridos dentro dessa pauta da política pública, dentro dessa reivindicação de agenda de Estado, mas que viram naquele momento um espaço de inserção desse espaço cidadão (Gestor PPJ 2).

A estratégia de potencializar a pauta de juventude através do investimento no processo conferencial de 2007 e 2008, com a realização das conferências territoriais e da conferência estadual, agregada ao início de uma nova gestão estadual na Bahia, com a mudança de grupo político à frente do Governo do Estado após dezesseis anos do Carlismo, foi crucial para a inserção dos jovens na agenda decisória baiana. A magnitude desta ação e o encantamento de quem estava responsável pela sua condução são nítidos no seguinte trecho:

E fizemos nos vinte e sete territórios um processo de mobilização gigantesco que passou a chamar a atenção do Governo como um todo e da política geral. As conferências tinham prefeitos [...] da região inteira estavam na mesa, deputados que eram votados naquela região estavam na mesa, Secretários de Estado, não era mais só a Secretaria de Relações Institucionais que estava na mesa. Vinha a Secretária de Educação, vinha a Secretário de Trabalho, Secretário de Desenvolvimento Econômico, Social, sei lá, viravam megaeventos da política também. Então, a gente conseguiu, dessa maneira, chamar a atenção para a elaboração da política de juventude e ganhar alguns

atores importantes da política para a importância de ter uma política estadual de juventude (Gestor PPJ 1).

Uma sistematização cronológica do percurso inicial da pauta das juventudes na agenda governamental do Estado da Bahia nos é apresentada pelo terceiro gestor de políticas públicas de juventude, retomando o já apontado acima e avançando um pouco mais. Para ele

[...] já em 2008 inicia um movimento de institucionalizar a política com base no modelo que existia no plano nacional. Então é criada uma comissão, um grupo de trabalho para conduzir, a construção da política de juventude. O grande passo é a realização da I Conferência Nacional de Juventude. A conferência bastante mobilizada que chegou nos 26 territórios de identidade, que é o que existia na ocasião. Mais de 50.000 jovens foram mobilizados. [...]. A partir daí é criado o Conselho Estadual de Juventude, a partir de um decreto. Depois é criada uma Coordenação de Juventude que, na verdade, era uma Assessoria naquele momento. Vira uma Coordenação em 2011. Em 2011 também tem um debate mais aprofundado da construção do Plano Estadual de Juventude, o Plano que foi aprovado, inclusive, na Conferência de 2011. Ele é sancionado na Assembleia Legislativa no ano de 2011. Ou seja, a II Conferência ela já trabalha, no sentido de estabelecer as prioridades para o Plano Estadual de Juventude. Em 2014 [...] é sancionada a lei que cria o Conselho Estadual de Juventude, ou seja, era um decreto de 2008 e passa a ser uma lei do ano de 2014 (Gestor PPJ 3).

Se a mobilização das juventudes em torno da I Conferência Estadual de Juventude da Bahia deu lastro político para a inserção e fortalecimento da pauta na agenda governamental, - levando à criação de uma Assessoria de Juventude na Secretária de Relações Institucionais da Bahia – SERIN/BA, do Grupo de Trabalho Juventude – GT Juventude e, posteriormente, do Conselho Estadual de Juventude da Bahia – CEJUVE/BA e do Programa Estadual de Inserção de Jovens no Mundo do Trabalho – TRILHA, - será no período de transição da primeira para a segunda Gestão Wagner que o órgão gestor da política estadual de juventude da Bahia irá se tornar uma Coordenadoria de Política de Juventude - COJUVE, dentro da SERIN/BA.

[...] a gente vai ter, no final do [...] primeiro Governo Wagner e o início do segundo, a criação da Coordenação da Política de Juventude. E aí eu [...] deixo de ser secretário-executivo do Conselho e passo a ser Coordenador dessa COJUVE (Gestor PPJ 2).

A institucionalização das políticas públicas de juventude na gestão pública estadual baiana foi ganhando arranjos institucionais melhor estruturados, seguindo a lógica de funcionarem, no âmbito do executivo, como um espaço de articulação (Coordenação Estadual de Juventude da Bahia – COJUVE/BA) e de controle social (Conselho Estadual de Juventude da Bahia – CEJUVE/BA) das PPJ, sendo assegurados por normativas que deram legitimidade à pauta na estrutura

governamental estadual. A quarta presidente do CEJUVE/BA também destaca o caráter articulador do desenho do órgão gestor da política de juventude na Bahia:

Depois da I Conferência de Juventude foi criada uma Coordenação de Juventude dentro da SERIN, da Secretaria de Relações Institucionais. Foi quem passou a gerir a política de juventude. Nessa época a Coordenação de Juventude era uma coordenação mais de articulação. Então, fazia a articulação com os programas de juventude em outras secretarias (Presidente do CEJUVE/BA - Sociedade Civil 2).

Em sua produção dissertativa Anjos (2017, p. 55-56) aponta a criação da COJUVE e seu caráter de articulação como sinal de priorização da juventude pela gestão estadual baiana.

Prova de que o governo tomou para si a responsabilidade com a pauta da juventude é que o mesmo cria a Coordenação Estadual de Juventude – COJUVE [...] numa secretaria sistêmica e articuladora, que foi a Secretaria de Relações Institucionais – SERIN (ANJOS, 2017, p. 55-56).

Posteriormente esses arranjos institucionais serão fragilizados, de forma que as políticas públicas de juventude passarão a ter outra configuração na agenda do Governo do Estado da Bahia. Essas questões serão exploradas de forma mais aprofundada na seção em que apresentaremos os “avanços e desafios vivenciados e as perspectivas sobre o momento atual”.

Em uma perspectiva de síntese, é possível indicar que o trecho abaixo de uma das entrevistas resume os elementos centrais de como se deu todo esse processo até 2008:

[...] eu acho que essa política de juventude ela começa com essa disputa do movimento social, que vem da história do movimento social, dos movimentos juvenis. Ela ganha peso para a sua disputa institucional com a I Conferência de Juventude. E essa I Conferência de Juventude, eu entendo que foi o carro chefe, a locomotiva que nos deu condições de fazermos todas as outras disputas que vieram. Depois dali a gente tem a criação do Conselho Estadual de Juventude, que aí foi o primeiro espaço institucional do poder executivo para tratar a política de Juventude (Gestor PPJ 2).

Em meio a todo esse cenário de elaboração e priorização de políticas públicas de juventude por parte da gestão pública estadual da Bahia, uma especificidade da juventude baiana parece ficar invisibilizada: a juventude rural. Importante indicar que, segundo Anjos (2017, p. 30), “[...] a juventude rural ainda é um sujeito em construção no Brasil” e essa construção tem a ver com as concepções acerca do campo e das (im)possibilidades dadas para que se seja jovem rural no Brasil. O referido autor complementa que quanto à juventude rural, “[...] a sua definição está inserida na gramática de campo como o lugar do atraso, orientada somente pelo modelo agroexportador e de uma linha de pensamento positivista” (ANJOS, 2017, p. 30),

sendo alvo de políticas públicas desenhadas para “[...] os ‘adultos em formação’ no campo. Não para jovens rurais” (ANJOS, 2017, p. 37).

Em se tratando da Bahia então, esta especificidade só adentra na agenda decisória do Governo do Estado oito anos após a pauta da juventude geral começar a ganhar a atenção dos decisores políticos e fazer parte das ações do poder público estadual. O gestor de políticas públicas de juventude rural da Bahia delimita bem essas questões, apontando as dificuldades de entendimento sobre a juventude rural por parte dos movimentos juvenis que ocuparam os espaços participativos das políticas públicas de juventude na Bahia. Para ele,

Os movimentos sociais do estado da Bahia têm uma necessidade de ampliação, de atualização da pauta de juventude rural. Então, no Conselho, nós tivemos muitos embates, muitas dificuldades de aprovar um GT de Juventude Rural, que saiu às duras penas (Gestor PPJR).

O entrevistado em questão destaca a presença da perspectiva existente entre os conselheiros de juventude, - que apresentavam resistência para a criação do GT de Juventude Rural, o qual teria como foco debater e elaborar ações específicas para os jovens rurais, - de que o “[...] que fizesse para um podia fazer [para o] outro e estava todo mundo incluído” (Gestor PPJR), sendo que não é bem assim. A juventude rural, assim como as diversas expressões juvenis, possui sua especificidade que deve ser considerada ao serem elaboradas políticas públicas para este público.

Em produção dissertativa sobre as políticas públicas para a juventude rural durante os dez primeiros anos das gestões petistas na Bahia, Anjos (2017) apresenta a reflexão sobre os possíveis caminhos pelos quais a juventude rural poderia entrar na agenda governamental. Segundo o autor,

Poder-se-ia dizer que a juventude rural tem a possibilidade de entrada na agenda do governo Wagner (PT) por dois caminhos. Um através da COJUVE e a instituição do Conselho Estadual de Juventude e Plano Estadual de Juventude, que são ações pela via da concepção e entendimento etário[. O outro] [...] pela via do desenvolvimento rural, que foi através da criação da SUAF, no âmbito da SEAGRI. Nesta segunda possibilidade é o desenvolvimento rural via agricultura familiar que permitiu que fossem organizadas ações para o público jovem. Claro que muito a partir das pressões dos movimentos sociais do campo baiano (ANJOS, 2017, p. 126).

Quando da inauguração das ações sistematizadas do Estado para a juventude no Governo da Bahia, tem-se a inserção de alguns movimentos juvenis do campo no Conselho Estadual de Juventude da Bahia. Além disso, o Programa Estadual de Inserção dos Jovens no Mundo do Trabalho - TRILHA teve uma de suas execuções pela Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura, alcançando

jovens do campo. No entanto, essas ações, ainda que agregassem jovens rurais no espaço de debate, formulação e controle social do agir estatal para as juventudes baianas e com políticas pontuais destinada a este público, não visibiliza a juventude rural em sua especificidade.

O gestor de políticas públicas de juventude rural reitera essas duas possibilidades de entrada da pauta na agenda decisória e destaca por meio de qual caminho isto se deu na Bahia.

E juventude rural tem duas formas de entrar. Ou ela entra como política pública de juventude, e nisso tem um recorte de rural. Ou ela entra na política para todo o povo rural e tem um recorte de juventude. E ela não entrou na política de juventude ainda no Estado da Bahia. É um equívoco dizer que a Bahia tem uma política pública para a juventude rural. É correto dizer que o Estado da Bahia, na sua vertente rural, tem uma política que chega a juventude (Gestor PPJR).

Sendo assim, “a juventude rural entra na pauta do governo [estadual], prioritariamente, com a criação da SDR” (Gestor PPJR), ou seja, pelo recorte do rural e o desafio posto é enxergar o sujeito enquanto jovem rural e não como adulto em formação. O momento histórico desta inserção da juventude do campo na agenda governamental baiana é a partir de fevereiro de 2015, quando este gestor assumiu a Assessoria de Juventude Rural da Bahia, no âmbito da SDR. Como ele mesmo afirma, “[...] foi quando eu fui trabalhar com a criação de uma Assessoria de Juventude Rural no Estado da Bahia, que foi a primeira Assessoria que teve, no Estado até hoje, que nós temos conhecimento” (Gestor PPJR) voltada para a juventude rural.

Uma sistematização do que foi desenvolvido pela Assessoria de Juventude Rural da SDR é apresentada por Anjos (2017, p. 133):

Esta assessoria de Juventude, por orientação do gabinete da SDR e do Governo da Bahia, desenvolveu ações de visibilidade da juventude rural. Dentre elas se destaca:

- Diagnóstico da situação juvenil em demografia na Bahia;
- Diálogo de concertação com a juventude rural da Bahia;
- Articulação com outras secretarias para o fortalecimento da temática e ações em parceria;
- Fortalecimento dos vínculos com prefeituras, mandatos de deputados e com o governo federal na perspectiva de inserção da pauta nas agendas;
- Produção literária sobre a juventude rural para consumo interno;
- Articulação com entidades de defesa da juventude rural do Estado;
- Ações com o Conselho Estadual de Juventude para o fortalecimento do GT de Juventude Rural no mesmo;
- Conferências de Juventude rural em todos os 27 territórios;
- Conferência Estadual de Juventude Rural;
- Elaboração do Plano Estadual de Juventude e Sucessão Rural;
- Diagnóstico e sistematização dos investimentos para a população até 29 anos dentro das políticas das SDR.

Todas essas ações desenvolvidas durante a primeira Gestão Rui Costa, colocaram os jovens rurais na agenda governamental, exatamente no período em que a pauta geral da juventude, com os arranjos institucionais estabelecidos nas gestões Jaques Wagner, encontravam-se fragilizados. Segundo o gestor de políticas públicas de juventude rural, neste momento

[...] tivemos uma primeira visibilidade da juventude rural no Estado da Bahia porque foi um momento de que, como era um sujeito muito invisível, a gente conseguiu mobilizar o Estado todo, com participação de povos e comunidades tradicionais, fundo e fecho de pasto, indígena, quilombola, a participação de jovens rurais que estavam de fora de um processo de debate de políticas públicas maior (Gestor PPJR).

É curioso perceber que a pauta da juventude rural ganha maior notoriedade no mesmo período em que são criados três grandes programas voltados para a juventude, - o Programa Primeiro Emprego, o Programa Mais Futuro e o Programa Partiu Estágio, - enquanto que os espaços institucionais das políticas públicas de juventude estão enfraquecidos, sem capacidade de incidência e articulação da pauta. Boa parte dos entrevistados ao analisarem o momento atual indicam uma possível explicação para a fragilização dos arranjos institucionais das PPJ na Bahia, como se verá mais abaixo.

4.2 Importância das gestões petistas e os atores envolvidos no cenário baiano

A provocação inicial e central desta dissertação gira em torno do entendimento da participação das gestões petistas na construção das políticas pública de juventude na Bahia, seja por verificar que é a partir das gestões petistas do governo federal que a pauta das juventudes começa a ter uma estruturação mais sistemática no plano nacional, ganhando institucionalidades e legalidades, como apontado no item 2.4; seja por perceber, enquanto ator que vem acompanhado o cenário estadual, que na Bahia fato semelhante aconteceu com a chegada do PT ao Governo do Estado.

Tendo isso como horizonte, um dos questionamentos feitos aos participantes desta pesquisa referia-se diretamente a como eles consideravam a importância das gestões petistas para as políticas públicas de juventude. Em virtude de a pergunta não direcionar o âmbito governamental ao qual se referia, as respostas a esse

questionamento levaram alguns entrevistados a perguntarem sobre qual âmbito deveriam responder, havendo referências às gestões petistas no governo federal, no governo estadual baiano e em governos municipais da Bahia.

Vale retomar aqui a sinalização feita no item “procedimentos metodológicos” acerca da vinculação partidária dos atores entrevistados, tendo em vista que, nesta categoria o lugar da militância partidária dos colaboradores se faz mais presente em seus relatos quanto a importância das gestões petistas para o tema investigado.

Se a importância do *stream* da política já foi identificada por Rocha (2012) como crucial para a inserção da juventude na agenda governamental nacional e Pereira e Anjos (2018) também sugerem que o mesmo ocorre quanto ao cenário estadual baiano, é possível especificar que esses elementos do fluxo da política estão relacionados às gestões petistas. O primeiro gestor de políticas públicas de juventude da Bahia contextualiza isso ao indicar que:

Não acho que a gente inventou, não dá para dizer que nós inventamos política de juventude, é meio salto alto demais. Mas o que eu quero dizer é que as gestões petistas no Brasil, - primeiro que elas tornam esse conceito de política pública de juventude articulada, nacional, - elas inauguram, na verdade, mas inauguram bebendo em outras fontes, como eu te falei, onde a gente foi pescar com o Instituto Cidadania e o Projeto Juventude. A importância das gestões petistas é o seguinte, é que as gestões petistas, como regra, têm um compromisso real com o processo democrático, com a participação social, não é fetiche, não faz para ganhar voto só (Gestor PPJ 1).

Ou seja, mesmo que a elaboração de políticas públicas de juventude não seja uma criação das gestões petistas, o que se observa, a partir do relato de nossos entrevistados, é que essas gestões foram cruciais para a sistematização da pauta das juventudes de forma mais articulada no âmbito do poder público, como é possível observar no seguinte trecho da entrevista do segundo presidente do CEJUVE/BA:

Eu acho que, as gestões petistas, elas criam a possibilidade de haver política de juventude como eu considero importante. As gestões de esquerda eu diria, mas petista em particular, já que é isso que você está me perguntando. Porque eu acho que, só no ambiente em que, como acabei de dizer, a participação é o produto, é o resultado esperado de uma política pública, a gente pode ter um tipo de conceituação de juventude que a gente tem nas gestões do PT. E isso só os governos de esquerda são capazes de produzir. Então, ao tempo que eu tenho uma nota muito crítica da ação dos governos do PT nas políticas de juventude, *eu reconheço que só as gestões do PT poderiam viabilizar, porque elas viabilizaram em termos de política de juventude, no âmbito local e no âmbito federal* (Presidente do CEJUVE/BA – Sociedade Civil 1, grifo nosso).

Este entrevistado amplia o nosso olhar considerando a importância das gestões de esquerda e as do PT, em particular, para à questão do desenvolvimento de políticas

públicas de juventude. Ele chama ainda a atenção para um tipo de “conceituação de juventude” presente nas gestões petistas, quer seja: a perspectiva do jovem enquanto “sujeito de direitos”, com autonomia para participar e decidir conjuntamente com o poder público acerca das ações a serem destinadas ao público jovem. Para o próprio Partido dos Trabalhadores “é muito importante a implementação de políticas específicas para as crianças e **para os jovens, entendendo-os como sujeitos de direitos**” (ESCOLA NACIONAL DE FORMAÇÃO DO PT, 2013, p. 48, grifo nosso).

Na literatura da área a concepção dos jovens enquanto sujeito de direitos é indicada como o momento que irá configurar a inclusão da população jovem na agenda governamental. Segundo Santos (2017) é a partir da concepção dos jovens como sujeitos direitos que a juventude vai se inserir no escopo das políticas públicas. O gestor de políticas públicas de juventude rural da Bahia também demarca o significado das gestões petistas para as PPJ e a presença desta concepção da juventude na forma de gerir, adotada pelo Partido dos Trabalhadores quanto à pauta em questão:

As gestões petistas no Brasil inauguram a política juventude. É inegável! Os primeiros livros de juventude rural, de juventude, no geral, que sai no Brasil, foi quando o Lula fez aquela Escola da Cidadania que teve aqueles livros de discussão de política de juventude. *Não se tinha antes o conceito de direito. As gestões petistas inauguram no Brasil a entrada de sujeitos de direitos da juventude no arcabouço da política pública.* [...] O PT consegue fazer isso de forma participativa e de forma bem plural. Os governos Lula, por exemplo, os Governos Wagner, foi um momento de muita efervescência de participação de juventude. Que eu acho que os Governos Dilma e o Governo Rui diminuí mais, porque atua muito mais em uma linha de oferta de política pública, mas diminuí na participação. Aumenta de um lado e diminuí em outro. O primeiro foi diferente, o primeiro aumentou de participação e teve menos políticas ampliadas, mesmo porque era um momento distinto. Antes do PT, não se tinha nem se quer juventude no Brasil. Todos sabem disso. Porque juventude não fazia parte da construção nossa. Antes de Jaques Wagner, na Bahia, não se tinha o debate de juventude na Bahia enquanto receptor de política pública do Estado, enquanto um ente de idade reconhecida. Quer dizer, antes de Jaques Wagner tinha porque no Governo Federal tinha, porque era uma gestão do PT também, de Lula. Mas enquanto sujeito de direito não tinha. Então, o Governo do PT inaugura isso e dar uma vazão forte a isso (Gestor PPJR, grifo nosso).

Estes elementos parecem estar ligados ao que os entrevistados apontam e o Partido dos Trabalhadores denomina como a forma petista de governar, na qual ocorre a inversão de prioridades e a valorização da participação popular na gestão pública. Para a Escola Nacional de Formação do PT (2013, p. 14)

[...] os governos petistas empenharam-se em ampliar a cidadania: fazendo cumprir responsabilidades, garantindo direitos, ampliando direitos (entre os quais o direito à própria cidade), ampliando a consciência social sobre eles (como parte da luta pela construção de outra hegemonia no país), e

impulsionando a auto-organização e a participação política da sociedade, especialmente dos trabalhadores e trabalhadoras e de setores excluídos, o que foi sendo definido como participação cidadã.

Esses foram elementos que demarcaram as primeiras experiências de gestões municipais petistas no Brasil e que foram levados para o âmbito estadual e federal. O primeiro gestor de políticas públicas de juventude da Bahia aponta isso nitidamente:

Nós acreditamos que ouvindo, dando oportunidade de participação, a política sairá melhor. É modo de governar, não é fetiche. É que a gente acha que sem a audição, sem o diálogo, sem a participação, sem o debate com os diversos atores da sociedade, outros atores institucionais, sociedade civil, movimentos, igrejas, poderes legislativos e etc... Nós achamos que esse processo enriquece a política pública e a gente acerta mais. Então, talvez a principal característica dos governos petistas foi, por ter esse compromisso com a construção coletiva, democrática da política, a gente, como eu te disse: não inaugurou a política de juventude no Brasil, mas deu oportunidade para que o jovem fosse consignatário e pudesse participar da elaboração, da execução e da fiscalização dessas políticas, o que ao fim e ao cabo, reconhecer o sujeito, aí cara, você existe, você está aí e nós queremos te ouvir, você vai participar com a gente aqui [...] (Gestor PPJ 1).

A forma exata dessa participação, no cenário baiano, foi a realização da I Conferência Estadual de Juventude da Bahia, antes mesmo de criar as legalidades e institucionalidades que foram configurando as políticas públicas de juventude neste território específico. Para o segundo gestor de políticas públicas de juventude da Bahia, a importância das gestões petistas é “[...] fundamental. Primeiro do ponto de vista da escuta do que é uma pauta histórica, do segmento, do movimento social que é o segmento de juventude. E provocar fazer conferências” (Gestor PPJ 2). Este gestor delimita melhor os elementos das gestões petistas. Para ele

[...] esse modelo de gestão petista, transversal, de envolver todos os órgãos, de potencializar as ações de todos os órgãos e tudo com o protagonismo da sociedade civil, dos conselhos, os conselhos que foram criados para quase todos os segmentos. A execução de políticas específicas. Então, foi fundamental essa concepção do PT, que vamos dizer, que dentro do jogo democrático do presidencialismo de coalizão, foi o máximo à esquerda que o PT pôde fazer (Gestor PPJ 2).

O terceiro gestor de políticas públicas de juventude da Bahia explicita o lugar de onde fala, ou seja, enquanto petista, e ciente desse lugar pondera sobre a importância das gestões petistas no desenvolvimento de ações voltadas para a juventude.

Eu sou, logicamente, suspeito para falar, por ser petista. Mas, eu não tenho dúvida nenhuma que o que o Brasil experimentou de, mesmo que tímida, mais de avanço social, foi em função do modo petista de governar, foi em função da contribuição que o Partido dos Trabalhadores deu ao Brasil e a Bahia desde a eleição do presidente Lula. Na Bahia a gente deu uma virada significativa, seja do ponto de vista de criar Institutos Federais, de criar

Universidades Federais. E, de desenvolver ações para atender a juventude (Gestor PPJ 3).

Ainda que, em sua grande maioria, os entrevistados desta pesquisa sejam filiados ao Partido dos Trabalhadores, parece ser inegável a contribuição das gestões petistas na inserção da pauta das juventudes na agenda governamental. Veremos adiante, alguns desafios e elementos do cenário atual que apontam para a fragilização da institucionalidade das políticas públicas de juventude na Bahia, mesmo que ainda haja investimento e desenvolvimento de políticas específicas para os jovens por parte do Governo da Bahia. Em todo o caso,

[...] o esforço das gestões petistas no Brasil e, logicamente, um destaque nessa entrevista para a Bahia, eu acho que precisam ser destacadas. Eu acho que o PT deu uma contribuição muito significativa, muito importante. Acho que a história vai continuar contando que foram [importantes] esses anos do Governo Lula, do governo Wagner, do Governo Rui aqui na Bahia (Gestor PPJ 3).

Por outro lado, a quarta presidente do CEJUVE/BA aponta uma constatação importante, já que, desde o processo de inserção da pauta na agenda governamental da Bahia até o momento em que as entrevistas foram realizadas só houve gestões petistas à frente do Governo do Estado. Para falar sobre a importância dessas gestões a entrevistada nos remete às realidades dos municípios baianos que tiveram gestões petistas em suas conduções.

Do início [das políticas públicas de juventude na agenda estadual] até agora só teve gestão petista. Então, eu não posso dizer [do cenário estadual]. Eu vou falar assim, no geral, não só do Governo do Estado. Eu consegui dialogar com alguns municípios, inclusive, e eu acho que, - e aí, falando também como petista, - a partir do momento em que o PT ele tem uma juventude organizada, uma juventude que tira no seu Congresso prioridades para as políticas públicas de juventude, isso influencia também os seus gestores a trazer para a pauta de gestão as políticas de juventude. Eu acho que deveria ter sido maior a prioridade da política de juventude, mas as gestões do PT, que eu assim consigo visualizar, foram as que mais criaram conselhos de juventude e órgãos de juventude: coordenação, departamento. Então, teve uma importância muito grande para disseminar a política de juventude (Presidente do CEJUVE/BA – Sociedade Civil 2).

Entre os municípios baianos, boa parte dos entrevistados apontam Vitória da Conquista, durante as gestões petistas, como uma cidade importante no desenvolvimento de políticas públicas de juventude, seja pela a realização das três edições do Festivais de Juventude, seja pela a execução do Estação Juventude, sendo uma figura importante o gestor municipal Rudival Maturano. Para o primeiro gestor de políticas públicas de juventude da Bahia “algumas [cidades] desenvolveram políticas públicas de juventude, experiências bem legais, criaram suas próprias

secretarias, sua própria coordenação, buscaram conselhos bastantes vivos, atuantes e etc. [...]” (Gestor PPJ 1). Por outro lado, na especificidade das políticas públicas de juventude rural, é possível perceber que

[...] no rural, se for destacar um município hoje, de relevância, é o município de Água Fria, porque foi o município que criou a cooperativa e conseguiu acessar o recurso. Primeiro município da Bahia que acessa um recurso público para juventude, especificamente, para a juventude rural (Gestor PPJR).

Ainda apontando a importância das gestões petistas para a pauta das juventudes no governo estadual baiano, o quinto presidente do CEJUVE/BA destaca a especificidade do protagonismo juvenil e da operacionalização das próprias políticas de juventude tendo à frente gestores jovens, elemento que é indicado por outros entrevistados também. Para este entrevistado ter o Partido dos Trabalhadores à frente do Governo do Estado foi

Fundamental! Foi através da gestão de Jaques Wagner que, você tinha um desenho que já se pensava na política pública, de forma muito frágil, e você começa a pensar de forma mais evidente. E não só pensar na política de juventude. É você pensar na política de juventude entendendo que os jovens precisam ser protagonistas. Que não adianta só os gestores que foram jovens há muitos anos, pensarem as políticas de juventude, porque eles podiam simplesmente estar errados. As coisas mudam, as gerações passam. Então, você ter gestores muito antigos em pastas de juventude, em ações, pensando a política de juventude, pessoas que já viveram a sua juventude a vinte, trinta anos, pensando a política de juventude é um pouco complicado, porque as coisas mudam muito rápido. Então, quando a gestão do PT ela entra, ela entra dizendo “Não! Nós precisamos ter jovens, jovens com experiência” (Presidente do CEJUVE/BA – Poder Público 3).

Se a perspectiva dos jovens enquanto sujeitos de direitos é o que organizava a inserção da pauta da juventude na agenda governamental durante as gestões petistas, era de se esperar que os espaços de gestão criados para articular e/ou gerir essas políticas fossem ocupados por jovens. Então, “[...] a partir desse processo que é estartado pela Conferência, você tinha jovens a frente dos programas que eram feitos para os jovens, porque até então não tinham” (Gestor PPJ 1). Sendo assim, “a partir desse processo, de empoderamento do jovem, do reconhecimento do jovem, o jovem passou também a ser gestor, passou a tocar [a política pública]” (Gestor PPJ 1).

Entre os programas criados e existentes, tinha-se ali no início de estruturação da pauta na agenda governamental, respectivamente, o Programa Estadual de Inserção de Jovens no Mundo do Trabalho – TRILHA e o Programa Jovens Baianos. Referente ao Programa Jovens Baianos o primeiro gestor de políticas públicas de

juventude da Bahia mostra elementos da decisão política de que houvesse jovens à frente da gestão pública nas políticas de juventude. Durante a primeira Gestão Wagner

[...] o Programa Jovens Baianos, [...] era tocado por um camarada chamado Anderson Farias e Marcos Pereira, Marquinhos que depois foi trabalhar com a gente. Eram dois jovens ali da juventude do PT, com menos de 25 anos e estavam tocando o orçamento, sei lá, não sei quanto era na época, mas devia ser 6, 7 milhões de reais/ano, eles já eram ordenadores de despesa. Isso nunca tinha acontecido (Gestor PPJ 1).

Entre os espaços de gestão, como já indicado na categoria anterior, está a Assessoria de Juventude, que depois veio a se tornar a Coordenadoria de Política de Juventude, na Secretaria de Relações Institucionais, do Governo do Estado da Bahia. Esse espaço foi ocupado por algumas das forças políticas jovens que acompanhavam e disputavam a pauta. O segundo gestor de políticas públicas de juventude da Bahia nos revela como se deu essa composição, na transição da primeira para a segunda Gestão Wagner, que é o momento no qual a Coordenação de Juventude é institucionalmente criada:

[...] nessa COJUVE nós tentamos, buscamos fazer uma composição que fosse o mais diversificado possível, do ponto de vista das representações. Então, houve uma conversa com os segmentos juvenis, com as forças políticas que ajudaram a eleger o Governador Wagner e nós tentamos montar ali uma coordenação que fosse o mais amplo, nesse sentido, de lugares de fala, de entendimento e de compreensão. Essa COJUVE aí ela já é responsável pela II Conferência de Juventude (Gestor PPJ 2).

O gestor em questão explicita durante a entrevista detalhes da configuração deste espaço institucional e quem veio a compor o órgão gestor:

[...] nós tínhamos ali na época da composição da COJUVE, o movimento do campo indicou um quadro, as pastorais da Juventude e, eu não digo nem as pastorais, mas talvez com um diálogo próximo das pastorais e muito pelo deputado Yulo, pelo protagonismo que ele tinha tido na I e na II Conferência apresentou um outro nome. Tínhamos quadros que se destacaram na I Conferência, que assumiram esses postos. E quadros que vinham do Conselho Estadual de Juventude também. A ideia era que esse espaço fosse composto de uma forma ampla, plural, com essas diversas forças, com essas diversas representações, mas que também não tivesse muitos percalços, que desse continuidade a uma receita que vinha dando certo no primeiro Governo Wagner e que esse agrupamento de forças políticas continuasse conduzindo e desse estabilidade para que a política continuasse avançando (Gestor PPJ 2).

Ainda que ele não indique se tratar de jovens, sabe-se que essas pessoas se encontravam na faixa etária da juventude, pois, quando relatou sobre a gestão do Programa TRILHA o segundo gestor de políticas públicas de juventude da Bahia destaca o elemento da coordenação e direção por parte dos jovens.

A ideia é que o Programa TRILHA fosse coordenado e dirigido pela juventude. Então, é com essa perspectiva também da coordenação do programa que [...] a Assessoria de Juventude ela tem um assento no Comitê Gestor, no Comitê Diretor do Programa. E depois que é instituído o espaço da Coordenação da Política de Juventude, que foi a COJUVE, aí a COJUVE passa a presidir, tanto Comitê Diretor, como Comitê Gestor do Programa TRILHA (Gestor PPJ 2).

Cabe então apontar os atores que estiveram envolvidos na inserção da juventude na agenda governamental baiana, desde pessoas importantes nesse processo, dos partidos de esquerda e dos movimentos sociais, quanto coletividades que se destacaram, em sua maioria compondo um campo que se pode nominar de esquerda. Segundo Rocha (2012, p. 32) “o campo de políticas públicas de juventude é ocupado e disputado por ‘atores’. Por ‘atores’ entende-se toda pessoa, organização, instituição e movimento social que tenta influir na tomada de decisões sobre algum tema que esteja em disputa política”.

Ao buscar sistematizar o conjunto de atores importantes para o cenário baiano, inicialmente é preciso considerar aqueles e aquelas que antes das gestões petistas na Bahia já acompanhavam o debate sobre as políticas públicas de juventude, principalmente, ocupantes de cargos no poder legislativo nacional e baiano. Com a participação de deputados federais e estaduais da Bahia, foi sendo criado o espaço propício para o desenvolvimento da pauta, de forma mais sistemática, a partir das gestões petistas na Bahia. Como sinalizado por um dos entrevistados

[...] no primeiro mandato do Lula, antes do Governo Wagner, teve a Conferência Nacional de Juventude, etapa baiana da Conferência de Juventude da Câmara dos Deputados, que Zezéu [Ribeiro – PT] e Alice [Portugal - PCdoB] tiveram um papel importante como parlamentares provocando essa discussão, provocando Yulo [Oiticica - PT] e Javier [Alfaya – PCdoB] que eram os deputados da Assembleia que faziam essa discussão também (Presidente do CEJUVE/BA - Sociedade Civil 1).

O Gestor de Políticas Públicas de Juventude Rural que já havia sido conselheiro pela sociedade civil em período anterior reitera a participação desses atores do legislativo federal e estadual. Segundo ele

[...] tínhamos pessoas que debatiam, parlamentares, especificamente. O deputado Zezéu Ribeiro que debatia isso. Na Bahia o deputado Yulo Oiticica que acompanhava isto de mais perto. Aí tinha outros deputados, tipo Marcelo Guimarães e tal e tal, que acompanhava isso (Gestor PPJR).

Algumas dessas figuras continuarão colaborando com a pauta, com a centralidade do deputado estadual Yulo Oiticica, que foi presidente da Frente Parlamentar de Juventude e relator do Plano Estadual de Juventude na Assembleia Legislativa da Bahia. Alguns entrevistados destacam ainda os deputados estaduais

José das Virgens – PT e o deputado Joseildo Ramos – PT; “[...] os deputados federais Walmir [Assunção – PT], Zezéu [Ribeiro - PT], Daniel [Almeida – PCdB], Alice [Portugal – Pcdob], porque eles garantiam seus mandatos mobilizando [a pauta] [...]” (Gestor PPJ 1, grifo nosso) e a deputada federal Lídice da Mata – PSB.

No âmbito do poder executivo, é dada centralidade às figuras do Governador Jaques Wagner – PT e do Governador Rui Costa – PT. Para a quarta presidente do CEJUVE/BA “[...] o então Governador, na época Jaques Wagner, foi importante porque foi ele que, tipo assim, deflagrou isso” (Presidente do CEJUVE/BA – Sociedade Civil 2). Esta entrevistada também destaca o atual Governador Rui Costa que à época da inserção da pauta da juventude na agenda governamental baiana ocupava o cargo de Secretário de Relações Institucionais do Governo da Bahia. Ela contextualiza essa questão sinalizando que “[...] o então Governador da Bahia foi Secretário de Relações Institucionais na I Conferência de Juventude, quando nasce a política de juventude. Acho que naquele momento ele também teve uma grande contribuição nesse espaço” (Presidente do CEJUVE/BA – Sociedade Civil 2). O terceiro gestor de políticas públicas de juventude, da mesma forma, aponta a importância desses dois atores.

Os dois governadores. Wagner e Rui. Rui Costa, no primeiro momento como Secretário de Relações Institucionais. E enfim, foram as pessoas que deram as condições para que uma geração, a geração que naquele momento protagonizava o debate sobre as políticas de juventude, pudessem contribuir para a construção dessa política (Gestor PPJ 3).

O gestor de políticas públicas de juventude rural da Bahia também demarca a importância de Rui Costa, vinculando a significância deste ator ao período em que o mesmo foi Secretário de Relações Institucionais, durante a primeira gestão Jaques Wagner.

O Governador Rui Costa é o principal ator de política de juventude do Estado da Bahia, e digo porquê. Quando o Governo Jaques Wagner ganha eleição, cria-se a SERIN. Ele nomeia Rui Costa como Secretário. Foi a SERIN, onde estava lotada a COJUVE que puxou o processo das Conferências. Foi na SERIN que foi criado todos os instrumentos que nós temos hoje, porque de lá para cá, não tivemos a criação de outros instrumentos legais (Gestor PPJR).

Em consonância, o primeiro gestor de políticas públicas de juventude destaca toda a configuração da primeira gestão petista, desde o Governador até toda a equipe do secretariado que demonstravam “[...] a sensibilidade do governo [...] em apoiar, nos autorizar, permitir, viabilizar a conferência em si, e depois a elaboração dos marcos legais e das instituições. Nós temos que reconhecer, teve sensibilidade para tal”

(Gestor PPJ 1). Já quinto presidente do CEJUVE/BA agrega o Secretário César Lisboa como outra pessoa importante.

Jaques Wagner, que era o Governador, na época, que a gente criou, em 2008. Rui Costa, ele também teve uma participação fundamental nesse processo e César Lisboa. Se eu fosse elencar três nomes, eu colocaria Jaques Wagner; Rui Costa, que até hoje, hoje enquanto Governador, antes ele era Secretário da SERIN e agora enquanto Governador, continua mantendo, continua tendo foco na juventude; e César Lisboa, que acompanhou todo esse processo, desde o início lá em 2008, até hoje. Então, dentro do governo eu poderia destacar esses três nomes: César Lisboa, Rui Costa e Jaques Wagner (Presidente do CEJUVE/BA – Poder Público 4).

Ainda no âmbito do poder público será possível identificar como atores importantes a Secretária Eva Chiavon, chefe da Casa Civil; Meire Claudia, coordenadora de Articulação Social; Éden Valadares, que foi assessor de juventude da Bahia; Juremar Oliveira, da SETRE, que foi presidente e vice-presidente do CEJUVE/BA; Anderson Santos, que coordenou o Programa Jovens Baianos; Marcos Pereira, que foi da COJUVE; Gabriel Oliveira, que foi da COJUVE; Jurandir Júnior, da SETRE; Daniele Costa, da SETRE; Ângela Guimarães, da SETRE; Vladimir Costa, que foi coordenador de juventude; Sueli Araújo, que foi da COJUVE; Jabes Soares, que foi coordenador de juventude; Caruso, que foi da SEPRMI e foi presidente e vice-presidente do CEJUVE/BA; entre outros.

No rol da sociedade civil, destacam-se os seguintes atores: a professora Mary Castro Garcia, da UCSAL; Eliane, que foi vice-presidente do CEJUVE/BA; Felipe Freitas, da Pastoral da Juventude, que foi presidente do CEJUVE/BA; Rebeca Ribas, do Instituto Aliança, que foi vice-presidente do CEJUVE/BA; Michelle Vieira, da Pastoral da Juventude, que foi presidente do CEJUVE/BA; Elder Costa, do Fórum de Juventude Negra; Jocivaldo Anjos, do MOJAC; Nilton, da CIPÓ; entre outros.

Referente aos atores coletivos que fizeram parte desse processo, os entrevistados destacaram a presença das juventudes partidárias, da juventude rural/do campo, da juventude negra, da juventude religiosa, das organizações não governamentais, entre outras. O segundo presidente do CEJUVE/BA indica que “[...] depois que o Governo Wagner assume, aí já não são mais as juventudes partidárias sozinhas. Entram os movimentos de juventude que começam a pressionar” (Presidente do CEJUVE/BA – Sociedade Civil 1). O segundo gestor de políticas públicas de juventude da Bahia também destaca a presença das forças partidárias e as forças dos movimentos sociais. Ele afirma que “[...] nós tínhamos as forças dos partidos e tínhamos forças políticas que eram de representação dos movimentos

sociais” (Gestor PPJ 2). Entre as expressões das juventudes partidárias o primeiro gestor de políticas públicas de juventude da Bahia destaca que

[...] as juventudes partidárias do campo da esquerda foram bastantes generosas e comprometidas: PT, PCdoB, PSB, PDT, à época, o PV, outras juventudes partidárias não do campo da esquerda, mais ao centro, mas também participaram: juventude do PMDB participou, a centro direita: a juventude do PP participou (Gestor PPJ 1).

A quarta presidente do CEJUVE/BA aponta basicamente o mesmo espectro de forças partidárias, quer sejam: “O PT, o PCdoB, o PSB. Deixa ver se eu me lembro mais. Tinha uma juventude do PMDB, mas assim bem incipiente. [...] a disputa, a discussão, o diálogo, era o PT e o PCdoB” (Presidente do CEJUVE/BA – Sociedade Civil 2). Já o quinto presidente do CEJUVE/BA especifica a presença dessas forças partidárias da composição do órgão de controle social das PPJ na Bahia. Conforme ele afirma “[...] dentro do Conselho era, majoritariamente, PT e PCdoB. Tinha PSD, também estava compondo. E, salvo engano, PDT tinha algum tipo de influência. Estava, não me lembro se estava no Conselho, mas tinha alguma influência” (Presidente do CEJUVE/BA – Poder Público 3). O segundo presidente do CEJUVE/BA apresenta uma análise que reflete basicamente todo o período estudado nesta dissertação:

[...] tudo girou e de, certo modo, ainda gira, quer dizer, girava até quando eu acompanhava, em torno das juventudes partidárias. [...]. Porque que estou dizendo que giravam em torno das juventudes partidárias, porque mesmo quem não estava orbitando nas juventudes partidárias, que eram as ONGs, as entidades de apoio, elas se opunham as juventudes partidárias. De certo modo, era esse debate do papel das juventudes partidárias, sobretudo do PT e do PCdoB, que organizou muita coisa ali. Por exemplo, a Pastoral da Juventude sempre se pretendeu uma instituição mais autônoma em relação à organização dos partidos, o que não fazia com que ela deixasse de ser objeto de disputa desses grupos. As ONGs quando assumiram o conselho de modo mais protagonista, não deixaram de estar influenciadas por essa discussão. E essa disputa ela guiou, de certo modo, todo o período (Presidente do CEJUVE/BA – Sociedade Civil 1).

O gestor de políticas públicas de juventude rural destaca, da mesma forma, este espectro de forças partidárias já incluindo a importância dos movimentos do campo.

A UJS sempre esteve presente em todos os momentos. Eu acho que a FETAG merece grande destaque também. As juventudes partidárias do PT e PCdoB mais fortemente. Teve um tempo que teve a juventude do PRB acompanhando. Hoje tem uma juventude do PSD que está aproximando também dessa política (Gestor PPJR).

Quanto aos movimentos do campo e a juventude rural o primeiro gestor de políticas públicas de juventude destaca “[...] o pessoal do campo: FETRAF, FETAG,

MST, todos eles também mobilizaram, levaram esse debate, levaram esse debate aonde a gente não alcançava [...]” (Gestor PPJ 1). Em paralelo, o segundo presidente do CEJUVE/BA destaca a importância da juventude rural e da juventude negra durante o processo conferencial: “Por que a juventude rural, sobretudo o MOJAC, e a juventude negra, sobretudo o Fórum de Juventude negra, disputavam o protagonismo na conferência” (Presidente do CEJUVE/BA – Sociedade Civil 1). No que se refere à juventude negra, especificamente, este ator indica que

Em um primeiro momento da história das políticas de juventude na Bahia, as organizações de juventude negra, em especial, o FONAJUVE, O Fórum Nacional e o Fórum Baiano de Juventude Negra eram muito estratégicos, depois eu acho que eles foram perdendo a importância ao longo do tempo. Não é que foi perdendo importância, porque a organização deixa de existir. O tema continua importante, mas aquela organização que localizava o tema vai perdendo a centralidade (Presidente do CEJUVE/BA – Sociedade Civil 1).

O segundo gestor de políticas públicas de juventude da Bahia delimita um pouco mais a composição das representações da juventude negra. Ao longo do processo histórico esteve presente

[...] a juventude negra, com as suas diversas organizações. O pessoal do Coletivo Dois de Julho. O pessoal do MNU. O pessoal do Reaja. Outras representações da juventude negra que não estavam nesses grupos. A gente tinha o pessoal do quilombo, do CEN, a UNEGRO, essas organizações todas estavam ali no CEJUVE e tinha uma confluência com o segmento (Gestor PPJ 2).

Quando nos debruçamos sobre as representações da juventude religiosa uma organização ganha destaque nas falas dos entrevistados, pois como aponta um deles “não tem como não lembrar da Pastoral de Juventude” (Gestor PPJ 2). Cabe destacar que o segundo e a quarta presidentes do CEJUVE/BA foram desta representação juvenil e na terceira gestão do Conselho o representante da Pastoral da Juventude compunha a mesa diretora ampliada assumindo a coordenação do grupo de trabalho de políticas públicas de juventude – GT PPJ. O próprio segundo presidente do CEJUVE/BA pela sociedade civil destaca o papel de sua organização:

[...] acho que a Pastoral da Juventude tem um papel um pouco diferencial, pela sua capilaridade. Eu acho que a Pastoral da Juventude é, de fato, talvez, a única grande entidade estadual mesmo. Não sei se é a única, mas a mais, certamente, a de maior capilaridade é a Pastoral da Juventude. Ela consegue chegar nos territórios todos do estado, ela consegue, e de novo, não sei como é que está agora, mas durante muitos anos conseguiu assim, ter uma diretriz de discussão que ajudava a chegar. Agora, eu também acho que a Pastoral da Juventude, por outros aspectos, também não aprofundava uma série de discussões, ficava meio que nas palavras de ordem, no grande conceito ali, mas não tinha um aprofundamento de conseguir amadurecer alguns aspectos (Presidente do CEJUVE/BA – Sociedade Civil 1).

O fato singular de a Pastoral da Juventude ter presidido o CEJUVE/BA pela sociedade civil nas duas primeiras gestões e ter feito parte da mesa ampliada na terceira gestão deste espaço de controle social das políticas públicas de juventude baiana é sinalizado pelo gestor de políticas públicas de juventude rural, ao refletir sobre a ausência dessa força política no núcleo diretivo do CEJUVE/BA durante a quarta gestão ainda que fizesse parte do pleno, como representação eleita.

Tivemos uma que eu acho que é a maior de juventude na Bahia que é PJ, que acompanhou desde.... É a primeira gestão que a PJ não está fazendo parte da diretoria da política de juventude na Bahia, do Conselho de Juventude, especificamente. Tanto no Brasil quanto na Bahia foi uma entidade que acompanhou todo o processo de construção da política de juventude (Gestor PPJR).

O primeiro gestor de políticas públicas de juventude da Bahia também destaca a importância da Pastoral da Juventude e dos movimentos do campo em fazer chegar aos municípios baianos toda a mobilização em torno da I Conferência de Juventude durante o período de 2007 e início de 2008. Segundo ele

A Pastoral tornou a conferência baiana, junto com outros movimentos do campo, tornou a conferência realmente baiana, sabe! O Governo não tinha perna para fazer isso sozinho não. Não chegava nunca, não tinha nem interlocutor lá para, sabe! O interlocutor institucional do Governo é o prefeito local, não ia chegar (Gestor PPJ 1).

Os movimentos juvenis foram extremamente importantes nesse processo inicial de visibilizar a pauta da juventude para dentro da gestão pública nacional, estaduais e municipais. A própria chamada da I Conferência Nacional de Juventude “Levante a sua bandeira!” foi um motivador para que as diversas juventudes pudessem demarcar seu espaço na agenda pública. O quinto presidente do CEJUVE/BA sintetiza um pouco essas forças sociais no cenário baiano:

[...] tinha as entidades religiosas, como PJ, tinha os movimentos sociais, com o movimento negro participando falo CONEN, UNEGRO. Então, são forças políticas do movimento social e do movimento partidário, propriamente dito, a UJS, a UNE, a UBES, todos estavam participando (Presidente do CEJUVE/BA – Poder Público 3).

Os atores coletivos da juventude rural e da Pastoral da Juventude são exemplos dessas diversas organizações de juventude que vem tecendo a trama do controle social das políticas públicas de juventude por todo o Brasil. Para Santos (2017, p. 62), “as conferências e os conselhos introduzem uma nova dinâmica na gestão das políticas públicas nacionais, pois agregam atores não governamentais no processo de discussão de seu conteúdo”. O segundo presidente do CEJUVE/BA

sumariza em três grandes blocos os atores coletivos sociais da pauta da juventudes no período dele.

Acho que as juventudes partidárias eram muito fortes. A juventude negra, através do Fórum. As ONGs, no final da minha gestão passam a ter muita importância: CIPÓ, FLEM, e Instituto Aliança. Acho que eram esses três assim que eram bem destacados assim (Presidente do CEJUVE/BA – Sociedade Civil 1).

O primeiro gestor de políticas públicas de juventude da Bahia destaca ainda outras juventudes que possuíam formas organizativas diferenciadas, “[...] um conjunto de jovens que se organizavam em redes de comunicadores ou em redes de ativistas em tal tema, era um negócio inovador, essa moçada também veio muito” (Gestor PPJ 1), quer sejam as “[...] redes e coletivos de jovens, a Rede de Jovens do Nordeste, e várias ONGs [...]” (Gestor PPJ 1). Já o segundo gestor de políticas públicas de juventude da Bahia aponta a existência dos “[...] movimentos de mulheres, [...] [e das] representações indígenas” (Gestor PPJ 2).

Em relação à pauta da juventude rural, especificamente, durante a primeira gestão Rui Costa, o gestor de políticas públicas de juventude rural delimita um rol de atores coletivos específicos que acompanharam e estiveram envolvidos com as ações desenvolvidas pela SDR, por meio da Assessoria de Juventude Rural da Bahia:

[...] nós temos uma participação forte dos jovens indígenas, muito mais com a pauta da juventude rural, eles têm acompanhado bastante. Jovens quilombolas também têm acompanhado o debate, feito proposições. Fundo e fecho de pasto têm jovens acompanhando o processo de associações comunitárias lá. Temos alguns jovens, não necessariamente com a política de juventude, mais jovens que estão nas cooperativas financiadas de Bahia Produtiva hoje, que está na CAR, na SDR, que acompanha um debate mais na área de produção e produtividade da juventude (Gestor PPJR).

São diversos os atores coletivos juvenis que se inseriram no acompanhamento das ações do Estado voltadas para a juventude baiana, juntamente com o processo de inclusão da pauta na agenda governamental da Bahia. Observa-se a permanência de determinados agrupamentos ao longo das gestões do CEJUVE/BA, por exemplo e, necessariamente, vários destes atores têm uma relação de imbricamento com as forças partidárias que circulam em torno da gestão das PPJ na Bahia, em específico, o Partido dos Trabalhadores e o Partido Comunista do Brasil.

Findando esta categoria, apresenta-se um trecho de uma das entrevistas dos gestores das PPJ, que parece sintetizar a visão do governo quanto à condução da pauta no período das gestões petistas e de sua importância em torno da temática aqui analisada:

[...] acho que fizemos uma agenda progressista pensando o máximo à esquerda: botar o jovem na escola, combater o homicídio do jovem, garantir uma política de saúde específica para o jovem, para jovem mãe, dar formação em arte e cultura para esse jovem. Para mim são agendas da esquerda, entendeu. Então, eu acho que o PT foi fundamental nisso e esse diálogo democrático, republicano, com a sociedade civil, com as forças políticas, eu acho que nós soubemos e sabemos [fazer] (Gestor PPJ 2).

Esta reflexão acerca da importância das gestões petistas baianas para as políticas públicas de juventude nesta unidade subnacional e de como se deu a condução da pauta na Bahia, investindo na participação e escuta de diversas juventudes e agregando um espectro considerável de atores coletivos juvenis no CEJUVE/BA colaboram para o objetivo desta produção dissertativa. Vejamos adiante os marcos estaduais e as políticas públicas específicas de juventude que foram elaboradas e implementadas pelo governo estadual baiano, na visão dos nossos entrevistados.

4.3 Marcos estaduais e as políticas públicas de juventude no Governo da Bahia

Após considerar a inserção da juventude na agenda governamental estadual, a importância das gestões petistas no desenvolvimento de um aparato legal e institucional para as políticas públicas de juventude no Brasil e, especificamente, na Bahia, e os atores, - governamentais e sociais, individuais e coletivos, - envolvidos neste processo, cabe lançar um olhar para os elementos que são considerados como marcos importantes da trajetória das políticas públicas de juventude na Bahia e, obviamente, para as ações do governo estadual que podem ser incluídas no rol das políticas públicas específicas para a juventude.

Em relação aos marcos, um dos elementos destacados é a criação do Conselho Estadual de Juventude da Bahia, enquanto um espaço de articulação de diversas expressões juvenis baianas; de diálogo do poder público com a sociedade civil; e de controle social da ação do Estado em torno da pauta da juventude, como relata o quinto presidente do CEJUVE/BA:

Um dos marcos, justamente, é a criação do Conselho. Em relação ao conselho, é um dos marcos que é fundamental neste processo de colocar a sociedade civil para debater. Você tem as Conferências de Juventude. Não teria como não ser, as três Conferências de Juventude, marcos

representativos demais, porque inicia-se uma nova era. Uma nova era em que a sociedade civil, a juventude da sociedade civil, ela começa a participar diretamente nas políticas públicas. Então, desde o Conselho, passando pelas conferências, são marcos históricos mesmo da política pública de juventude. Outra, é quando a gente consegue transformar, eu posso me perder na cronologia das coisas, quando a gente consegue transformar o Conselho de Juventude em lei. Era decreto, e aí, em 2015, a gente consegue transformar em lei (Presidente do CEJUVE/BA - Poder Público 3).

Corroborando a perspectiva do CEJUVE/BA como um marco importante, o gestor de políticas públicas de juventude rural sinaliza que:

Eu destacaria a criação do Conselho, eu acho que foi algo importante porque mobilizou, inclusive, a mobilização que teve de juventude que foi a mobilização da Assembleia Legislativa para a atividade. Tivemos as conferências. Tivemos conferências nos Territórios da Identidade que foi algo muito, muito forte para aquele momento de criação da política de juventude no Estado da Bahia, de mobilização que não se tinha muito (Gestor PPJR).

Além do próprio Conselho, as conferências de juventude ocorridas ao longo do período também figuram como momentos importantes para a pauta em questão, como indicado acima pelos entrevistados, e para validar a participação como uma das diretrizes da política de juventude. Segundo Santos (2017, p. 17) “[...] a temática da juventude apostou na participação e na intersetorialidade para a execução de seus programas”. Observa-se que foi a partir desses espaços, do Conselho e das conferências, que os movimentos juvenis e as demais juventudes que não estavam vinculadas diretamente a organizações de jovens puderam apresentar suas demandas para o poder público, na expectativa de que as questões que afligiam e preocupavam os jovens pudessem ser sanadas por respostas do governo. É importante destacar isso, pois

No período em que as ações e programas para a juventude constituíram iniciativas isoladas, a participação não configurava uma diretriz para a atuação governamental, sendo que os jovens não participavam na formulação ou gestão das políticas públicas que os contemplavam (SANTOS, 2017, p. 156).

Será após a estruturação das ações governamentais em torno na pauta da juventude, de forma mais sistematizada no Brasil, a partir de 2005 e na Bahia, a partir do final de 2007 e início de 2008, que a participação ganhará esse destaque como um organizador das políticas públicas de juventude. Os espaços de participação juvenil no debate de políticas públicas específicas para os jovens vão forjando novos sujeitos, de uma militância específica, em prol dos direitos juvenis. Cabe destacar que o autor desta dissertação e os entrevistados desta pesquisa se encontram no rol dos

militantes das políticas públicas de juventude na Bahia, seja por um período particular, seja como organizador de boa parte de suas vidas.

Observa-se que esse envolvimento dos jovens nos espaços participativos das políticas públicas de juventude tem gerado o que podemos chamar de efeitos da participação. Diversos outros atores participantes deste processo fizeram de sua experiência nos conselhos e nas conferências uma possibilidade de militância e engajamento político em outros espaços e áreas. O segundo gestor de políticas públicas de juventude da Bahia sinaliza que tem “[...] o sentimento de que aquele processo das conferências, que insuflamos, que dialogamos com os jovens, aquilo levou a um ativismo político, a uma participação, [...], esses jovens meio que botaram a cara no sol e estão aí” (Gestor PPJ 2). O segundo presidente do CEJUVE/BA esmiúça os elementos do efeito que a participação pode ter gerado nas juventudes envolvidas.

Eu presumo que a gente tenha muito jovem que começou na conferência e que a conferência serviu, - conferência, conselho, - serviu para abrir a cabeça dele para entrar na parte na luta política. E treinou o jovem, porque a conferência não era só você ir lá e participar, mas treinava a pessoa a participar, a moderar um grupo, a falar em público a falar, treinava a pessoa a participar, a moderar um grupo, a relatar um grupo. Isso é importante, eu acho (Presidente do CEJUVE/BA – Sociedade Civil 1).

Se a participação era uma das diretrizes da política pública de juventude, no sentido de auscultar a quem as ações da gestão pública iria beneficiar e decidir com eles as ações prioritárias a serem desenvolvidas, o envolvimento dos jovens nos processos participativos serviu também para formar e engajar politicamente esses sujeitos na própria militância juvenil, mas também em outras militâncias, prepará-los para outras disputas. Alguns exemplos do efeito da participação são destacados pelo primeiro gestor de políticas públicas de juventude da Bahia:

[...] o coordenador de política de juventude do Partido Progressista à época, hoje é prefeito da cidade dele, é prefeito da cidade de Glória, foi delegado na conferência, chegou a ser do Conselho, hoje é prefeito. Alguns ex-conselheiros e vários ex-delegados de juventude, das conferências de juventude viraram gestores nos seus municípios (Gestor PPJ 1).

Retomando a importância do CEJUVE/BA, o quinto presidente do CEJUVE/BA, inclusive, considera o Conselho como a política pública mais importante, desenvolvida ao longo do período analisa, o que reitera o lugar da participação como diretriz que estrutura as PPJ.

O Conselho. De todas as políticas públicas, a mais bem-sucedida é o Conselho. E depois que passou de decreto para lei... Porque é um legado que a gente deixa. Todo mundo que participou dessa gestão, dessas gestões

do Conselho e conseguiu, de fato, contribuir para que o Conselho se tornasse [lei] (Presidente do CEJUVE/BA – Poder Público 3).

Junto a isso, a institucionalização desses espaços de diálogo do poder público com a sociedade civil por meio de peças normativas com caráter mais duráveis vai se tornando uma bandeira mobilizadora por parte dos atores que acompanham a pauta, assim como um elemento primordial para que as políticas de governo possam se transformar em políticas de estado, como relatado por alguns dos entrevistados.

O segundo gestor de políticas públicas de juventude da Bahia também indica a importância das normatizações enquanto marcos das PPJ: “[...] tanto os decretos, quanto as leis. Eu acho que são marcos importantes, porque, deixa de ser apenas uma vontade do gestor” (Gestor PPJ 3). Ao revisitar a literatura da área percebe-se que Oliveira (2007, p. 93) já indicava que

Vem se engendrando no Brasil, via processo de institucionalização, uma maquinaria voltada para políticas públicas de juventude, aberturas de socialização para a participação política juvenil conformando singular laboratório ao tema.

Enquanto um marco institucional, juntamente com outros elementos que configuraram a construção da agenda da juventude no governo estadual, o segundo presidente do CEJUVE/BA indica o seguinte:

Acho que o primeiro deles é a criação das instâncias, do conselho primeiro e depois da coordenação. Um outro é a criação de política, programas específicos de juventude. Acho que o TRILHA cumpriu um pouco o papel de ser um referencial importante no imaginário até das juventudes. E as conferências. Sem sombra de dúvida, as três. Cada uma a seu modo, acho que ela cumpre um papel de ser referência. Eu deveria dizer também, por exemplo, que o Plano foi uma grande marca. E é, por um certo aspecto. Mas, por outro lado também, eu acho que o plano ele é tão ambicioso quanto pouco prático, pragmático, exequível. Eu não conheço muito militante de juventude que é capaz de dizer cinco coisas que estão no plano, ordenadamente, como campo de demanda de política pública. [...] eu tenho alguma dificuldade de falar dele como um grande marco, ainda que eu reconheço o seu valor, etc. (Presidente do CEJUVE/BA – Sociedade Civil 1).

Sintetizando a importância das legalidades e institucionalidades, ou seja, os arranjos institucionais desenvolvidos, o segundo gestor de políticas públicas de juventude da Bahia aponta

[...] eu só acho que foram importantíssimos esses marcos que foram criados. Eles dão condições para continuidade dessa pauta. Nós temos uma lei que garante o direito da juventude, nós temos um órgão institucional e que aí se torna executor da política de juventude hoje, que é a Coordenação e o órgão consultivo, que é o Conselho. Então assim, espaços, arenas, para que essa política ela continue avançando é fundamental, estão aí, estão postos (Gestor PPJ 2).

Ainda dentro do processo de desenho das PPJ na Bahia a quarta presidente do CEJUVE/BA destaca a importância do Conselho, da lei que regulamenta este órgão de controle social e o Plano Estadual de Juventude da Bahia. Esta entrevistada resgata ainda o GT Juventude e o relatório elaborado por essa “[...] primeira *policy community*, que irá incidir diretamente no desenho inicial que as políticas públicas de juventude virão a ter na Bahia” (PEREIRA; ANJOS, p. 55):

[...] o Plano Estadual de Juventude, a criação do Conselho e, antes disso, o relatório, que deu início, foi um relatório que foi criado após a I Conferência de Juventude, que foi criado junto com a Frente Parlamentar de Juventude, junto com as Secretarias. Na verdade, foi criado um GT, estava até me esquecendo desse GT. Foi criado no GT que escreveu esse relatório. Eu acho que foi um grande marco assim, que norteou a política de juventude e também, que eu acho que é o mais recente, a lei que cria o Conselho Estadual de Juventude. O Conselho foi criado via decreto e aí houve várias mobilizações, na verdade, para que o Conselho fosse criado via lei (Presidente do CEJUVE/BA – Sociedade Civil 2).

Tanto o segundo quanto a quarta presidente do CEJUVE/BA apontam o Plano Estadual de Juventude da Bahia no rol dos marcos das PPJ baianas, ainda que o primeiro indique algumas limitações para compreender o Plano como um marco efetivo, com significância para as juventudes, até mesmo para os jovens que se encontravam na militância. Por outro lado, o segundo gestor de políticas públicas de juventude da Bahia destaca a importância deste documento e como se deu a tramitação na Assembleia Legislativa da Bahia: “[...] tivemos a aprovação por unanimidade do Plano Estadual de Juventude. Uma lei que hoje é um marco e que garante, pelo menos, que reconhece essa dimensão dos direitos juvenis” (Gestor PPJ 2).

É mister especificar que para a tramitação do Plano na casa legislativa estadual “a constituição de uma Frente Parlamentar em Defesa da Juventude, na Assembleia Legislativa” (Gestor PPJ 3) foi extremamente importante, figurando também como um marco significativo desse processo. Se o Conselho, as conferências, o GT Juventude, a Frente Parlamentar e o Plano são marcos importantes do início da estruturação da pauta da juventude na agenda governamental, da mesma forma, o desenvolvimento de algumas políticas específicas para as juventudes baianas vão encontrar o seu valor ao longo do período pesquisado. O segundo presidente do CEJUVE/BA afirma que

[...] a gente tem as seguintes políticas de juventude: o TRILHA, o Jovens Baianos, agora, mais recentemente, o Programa de Estágio, por aí vai. Se eu faço isso, a gente sempre vai estar discutindo uma outra questão, “mas o TRILHA não é política de educação? O Jovens Baianos não é uma política de inclusão social [...]? O TRILHA não é um programa de trabalho, de geração de emprego, de primeiro emprego, de formação profissional?”. Então eu acho

que, e a resposta para isso é: “ele é uma coisa e outra” (Presidente do CEJUVE/BA – Sociedade Civil 1).

A quarta presidente do CEJUVE/BA destaca também o TRILHA e o Jovens Baianos, além do Estação Juventude. Nas palavras dela: “Teve o TRILHA, eu acho que foi o principal programa de políticas públicas. O Jovens Baianos que também fez essa, essa construção. Nós tivemos também o Estação Juventude” (Presidente do CEJUVE/BA – Sociedade Civil 2). Já o terceiro gestor de políticas públicas de juventude da Bahia elenca, basicamente, a maior parte das ações desenvolvidas, quer sejam, “a ampliação da rede de educação profissional, [...] o Programa TRILHA, [...] o Programa Jovens Baianos, [...] o Plano Juventude Viva, [...] o Estação da Juventude, [...] o Programa Mais Futuro, Partiu Estágio e Primeiro Emprego” (Gestor PPJ 3).

Das políticas iniciais, cabe explicitar que o Programa Estadual de Inserção dos Jovens no Mundo do Trabalho – TRILHA foi a primeira ação que atendeu às juventudes em sua realidade local. Como destacado na categoria “inserção da pauta da juventude na agenda governamental baiana” este programa foi uma espécie de versão estadual do programa desenvolvido pelo governo federal: o PROJOVEM. Para o segundo gestor de políticas públicas de juventude da Bahia

[...] depois desse momento [da I Conferência Estadual de Juventude da Bahia], nós tivemos um outro marco importantíssimo que foi a criação do Programa TRILHA. O Programa TRILHA lá atrás. Hoje é muito interessante a gente ver o Mais Futuro, a gente ver o Partiu Estágio, que são ações que nós pensamos lá atrás, que era a porta de saída do Programa TRILHA. Era qualificação, formação e aí, ele combinaria nisso, nesse tripé que era a inserção no mundo do trabalho. Então, foi um programa importantíssimo (Gestor PPJ 2).

Para este mesmo gestor, o TRILHA, juntamente com o Conselho, foram uma das respostas do governo estadual para as demandas apresentadas pelas juventudes mobilizadas e escutadas no processo conferencial de 2017 a 2018:

[...] era uma das primeiras respostas do Governo Wagner a Conferência: a criação desse espaço de institucional do Conselho, de consulta, de diálogo permanente com as juventudes e *um Programa que tentasse ali, responder o que foram as principais bandeiras, qualificação da educação, inserção no mundo do trabalho, protagonismo juvenil, os diversos arcos ocupacionais divididos pelos diferentes territórios de identidade*. E a construção desse Programa foi, extremamente, inovadora [...]. Nós tivemos ali a Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza, nós tivemos Secretaria de Educação, a Secretaria de Meio Ambiente. Nós tivemos a Secretaria do Trabalho, a Secretaria de Cultura, ou seja, os seus secretários debruçados sobre a construção de um Programa que pensava a gestão do ponto de vista transversal. O TRILHA, ele teve a execução de todas essas Secretarias que eu citei (Gestor PPJ 2, grifo nosso).

Diante das demandas apresentadas pelas juventudes na I Conferência Estadual de Juventude da Bahia e a partir do diagnóstico da realidade das juventudes baianas sistematizadas pelo GT Juventude no “Relatório Final do Grupo de Trabalho de Juventude: acreditar no jovem é investir na Bahia” (BAHIA, 2008a), o Programa TRILHA pode ser considerado o carro-chefe das ações iniciais do Governo da Bahia em torno da pauta da juventude. Foi um Programa que realizou ações em diversas secretarias, “[...] teve ação na Educação, na Secretaria de Trabalho e na Secretaria de Mulheres” (Presidente do CEJUVE/BA – Sociedade Civil 2), além de outras mais. Este fato faz com que tanto o primeiro gestor de políticas públicas de juventude da Bahia, quanto o quinto presidente do CEJUVE/BA o destaquem como a ação mais importante:

O TRILHA cara. O TRILHA por causa daquela combinação, daquele binômio educação e trabalho, por isso. Era essa a tentativa, era a tentativa de sair de ações pontuais, digamos, de projetos pilotos, para a tentativa de construção de uma política pública ampla, transversal, que mobilizasse duas das principais secretarias do governo que eram educação e trabalho, dois dos maiores orçamentos. Certamente, o TRILHA, que eu destacaria (Gestor PPJ 1).

Aqui é possível verificar o que Santos (2017) estabelece como aposta das políticas públicas, juntamente com a participação, ou seja, a intersetorialidade. O TRILHA foi construído com a participação das diversas secretarias da gestão estadual baiana, além de possuir execuções específicas em cada pasta, sendo um agregador intersetorial das ações do Governo da Bahia para a juventude.

O TRILHA, por exemplo, em suas diversas formas. O TRILHA talvez tenha sido a principal [política]. Porque aí você vem com o TRILHA Mulher, você vem com a questão da qualificação profissional, o Qualifica Bahia, também é importante. [...]. O mais importante que a gente via, era ter uma transversalidade nas políticas (Presidente do CEJUVE/BA – Poder Público 3).

O segundo gestor de políticas públicas de juventude da Bahia detalha como o TRILHA foi atendendo às demandas das juventudes nas conferências, ganhando execuções específicas, com ações articuladas entre as pastas do governo. Para ele

[...] nós conseguimos ampliar execuções do TRILHA, nós conseguimos trabalhar com pontos específicos dos segmentos que foram demandados nas conferências, nós fizemos TRILHA das artes, TRILHA digital. A Secretaria de Desenvolvimento Social Combate à Pobreza e suas modalidades dos Jovens Baianos, que foram integrados ao Programa TRILHA, conseguiu atender também essa formação e qualificação por esse viés lúdico [...] (Gestor PPJ 2).

Uma outra política de juventude desenvolvida pelo Governo da Bahia é o Programa Jovens Baianos, anterior às gestões petistas e regulamentado em âmbito

estadual, mas que vai ganhando contornos mais definidos no rol das ações integradas das PPJs na Bahia a partir de 2007.

O Programa Jovens Baianos ele não deixa de existir, mas é um programa. É um programa, porque é criado, tem uma lei que rege ele, mas que ele passa a integrar também essa política de juventude a partir da articulação da Coordenação de Juventude (Presidente do CEJUVE/BA – Sociedade Civil 2).

O terceiro gestor de políticas públicas de juventude, antes de ocupar a função em questão, atuou na Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza, na coordenação do Programa Jovens Baianos. Para ele, esta ação

Basicamente era um programa de financiamento de formação profissional para jovens. Diversas áreas, desde a construção civil até cursos de música e percussão com a escola de música Pracatum, escola de música Olodum, Ilê Aiyê, enfim. E sempre foi o objetivo através da formação profissional, possibilitar que jovens de baixa renda, os jovens negros e negras da periferia de Salvador, tivessem a oportunidade de ocupar outro espaço na sociedade, de se desenvolver, etc. (Gestor PPJ 3).

A quarta presidente do CEJUVE/BA destaca este Programa como a política mais importante da ação do governo estadual por conseguir visualizar os efeitos concretos da sua implementação na vida dos jovens. Ela afirma que

[...] o Jovens Baianos ainda, nesta época [em que estive acompanhando a pauta], para mim, ele é o mais relevante. Porque? Ele consegue integrar várias ações em um programa só. [...] os Jovens Baianos ele conseguia fazer essa integração com esse programa, que formava jovens para construção civil e a TV Pelourinho, que hoje, inclusive, a gente consegue ver atores, a gente consegue ver jovens que passaram pela TV Pelourinho trabalhando de fato na área. A TV Pelourinho ela formava jovens para o audiovisual. Então, hoje eu consigo identificar jovens que passaram pela TV Pelourinho e que conseguiram, de fato, seguir a carreira nessa área. Dentro também dos Jovens Baianos teve também capacitação de jovens para trabalhar na parte hoteleira (Presidente do CEJUVE/BA – Sociedade Civil 2).

Além das ações do Programa TRILHA e do Programa Jovens Baianos, o terceiro gestor de políticas públicas de juventude da Bahia assinala o que para ele era um organizador das PPJ baianas, que inclusive será apontado como um dos desafios da inserção da pauta da juventude na agenda governamental baiana por outros entrevistados, como será visto na próxima categoria. Na visão deste gestor

[...] o foco principal sempre foi *enfrentar a violência contra a juventude negra*, mas talvez o instrumento que sempre era utilizado era a inclusão dos jovens no mundo do trabalho. Logicamente, a permanência dele no ambiente educacional ou retorno para o ambiente educacional. Mas sempre nessa perspectiva da inclusão no mundo do trabalho que, pelo menos, na I e na II Conferência foram as prioridades apontadas pela juventude (Gestor PPJ 3, grifo nosso).

O enfretamento da violência contra a juventude negra vai ganhar centralidade em uma ação do governo federal, elaborada durante a primeira gestão da presidenta

Dilma Rousseff, a saber, o Plano Juventude Viva, um plano de prevenção à violência contra a juventude negra, que tinha como eixos a desconstrução da cultura de violência; a inclusão, oportunidades e garantia de direitos; a transformação de territórios; e o aperfeiçoamento institucional (BRASIL, 2013b). A adesão do Governo da Bahia ao Plano Juventude Viva se deu em dezembro de 2013. Referente a esta ação o segundo gestor de políticas públicas de juventude da Bahia relembra:

[...] quando eu penso hoje a formulação do Juventude Viva, o que se propõe Juventude Viva, o seu alcance, eu vejo o quanto que nós conseguimos avançar nessa pauta dos direitos da juventude. E tocar no que era uma das maiores feridas estruturais do Brasil, que é essa questão da letalidade da juventude, da juventude negra, da juventude de periferia. Então assim, eu tenho hoje para mim, quando eu penso, olho para trás, olho no retrovisor, uma das coisas mais bonitas, mesmo que a gente não tenha conseguido resultados expressivos, foi o Plano Juventude Viva. Acho que o Plano Juventude Viva era esse guarda-chuva que as políticas de juventude precisavam, ao mesmo tempo um guarda-chuva, mas um aríete, aquela tora que vem, que arrebenta portas, tem que trazer uma outra perspectiva (Gestor PPJ 2).

O quinto presidente do CEJUVE/BA relata em sua entrevista que quando houve a implementação do Plano Juventude Viva na Bahia “[...] ele veio, realmente, para direcionar muito das políticas públicas que já eram pensadas, de uma certa forma, para a juventude, mas com recorte racial, porque entendeu-se que precisaria se pensar diferente” (Presidente do CEJUVE/BA – Poder Público 3). O estabelecimento do recorte racial nas ações já em desenvolvimento voltadas para a juventude, com o intuito de prevenir a violência contra a juventude negra, parece que implicou em uma mudança de olhar nas PPJ, permitindo que houvesse o estabelecimento de outras ações, voltadas para as juventudes que se encontravam excluídas da educação e, conseqüentemente, das políticas que vinham sendo desenvolvidas.

Para o quinto presidente do CEJUVE/BA a perspectiva que vigorava, de forma hegemônica, pode ser sintetizada no seguinte trecho de sua entrevista: “Você só pode ter acesso a essa política pública, seja ela qual for, se você estiver na escola. Ou se tiver estudando, se estiver na escola e tiver boas notas” (Presidente do CEJUVE/BA – Poder Público 3). Corroborando esta perspectiva, o gestor de políticas públicas de juventude rural aponta para qual juventudes eram voltadas as ações desenvolvidas:

[...] é uma juventude que não é a juventude no geral total. É a juventude que está dentro daquilo que os pesquisadores têm chamado de juventude que recebe a moratória, a juventude que está mais ou menos encaminhada. Essa juventude deu certo. Inclusive, a mesma juventude que conseguiu ocupar esses espaços, juventudes que estavam organizadas primeiramente (Gestor PPJR).

É importante destacar aqui o que a literatura sugere como limitação do escopo das políticas públicas de juventude, quer seja: a foco na inserção do jovem no mundo do trabalho e sua reinserção na escola, o que coaduna com as sinalizações apontadas por estes entrevistados acima. Para Nobre (2014, p. 136)

As políticas públicas objetivam, por vezes, na inserção do jovem no mundo do trabalho. Mas se torna difícil pensar em trabalho para uma parcela significativa da população que se encontra destituída de instrução formal de ensino. Assim, entram em cena as políticas públicas no campo educacional que buscam uma “reinscrição” do jovem à escola institucionalizada ou focar na permanência deste de forma a se evitar a “desistência escolar”. Contudo, também se torna complicado pensar em educação para os jovens das classes trabalhadoras, a quem são destinados conhecimentos que não problematizam, mas reproduzem a ordem.

O que então o quinto presidente do CEJUVE/BA estabelece como marco é a possibilidade de mudança desta perspectiva hegemônica a partir do desenvolvimento das ações do Plano Juventude Viva na Bahia. Para ele isso “[...] foi um grande marco. Porque você começa a ter uma mudança de visão. E com isso, você começa a fazer algumas políticas públicas, nesse sentido” (Presidente do CEJUVE/BA – Poder Público 3).

O Plano Juventude Viva, quando foi implementado na Bahia, instaura uma nova lógica das políticas públicas de juventude, sem abandonar a perspectiva que era vigente. Possibilita desenvolver ações que alcance outras juventudes, afinal

[...] quando o Plano Juventude Viva vem, ele vem já com um olhar diferente. Vamos manter esse desenho [hegemônico]? Vamos porque dar certo. Para muitos jovens funciona. Ele sai da rua, ele vem para a escola, ele vai para o curso, ele vai para a qualificação profissional, ele vai para a arte, seja lá o que for. Mas para outros não está funcionando. Para outros não está acontecendo isso. Então, a partir daí, aqui na Bahia, principalmente, a gente começa a mudar nossa mentalidade, de não ser só um lado. Não dá para a gente atingir só aquele jovem que está na escola. Esse vai continuar sendo o nosso público beneficiário? Vai. Mas aquele moleque que não está na escola e não volta para escola? (Presidente do CEJUVE/BA – Poder Público 3).

Importante sinalizar duas questões em torno desta reflexão da mudança de olhar nas PPJ baianas. Primeiro, quando da implementação do Plano Juventude Viva na Bahia, necessariamente a partir do ano de 2014, o presidente do CEJUVE/BA era um representante do poder público que vinha do movimento negro e que estava atuando na Secretaria de Promoção da Igualdade Racial da Bahia, sendo responsável pelas ações em torno da juventude negra. Em um período posterior este representante do poder público migrará para a Coordenação Estadual de Juventude da Bahia, compondo o quadro de atores do órgão gestor estadual das políticas públicas de juventude.

Em segundo lugar, a partir de 2014, - com a mudança da Gestão Jaques Wagner para a Gestão Rui Costa e por movimentações dos atores governamentais que estavam responsáveis pelas PPJ, a Coordenação Estadual de Juventude sai de uma secretaria articuladora, a Secretaria de Relações Institucionais – SERIN, e vai para uma secretaria finalística, a Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social – SJDHDS, ficando subordinada à Superintendência de Direitos Humanos, perdendo assim sua capacidade política e de gestão da pauta da juventude no Governo da Bahia. Como aponta o terceiro gestor de políticas públicas de juventude da Bahia,

Coincidiu inclusive, do período, da gente ter apostado em transformar a Coordenação em uma Coordenação Executiva. Executiva, no sentido, de ter orçamento para executar. De estar em uma Secretaria finalística e não mais uma Secretaria meio como é a Secretaria de Relações Institucionais, uma Secretaria de articulação. Só que na prática esse planejamento não se confirmou em função da aposta ter sido em uma Secretaria que tem uma série de outros temas a discutir. A Coordenação de Juventude, inclusive, ficou dentro de uma Superintendência de Direitos Humanos que tem, dentre outras pautas: a pauta indígena, a pauta LGBT, a pauta de criança e adolescente, a pauta de direitos humanos. A pauta de juventude acabou se colocando em um espaço onde era a principal coordenação com o segundo maior, na verdade, o maior orçamento dentre as coordenações, com o maior número de integrantes dentre as equipes. Isso acabou que resultou em um movimento diferente do que a gente apostava (Gestor PPJ 3).

Retomaremos e exploraremos melhor este ponto na próxima categoria. O que interessa aqui é ponderar que as ações de juventude acompanhadas e desenvolvidas pela COJUVE não tinha mais a centralidade e o peso político do período anterior. Este fato faz com que a mudança de olhar nas PPJ aconteça através de ações com menos peso e menos recursos. O quinto presidente do CEJUVE/BA indica que

Aí a gente parte para convênios como Ilê, Olodum. A gente traz projetos como o Mais Grafite. O Grafite ele é dentro da escola, mas o Mais Grafite não era, obrigatoriamente, dentro da escola. Então, você começa a chegar em um público que não estávamos chegando (Presidente do CEJUVE/BA – Poder Público 3).

Se essas novas ações implicavam em uma perspectiva diferenciada que colocava as políticas públicas de juventude da Bahia em outro patamar, influenciadas pelas discussões em torno do Plano Juventude Viva, as mudanças no arranjo institucional das PPJ, implicando em sua capacidade de gestão, não permitiram o fortalecimento dessa nova visão, até porque, outras ações voltadas para a juventude começaram a ser desenvolvidas pela Gestão Rui Costa, sem que houvesse, necessariamente, o acompanhamento por parte da COJUVE/BA e o monitoramento por parte do CEJUVE/BA. São políticas novas que ganham destaque na escala em

que são implementadas, mas que não são vinculadas à estrutura governamental das PPJ que já existia. Como aponta o segundo presidente do CEJUVE/BA, “[...] se Wagner deu mais a identidade dessas políticas que ele desenvolveu como uma política de juventude, Rui até fez mais, em escala, mas, identificando elas, não como política de juventude, mas como política de educação” (Presidente do CEJUVE/BA – Sociedade Civil 1).

A mudança de gestão estadual, ainda que dentro do mesmo agrupamento político, provocou alterações de prioridades e perspectivas no que se refere às políticas públicas de juventude na Bahia. Percebe-se que a preocupação em desenvolver ações para a juventude baiana permanece presente, ou seja, a juventude continua dentro da agenda de decisão do governo estadual. No entanto, não mais sob a égide do arranjo institucional das PPJ estabelecidos durante a Gestão Jaques Wagner.

O que se verifica é que há, na Gestão Rui Costa, um esforço de coordenação das políticas de juventude mais diretamente pelo Governador, sendo carros-chefes de sua gestão os novos programas desenvolvidos. Pode-se inferir desses dados que, provavelmente, se a COJUVE/BA permanecesse dentro da SERIN, este espaço de gestão teria maior legitimidade e capacidade de acompanhar as políticas de juventude da Gestão Rui Costa, fortalecendo assim o desenho inicial de institucionalização das PPJ na Bahia.

O terceiro gestor de políticas públicas de juventude da Bahia, por exemplo, reconhece que os programas da Gestão Rui Costa colocam a política de juventude em um outro patamar de investimento, como pode ser visto no seguinte trecho:

E hoje, o que eu acho que coloca, inclusive, a política de juventude em um outro patamar são os programas que estão sob a coordenação do Governador: o Programa Partiu Estágio, o Programa Primeiro Emprego e o Programa Mais Futuro (Gestor PPJ 3).

Estas políticas demonstram o quanto a juventude permanece na agenda de decisão do Governo da Bahia nas gestões petistas e poderiam ser acompanhadas e monitoradas pela COJUVE/BA e CEJUVE/BA, respectivamente. Contudo, isso se dá a partir de um lugar diferenciado e, retomando a discussão das visões de juventude, dentro da perspectiva hegemônica das ações desenvolvidas. Como indicado pelo gestor de políticas públicas de juventude rural: “[...] essa juventude da moratória foi uma juventude que teve uma inclusão muito forte a partir de uma ação do Rui. Primeiro enquanto Secretário e agora enquanto Governador” (Gestor PPJR). Este entrevistado

destaca a importância das políticas de juventude da Gestão Rui, chamando a atenção para o Programa Primeiro Emprego.

Para mim, hoje as que tem de mais vultuosidade, como eu já disse, são os três programas, porque o Primeiro Emprego, - escrevi até um texto sobre ele, - o Primeiro Emprego ele consegue reconfigurar a cor que você encontra nas Secretarias do CAB, por exemplo, em todos espaços do Governo. Porque você pega jovens, que são oriundos da classe pobre do Estado da Bahia e tal. E a grande maioria são jovens negros. Aí você tem a participação de negros muito forte no Primeiro Emprego. Aí você consegue ter uma dimensão territorial, porque o Primeiro Emprego chega em todo o Estado da Bahia, todo centro territorial do Estado da Bahia (Gestor PPJR).

O Programa Primeiro Emprego é uma ação do Governo do Estado voltada “[...] para os estudantes e egressos da Rede Estadual de Educação Profissional e para jovens e adolescentes qualificados por programas governamentais executados pelo Estado da Bahia a partir do ano de 2015” (BAHIA, 2021b). A seleção e classificação dos jovens no Programa se dá por meio do rendimento escolar, em uma perspectiva meritocrática, sendo então encaminhados para a experiência de primeiro emprego, - na administração direta, autárquica e fundacional; ou nas empresas públicas e sociedades de economia mista; ou nas empresas privadas beneficiárias de incentivo do Estado, - os jovens com melhores escores, em ordem decrescente.

Ao agregar jovens provenientes da política de educação profissional e incluí-los em espaços da gestão pública, a partir da experiência do primeiro emprego, nos diversos órgãos do governo, seja os localizados na capital, seja os que estão espalhados pelos vinte e sete territórios de identidades da Bahia, este Programa teve uma execução, em termos de escala, bastante ampliada e, conseqüentemente, um investimento financeiro significativo. Isto faz com que alguns dos nossos entrevistados coloque o Programa entre as políticas públicas de juventude mais importantes realizadas pelas gestões petistas baianas.

Para o terceiro gestor de políticas públicas de juventude da Bahia o “Programa Primeiro Emprego ele tem um destaque maior [...]” (Gestor PPJ 3). Em consonância, o gestor de políticas de juventude rural explicita os elementos que configuram a importância deste Programa e ainda sugere que nessa ação, outros jovens que não vinham sendo atendidos pelas políticas de juventude puderam ser inseridos:

[...] eu acho que é um Programa que eu destacaria como o maior Programa do Governo da Bahia. Porque quando você pega, o Primeiro Emprego, claro que pega parte da juventude que é a juventude que está na moratória, mais tem uma juventude que não está na moratória no Primeiro Emprego, necessariamente. Que é o jovem que vai para o CETEP estudar e que trabalhava no contra turno e que ele consegue entrar para o Programa porque

criou-se a possibilidade de ele ser inserido. Eu acho que o Primeiro Emprego tem essa grandeza, nesse nível. Os outros não (Gestor PPJR).

Já para o segundo presidente do CEJUVE/BA é o Programa Partiu Estágio que tem maior importância entre as políticas públicas de juventude desenvolvidas pela Gestão Rui. Conforme afirma,

[...] eu acho que o que a gente tem de melhor é o que a gente tem agora, com esse programa de estágio. Acho que isso é o de melhor que a gente tem, em termos de um programa de juventude, por assim dizer. Porque eu acho que é uma coisa que combina. Intersecciona trabalho com o processo de educação, com formação para a cidadania, que é um desafio, uma questão sempre tensa das políticas de juventude (Presidente do CEJUVE/BA – Sociedade Civil 1).

O Programa Partiu Estágio é “[...] uma iniciativa da administração estadual baiana que garante acesso a oportunidades de estágio a estudantes universitários de instituições com sede na Bahia” (BAHIA, 2021c). Destina-se a estudantes universitários baianos que já tenham concluídos, no mínimo, cinquenta por cento do curso, concedendo a realização de estágio remunerado “no âmbito da Administração direta, autárquica, fundacional, sociedades de economia mista e empresas públicas do Poder Executivo Estadual” (BAHIA, 2017). O segundo presidente do CEJUVE/BA reitera:

[...] o programa mais potente, eu acho. Em termos de política de juventude, acho que o programa de estágio. Porque eu acho que ele combina essas várias..., eu nem sei se essas várias potencialidades estão sendo exploradas, mas que elas estão presentes no programa, eu acho que sim (Presidente do CEJUVE/BA – Sociedade Civil 1).

A participação das gestões petistas baianas na construção das políticas públicas de juventude na Bahia é demarcada por todas essas ações. Tanto os marcos estaduais apontados pelos entrevistados como as políticas desenvolvidas e/ou operacionalizadas no cenário baiano, pelo Governo da Bahia, sugerem o quanto a pauta da juventude teve lugar de destaque na agenda governamental das administrações públicas estaduais baianas no período das gestões do Partido dos Trabalhadores.

Cabe ainda verificar o que os colaboradores da pesquisa consideram como avanços, desafios e perspectivas atuais das PPJ na Bahia, com se apresenta abaixo na próxima categoria.

4.4 Avanços e desafios vivenciados e as perspectivas sobre o momento atual

Apresentamos nessa categoria os avanços e desafios destacados pelos entrevistados no período em que estiveram envolvidos com a pauta das políticas públicas de juventude em âmbito estadual, além de elementos de análise do cenário atual das PPJ na Bahia, limitações e potencialidades sugeridas por estes atores.

Para o primeiro gestor de políticas públicas de juventude da Bahia um avanço significativo está relacionado com o próprio processo de inserção da pauta da juventude na agenda governamental baiana, visibilizando os jovens como sujeitos de direitos merecedores de ações do Estado para a garantia dos seus direitos, juntamente com a criação dos espaços institucionais e do aparato normativo no âmbito da gestão estadual. Como afirma este entrevistado, os avanços estão relacionados a “[...] inserir a pauta; ter o jovem como sujeito, reconhecido como sujeito; tirar da invisibilidade; ter uma lei aprovada, algumas leis [...]. Criar a coordenação, sobretudo o conselho, que foi criado primeiramente por decreto, depois por lei” (Gestor PPJ 1).

Considerando que o reconhecimento dos jovens enquanto sujeitos de direitos implica em valorizar a participação desses atores, escutando suas demandas e decidindo conjuntamente com eles as prioridades das ações estatais, ou seja, que a participação juvenil é uma das diretrizes das PPJ, as mobilizações conferenciais também podem ser classificadas como avanços desta pauta, afinal, “[...] o processo da conferência, em si, é uma conquista” (Gestor PPJ 1). Segundo Jesus (2011, p. 101) “[...] a realização da Conferência de Juventude da Bahia representou um avanço em termos de políticas públicas [...]”. Este engajamento participativo, como explorado na categoria anterior, gerou uma cultura democrática importante para a formação política dos jovens. Conforme indica o segundo presidente do CEJUVE/BA,

Acho que a gente criou uma cultura de participação sim. Acho que isso não dá para ser subestimada, sabe! Eu acho que a gente forçou uma cultura mesmo de participação. As conferências, sobretudo, elas tinham um papel organizador, elas treinavam os jovens para o exercício da política. Hoje você consegue isso, é importante, do ponto de vista de uma política pública com participação, dimensão da participação (Presidente do CEJUVE/BA – Sociedade Civil 1).

A importância das conferências como avanços das PPJ na Bahia não significa que sua implementação foi isenta de desafios. Referente à I Conferência Estadual de Juventude da Bahia, em 2008, encontra-se o seguinte relato:

Durante o período da tarde, a gente termina a conferência, essa parte da conferência que era os grupos ali, precisava acelerar para voltar para a plenária final, e os grupos atrasaram porque não tinha ventilador, foi uma parte que estava sem luz, então ficou insalubre e o debate não acontecia porque as pessoas suando, incomodadas e a gente vai para o meio do mato assim. Tem uma foto que eu estou no meio do pátio assim da escola, mas cheio de mato, e eu em pé em um banco e tentando conduzir os debates para a gente terminar o grupo (Gestor PPJ 1).

Observa-se que a própria III Conferência Estadual de Juventude da Bahia, em 2015, em um cenário nacional de crise econômica, política e social, com impacto nas gestões estaduais, efetivar esta edição do processo participativo de escuta dos jovens baianos pode ser considerado, ao mesmo tempo, como uma dificuldade enfrentada e um avanço conquistado. Para o terceiro gestor de políticas públicas de juventude da Bahia

[...] dá para destacar a realização da III Conferência, que foi realizada em um cenário político diferente das duas primeiras. Que tinha muita dificuldade naquela ocasião de realizar conferência e a gente conseguiu fazer a Conferência. Então, eu considero que foi uma conquista importante a realização da Conferência (Gestor PPJ 3).

Por outro lado, as instâncias participativas criadas precisam ser avaliadas e questionadas quanto a sua funcionalidades e objetivos. Ao analisar a realização da I Conferência Estadual de Juventude da Bahia, Jesus (2011, p. 106) já verificava que “as participações no processo da Conferência têm como um dos seus sentidos, ampliar as bases de legitimação das ações governamentais, porém não amplia o compartilhamento do poder acerca da decisão política”. Avaliação similar é feita pelo segundo presidente do CEJUVE/BA quando este estabelece que

[...] como tecnologia, eu acho que ela não serve mais, no sentido de que eu acho que conferência, conselho, do jeito que ele está pensado, hoje ele não cumpre mais o papel que a gente pensou para ele. Ele pode continuar existindo, deve continuar existindo, mas ou ele se reinventa, ou ele, do jeito que está ele não serve mais. Ele serve para ser reinventado (Presidente do CEJUVE/BA – Sociedade Civil 1).

Neste sentido, para Jesus (2011, p. 105-106) “a Conferência assim passa a ter sentido mais como um espaço para a escuta das demandas e proposições e não para as deliberações [...]”. A autora pondera sobre a efetividade deste espaço participativo enquanto verdadeiramente deliberativo ou se o mesmo serve apenas para validar as propostas governamentais para o público-alvo em análise (JESUS, 2011).

Em todo caso, o CEJUVE/BA conseguiu desenvolver algumas ações e eventos que podem ser incluídos entre os avanços das políticas públicas de juventude na Bahia, como o faz a quarta presidente do CEJUVE/BA ao destacar que

[...] na época que eu estava no Conselho de Juventude, nós conseguimos fazer um encontro estadual com os prefeitos jovens, nós conseguimos fazer um encontro de conselheiros e gestores de juventude, nós conseguimos fazer um encontro de avaliação do programa TRILHA, nós conseguimos construir uma cartilha de juventude [...] (Presidente do CEJUVE/BA – Sociedade Civil 2).

Entre as conquistas apontadas quanto ao suporte administrativo-burocrático, estas têm a ver com o fato das reuniões do Conselho funcionarem como pequenos eventos, nos quais o Estado organizava toda uma estrutura de espaço e alimentação para todos os conselheiros durante os dias das reuniões e passagens e hospedagem para os conselheiros do interior da Bahia. Essa forma de funcionar gerava tensões no âmbito do Estado: investimentos fixos para a realização da atividade que, muitas vezes, tinha reuniões esvaziadas por falta de presença dos conselheiros. Isso gerava um custo à administração pública que poderia ser melhor aproveitado. A quarta presidente do CEJUVE/BA afirma o seguinte quanto a isto:

[...] eu acho que foi um outro ganho durante a minha gestão, porque no início os conselheiros vinham e o próprio Estado pagava hospedagem, alimentação. Os conselheiros não tinham diária. Então, independente do conselheiro vir ou não, o Estado pagava, ele gerava um custo ao Estado. E aí, junto, eu lembro, junto com o secretário-executivo do Conselho na época, nós passamos a estudar de que forma a gente poderia fazer para que isso não gerasse tanto custo ao Estado. Porque era o nosso embate (Presidente do CEJUVE/BA – Sociedade Civil 2).

No período de sua gestão então, as diárias passaram a ser pagas para os conselheiros do interior da Bahia e o Estado “só” tinha a responsabilidade de agendar o espaço para as reuniões do pleno e dar suporte administrativo de secretaria-executiva ao Conselho. Alimentação e hospedagem ficavam à cargo da organização dos conselheiros com o recurso das diárias repassadas. Esta questão, obviamente, gerou outras tensões de vários tipos. Uma delas dizia respeito ao fato de que a grande maioria dos conselheiros era de Salvador ou de sua Região Metropolitana, o que, segundo as normativas do Governo do Estado, não lhes dava direito de receber diárias, já que as reuniões ocorriam na própria Salvador. Assim eles precisavam buscar outras formas de organização para garantir a sua participação nas reuniões do pleno, que costumavam ser de dois dias. Outro ponto de tensão referia-se ao valor das diárias, que era insuficiente, - considerando hospedagem e alimentação na capital da Bahia e nas imediações onde as reuniões ocorriam, - e ao fluxo de solicitação e pagamento dessas diárias para os conselheiros que tinham direito.

Por outro lado, esta redefinição administrativa-burocrática quanto às reuniões do CEJUVE/BA distensionou a escassez de recursos alocados na COJUVE/BA para

o suporte ao exercício do controle social das PPJ na Bahia. Em relação à frequência dos conselheiros nas reuniões plenárias, a quarta presidente do CEJUVE/BA destaca que:

Foi na minha gestão que nós conseguimos também um diálogo sobre o Regimento Interno, sobre a participação das entidades que faltavam muito e a gente conseguiu na época aprovar que se a identidade tivesse mais de três faltas, ela teria que passar por um novo processo. Chamar as suplentes para assumir a sua cadeira (Presidente do CEJUVE/BA – Sociedade Civil 2).

Quanto às dificuldades, algumas estiveram mais relacionadas com o reconhecimento e a importância do papel da sociedade civil e os entraves políticos enfrentados, ou seja, as disputas de poder entre sociedade civil e poder público quanto à legitimidade de quem tem o direito a decidir as ações prioritárias e os desenhos das políticas a serem implementadas:

Enquanto presidente do Conselho eu tinha uma dificuldade grande de chegar até o Secretário, mas não era, acredito que não era, nem por conta do Secretário. O Coordenador de Juventude sempre era quem fazia a intermediação do diálogo e eu percebia que tinha alguns diálogos que a gente travava no Conselho e que não chegava até o Secretário (Presidente do CEJUVE/BA – Sociedade Civil 2).

Aqui é possível retomar a reflexão de Jesus (2011) quando a autora afirma que a I Conferência teve um caráter mais de escuta das juventudes do que de fazer com que os jovens participassem das decisões acerca das políticas públicas que lhes beneficiem, implicando em uma não partilha do poder político. A partir do trecho da entrevista acima pode-se fazer um paralelo e também sugerir que o próprio CEJUVE/BA parece figurar mais como um espaço de escuta dos movimentos juvenis, do que de decisão sobre a política de juventude.

O caráter consultivo deste órgão de controle social das PPJ na Bahia parece auxiliar neste processo de não partilha do poder político, de não consideração e reconhecimento do Conselho nas definições da política de juventude. Por outro lado, o próprio órgão gestor das políticas públicas de juventude na Bahia foi perdendo o seu caráter de articulador da pauta, fragilizando ainda mais o arranjo institucional das PPJ no governo estadual, como será apontado mais abaixo.

Voltando às questões do funcionamento do Conselho, o elemento de não possuir orçamento para o desenvolvimento das ações é indicado pelos entrevistados como um desafio.

De desafios, eles consistem basicamente em recursos financeiros, nas dificuldades de recursos financeiros. Porque nós reunimos, tínhamos diversas ideias, sentávamos, nós fizemos um planejamento, mas quanto tira aquele planejamento do papel para tentar colocar na prática, não rolava

porque o Conselho não tem recursos. O Conselho não tem um fundo. Esse é um desafio que precisa vencer, que a Juventude que está vindo aí, que o poder público precisa vencer. Um fundo para o Conselho, algum recurso. Porque ele funcionava, justamente, com os recursos das Secretarias, que já vinham engessados. Não tinha como fazer muita mudança (Presidente do CEJUVE/BA – Poder Público 3).

Esta dificuldade financeira se faz presente o tempo todo ao longo das gestões do Conselho, inclusive para implementar algo que sempre fez parte do planejamento e desejo dos conselheiros: realizar reuniões do pleno no interior da Bahia. A quarta presidente do CEJUVE/BA revela como foi possível efetivar uma dessas reuniões no interior, agregando a reunião do pleno à realização do III Encontro de Conselheiros e Gestores de Juventude da Bahia, em 2013, na cidade de Itabuna-BA. Ela destaca com um desafio

[...] a questão de fazer uma reunião do Conselho de Juventude no interior. O encontro de conselheiros e gestores foi em Itabuna e isso, para mim, foi muito importante, foi muito desafiador, porque o Conselho de Juventude ele não tinha um orçamento específico, não sei se hoje tem. Aí era o meu maior desafio, a minha maior discussão dentro do Conselho era porque tinha coisas que a gente não conseguia mesmo dar funcionalidade por questões financeira (Presidente do CEJUVE/BA – Sociedade Civil 2).

No âmbito da gestão das políticas públicas de juventude os trâmites burocráticos do funcionamento da máquina pública aparecem como um entrave que mina as forças e a empolgação inicial daqueles que assumem a função de gerir a pauta em questão. Segundo o primeiro gestor de políticas públicas de juventude da Bahia

[...] apesar de ter colocado na agenda, o jovem como sujeito e alvo, enfim, prioritário de política de juventude, eu tenho a sensação de que a gente não conseguiu dar continuidade e perenidade àquela energia inicial [...], a gente pensava o TRILHA assim para ser de médio prazo, para combinar o binômio educação e trabalho, aí quando você começa a fazer parece que a máquina te engole. Porque você começa a cuidar de orçamento, de contratação, de licitação, de Tribunal, de prestar contas, aí quando você se vê, você se perde no meio daquele emaranhado que é a estrutura da máquina pública e já não tinha mais o boom que foi a explosão da conferência (Gestor PPJ 1).

Ainda sobre a estrutura burocrática do Estado, o segundo gestor de políticas públicas de juventude da Bahia relata as dificuldades para acessar uma das políticas de juventude elaboradas pelo governo federal, na segunda Gestão Lula: o Estação Juventude.

O edital foi muito difícil, a seleção foi muito difícil, nós precisávamos do envolvimento de diversas Secretarias que não tínhamos um diálogo tão bom e compraram a ideia, como a Secretaria de Segurança Pública, mas a execução do Estação da Juventude, nós tivemos essa dificuldade (Gestor PPJ 2).

Fechando a discussão acerca da condução do órgão gestor das PPJ na Bahia, quando da mudança desta estrutura institucional da SERIN para a SJDHDS, o terceiro gestor de políticas públicas de juventude da Bahia aponta como avanço o fato de ter ganho característica finalística, de execução e, conseqüentemente, possuir um orçamento para operacionalizar: “a gente passou a ter, pela primeira vez, a coordenação com um orçamento. Apesar de um orçamento tímido, mas tinha um orçamento” (Gestor PPJ 3).

Passando para uma temática cara aos movimentos da juventude negra e de grande dificuldade para o Estado, o debate sobre segurança pública, juventude negra e extermínio de jovens foi se fazendo presente ao longo de todo o período analisado, seja tendo características consideradas de avanço, seja como o maior desafio da gestão pública. Para o segundo presidente do CEJUVE/BA foi um avanço

[...] a gente conseguir consolidar, dentro do conselho, uma discussão sobre segurança pública naquele momento. Mas ao mesmo tempo que esse foi o maior avanço, esse foi o maior desafio porque a gente tem a política de juventude horrível [...] no Governo do Estado. Então, ao mesmo tempo que eu acho que foi uma conquista a gente ter alcançado dentro do conselho um nível alto de elaboração sobre o tema, isso nunca foi muito bem sistematizado, isso ficou na discussão, mas nunca foi bem transformado em um documento, em papel, em resolução. E por outro lado, a gente também não conseguiu incidir tão fortemente como merecia na política do Governo do Estado (Presidente do CEJUVE/BA – Sociedade Civil 1).

O espaço de controle social das políticas públicas de juventude na Bahia, ao agregar atores de diversos movimentos juvenis, com a participação significativa de representações da juventude negra, possibilitou um amplo debate em torno do extermínio da juventude. No entanto, pode-se afirmar que o caráter consultivo do CEJUVE/BA parece não ter dado lastro necessário para que o debate sobre a mortalidade da juventude negra alcançasse a agenda de decisão política, no sentido do desenvolvimento de ações que enfrentassem o extermínio de jovens. No âmbito da gestão, o primeiro gestor de PPJ da Bahia aponta que “[...] a gente não enfrentou a questão da segurança pública como deveria. Mexemos pouco com as características das instituições policiais e do aparato de segurança pública no Estado como um todo. Mexeu pouco nisso, a gente não foi capaz de mudar” (Gestor PPJ 1).

Por outro lado, o segundo gestor de políticas públicas de juventude da Bahia afirma que foi possível considerar essa e outras demandas vindas do CEJUVE/BA, desenvolvendo ações específicas para este recorte da juventude. O referido gestor

traz a temática como um avanço conquistado, destacando a capacidade de articulação do órgão gestor. Em suas palavras:

[...] o que os conselhos apontaram com uma maior fragilidade dos jovens no nosso estado, justamente a dimensão do maior direito que o jovem pode ter, que é o direito à vida. Então, nós passamos a focar nessa perspectiva, do segmento específico, a juventude negra de periferia dos centros urbanos da cidade, mas também, aí dentro do conselho, e aí o conselho sempre como carro-chefe, indutor da política, em parceria com a Coordenação, pensar esse segmento, mas também ações específicas para a juventude rural, para jovens mulheres. Passamos a atuar com esse olhar diferenciado na execução dos programas e aí tínhamos já uma Coordenação, dentro da Secretaria de Relações Institucionais. Uma Coordenação com peso político, que nos deu facilidade de trânsito dentro do Governo do Estado (Gestor PPJ 2).

Para o quinto presidente do CEJUVE/BA, como já sinalizado na categoria anterior, será a implementação das ações do Plano Juventude Viva na Bahia, - aliado, obviamente, a trajetória de militância deste ator, - que fez com que o debate racial se fortalecesse nesse momento e fosse possível pensar algumas ações para a juventude negra, ainda que de forma pontual e não em larga escala como as outras ações voltadas para as juventudes baianas, no geral:

[...] foi exatamente quando a gente trouxe o Plano Juventude Viva. A gente pode implantar o Plano Juventude Viva. Talvez eu tenha dado uma cara, nesse momento, muito mais racial ao debate. Talvez o debate tenha se fortalecido, a temática racial nessa minha gestão, por conta desse meu histórico. E a partir daí a gente pode deixar essa marca registrada de entender: “Não. Nós temos aqui uma principal chaga que é a violência. E sobretudo a violência que acomete os jovens. E sobretudo os jovens negros da periferia”. Nesse momento que a gente instala o Comitê, em que a gente pensa um Comitê, por exemplo, com a sociedade civil. O Comitê do Juventude Viva, com membros do CDCN e do CEJUVE, entendendo que a sociedade civil precisava participar desse debate. E aí a gente começa a dar uma nova cara. Sobretudo porque, por estar na SEPROMI, eu conseguia articular, por exemplo, com setores da SEPROMI. E a gente entra na pauta de povos e comunidades tradicionais, que talvez não tivesse sido discutido antes, com mais força no Conselho. E aí, por uma articulação nossa, da Secretaria, a gente começa a que aqueles conselheiros entendessem o que são povos e comunidades tradicionais, como é que funciona, o que está acontecendo. Então, você tem um espaço de debate, com temas que muitos deles não tinham nem conhecimento. E isso foi fundamental nesse processo (Presidente do CEJUVE/BA – Poder Público 3).

Juntamente com esse avanço o entrevistado acima destaca a inclusão da pauta dos povos e comunidades tradicionais no debate do Conselho. Cabe apontar que somente a partir da terceira gestão do CEJUVE/BA houve cadeira de representação da juventude indígena e quilombola no pleno do Conselho.

No que tange à juventude rural o gestor de políticas públicas de juventude rural da Bahia destaca o elemento de visibilização dessa especificidade da situação juvenil,

que adentrou na agenda de decisão do governo estadual baiano somente a partir de 2015, como elencado no final da primeira categoria. Para ele

[...] o principal avanço que nós tivemos foi a desinvisibilização da juventude rural. Hoje pode até não fazer política, mas sabe que existe. Porque antes, tinha uma dificuldade e hoje tem muita gente que quer insistir em não perceber a juventude [rural] como um segmento que precisa de políticas específicas. Acha que, às vezes, que fazer política para jovens [rurais] é fazer política para um homem de menor idade. É assim que se pensa. Eu acho que assim, o principal ganho que nós tivemos foi a colocar na ordem do dia, a juventude rural (Gestor PPJR).

Se a inclusão da juventude rural na agenda governamental baiana foi um avanço alcançado, ao mesmo tempo, compreender a especificidade da juventude rural em suas múltiplas expressões e formas de ser jovem do campo permanece como um desafio posto, afinal, como sugere nosso entrevistado:

[...] o principal desafio que nós temos, no Estado, é as pessoas que operam a política pública conceber a juventude rural nas suas diversas características. Conceber primeiro como a totalidade, que precisa de diversas políticas públicas, não tendo só a SDR para cuidar disso. E nem as Secretarias que atuam do ponto de vista das políticas públicas sociais, que nós chamamos assim, a SDR, a Secretaria de Justiça, a Cultura e tal, mas também outras Secretarias, tem que ter dentro da SEPLAN uma proposta política que chega a esse sujeito de juventude como um ser matricial. E, na juventude rural específica, olhares mais direto para algumas categorias. Por exemplo, tem que discutir porque as mulheres saem mais do campo. Até onde eu pude perceber, tanto do ponto de vista de pesquisador, como do ponto de vista empírico, é que a gente pensa o campo somente [enquanto] agricultura, pecuária e trabalho braçal. Então só homem fica no campo para trabalhar (Gestor PPJR).

Outro desafio encontrado no material das entrevistas diz respeito a como as ações estatais para a população em geral, e também para a juventude, foram implementadas, qual seja, no rol da estrutura capitalista, a partir de uma lógica neoliberal na qual o próprio sujeito é considerado responsável pelo seu sucesso. O primeiro gestor de políticas públicas de juventude sinaliza essa limitação de não ter sido dado sentido coletivo às conquistas alcançadas. Como aponta:

[...] dar sentido coletivo a essa política pública, eu acho que isso nos faltou, não só na de hoje, faltou na minha também. Ao longo desses doze anos, eu vou chamar assim. Há farta leitura sobre isso. Uma parcela dos beneficiários das políticas implementadas pelos governos do PT debita na sua própria conta a eventual ascensão social ou ganho real que ele teve. Então, às vezes, você encontra pessoas que debitam na sua própria, no seu próprio esforço individual, o fato dela estar estudando em uma universidade federal (Gestor PPJ 1).

A partir da fala deste entrevistado, é possível pensar que o “erro” da gestão de políticas públicas em governos de esquerda de não dar sentido coletivo às conquistas

de direitos pode gerar um processo de alienação da luta da classe trabalhadora, já que

[...] esse sujeito, por vezes, não se apercebe de que a universidade só chegou a lá, na cidade dele, e só há esses cursos e essa oferta de universidade pública federal ou estadual, a partir de uma decisão política anterior, tomada por um político que faz uma defesa de um tipo de projeto nacional de desenvolvimento, e que a troca desse grupo político por outro grupo político pode significar o fim daquela política pública (Gestor PPJ 1).

Junto a isto, o segundo presidente do CEJUVE/BA faz uma análise do cenário nacional, trazendo elementos que sugerem a fragilidade deste campo de políticas públicas, revelando a falta de densidade da pauta da juventude na agenda governamental brasileira e do possível desmantelamento que possa ocorrer no contexto estadual baiano.

Agora em um geral, o campo todo das políticas de juventude, ele reagiu mal às rupturas. Eu acho que isso vale para o campo nacional, vale para tudo, por exemplo. Quando acaba a SNJ, como a gente pensava ela e vira o que ela virou hoje. A capacidade de reação dos movimentos é zero, ou seja, aquilo que a gente dizia que era consistente, denso, profundo, que teria sobrevivido independentemente da ruptura institucional, não foi verdade. A Bahia não passou por esse teste ainda, mas se passar eu não sei o que acontece. Não sei o quanto isso resiste a uma mudança de Governo. Nacional mesmo, não resistiu. As políticas que a gente coordenava nacionalmente, elas foram extintas e o que a gente viu, foi uma, vou nem dizer uma convivência, mas um atordoamento das organizações de juventude. Elas ficaram atordoadas, completamente atordoadas e não conseguiram ter uma reação política capaz de interromper (Presidente do CEJUVE/BA – Sociedade Civil 1).

Em relação ao “humor” nacional e da dependência do governo federal na condução e estímulo das políticas públicas de juventude, o segundo gestor de PPJ da Bahia estabelece que

[...] nós funcionamos também muito impulsionados por uma Política Nacional de Juventude. Então, os estados, os municípios, nós sempre ficávamos esperando a formulação da política nacional de juventude, já que nossas peças, nossos formatos institucionais seguiam aquela lógica. E hoje eu vejo isso completamente parado (Gestor PPJ 2).

Este entrevistado complementa que, no momento atual, é “a primeira vez [...] que a gente não tem Secretaria Nacional de Juventude como indutora. Então, vai ser uma tarefa difícil, mas nós temos entregas bacanas” (Gestor PPJ 2). Corroborando isto, o terceiro gestor de políticas públicas de juventude da Bahia reitera a importância da gestão federal no estímulo da pauta e como o contexto atual desfaz a lógica das gestões públicas pensarem ações voltadas para os direitos difusos.

Sempre foi o Governo Federal que deu o primeiro passo, no sentido, de fazer, de impulsionar a política de juventude. E hoje, a gente vive um período, em que o caminho é inverso. O caminho é, no sentido, de não mais protagonizar

para setoriais, em não dar mais destaque para ações setoriais (Gestor PPJ 3).

Apesar de todas essas questões de fragilização da pauta no contexto nacional e dos possíveis rebatimentos no cenário estadual, boa parte dos entrevistados aponta para a importância das ações que atendem as juventudes baianas desenvolvidas na gestão Rui Costa, especificamente, em torno dos programas Mais Futuro, Partiu Estágio e Primeiro Emprego.

O quinto presidente do CEJUVE/BA nos diz o seguinte: “Hoje, eu vejo que o Governador, ele ainda coloca [a juventude] como prioridade. Quando ele pensa esses três projetos: Partiu Estágio, Mais Futuro e Primeiro Emprego” (Presidente do CEJUVE/BA – Poder Público 3). Em paralelo o primeiro gestor de políticas públicas de juventude da Bahia indica que essa importância está relacionada ao alcance de público-alvo atendido por esses programas:

[...] hoje o Governador Rui Costa, talvez faça a maior política, maior em tamanho, não porque é a melhor, porque ela se assemelha com outras, mais é que o alcance é muito grande. Hoje o Governador, o Governo Rui Costa fez talvez a maior política estadual de juventude que eu já tenha visto, não só na Bahia (Gestor PPJ 1).

Este fato também é delimitado pelo terceiro gestor de políticas públicas de juventude da Bahia quando ele especifica o quantitativo de investimento realizado e o quantitativo de jovens atendidos por essas ações.

Eu acho que a política de juventude da Bahia é um avanço, assim, é rica. Atende muita gente, tem muito investimento. Não é pouca coisa você investir quase 20.000.000 de reais para atender jovens. Não é pouco. Lógico que a gente tem quase 4.000.000 de jovens na Bahia. E, quando você fala do alcance dessas ações, ainda é um número reduzido, mas quando você fala do ponto de vista de investimento, do que esses jovens inclusive podem dar de retorno, acho que é muito interessante. Você atender todo ano quase 9.000 jovens, nesses três programas, eu acho que é um número significativo, é um número muito importante. Tem muita coisa a ser feita ainda, mas eu acho que a Bahia continua sendo destaque quando você fala de políticas de juventude (Gestor PPJ 3).

Se a prioridade em torno da pauta da juventude se revela na gestão Rui Costa em torno dos programas acompanhados diretamente pelo próprio Governador, que possuem um investimento significativo por parte do governo, o quinto presidente do CEJUVE/BA destaca outras ações voltadas para os jovens desenvolvidas a partir da Coordenação Estadual de Juventude, dentro da SJDHDS.

O Governo do Estado pensa o jovem enquanto prioridade. E para além dessas ações, que a gente sabe que tem esse desenho, que são dos jovens estão na escola, estão na universidade, você tem outras ações, de outras secretarias que já não tem tanta exigência. E que aqui, a Secretaria de Justiça também, age dessa forma. Que é para ver se a gente consegue pegar aquele

jovem que está do lado de fora da escola e trazê-lo para a escola, mas a gente não o trouxe para escola, porque, infelizmente, a escola ainda não é a escola dos nossos sonhos. Infelizmente é uma realidade. Acho que está até longe disso. A gente pelo menos tenta, de alguma forma. E aí a gente vem com uma outra ação, que é uma ação, por exemplo, histórica. É uma realização histórica do movimento social que o governo implementou nesses últimos anos, são as escolas culturais (Presidente do CEJUVE/BA – Poder Público 3).

Voltando aos grandes programas, o entrevistado acima delinea questões de operacionalização dessas ações e de como elas possibilitaram a inclusão dos jovens no escopo da educação e do trabalho.

Quando a gente vê hoje que todos os jovens praticamente.... Porque, o cara estava na universidade, a menina estava na universidade. Ela não tinha como estagiar. Hoje, dentro dos requisitos que o Mais Futuro, por exemplo, coloca, não tem. Ou melhor, o Partiu Estágio. Todos os jovens estão estagiando. Todos jovens. Tem vaga. Hoje, eu estou ouvindo.... Eu estava brincando outro dia, porque eu estou ouvindo a campanha das Secretarias chamando o jovem para estagiar. “Venha estagiar na minha Secretaria, venha!”. Quando você pensa no Primeiro Emprego, tiveram algumas dificuldades no início, mas quando surgem as vagas, estava tendo dificuldade de preencher as vagas, porque o jovem ele entrava na escola, ele se matriculava, ele mudava o número de contato (Presidente do CEJUVE/BA – Poder Público 3).

Ainda que sejam importantes ações, no eixo educação e trabalho, em tamanho e alcance, como já foi dito ao longo desta produção dissertativa, para os entrevistados elas não parecem ser validadas dentro da gestão estadual baiana como políticas públicas de juventude, como se verifica nos trechos a seguir:

[...] são políticas de assistência estudantil importantes para as universidades, são políticas de introdução do jovem no mercado do trabalho, com acompanhamento real, contínuo, que o alcance é grande, mas a gente não envelopa como política de juventude. O Governo faz uma grande política de juventude e o Governo não se dá conta de que está fazendo uma grande política de juventude (Gestor PPJ 1).

Um detalhamento mais explícito é apresentado pelo segundo presidente do CEJUVE/BA:

[...] a gente tem um avanço muito importante que é alcançar escala. Tem políticas grandes atendendo a juventude. A política de educação do Governo Rui, ela é muito grande. O tamanho das coisas que Rui tem feito na área da educação é muito expressivo [...]. Enquanto o país todo reduz os postos de trabalho, a Bahia aumenta os postos de trabalho. E isso é escala, é o sonho que nós tínhamos de ter políticas de escala na área da juventude. Acho que os gestores de política de juventude têm consciência disso? Não! Acho que eles não têm. Acho que eles não entendem nem isso como política de juventude. Acho isso. Acho que, então, a gente tem o melhor momento, no sentido de que a gente tem mais escala, mais oportunidade, mais margem para incidir, tem uma política territorial consolidada, consórcios de municípios funcionando. Ou seja, tem um ambiente político até mais favorável [para] essas políticas acontecerem e fazendo elas acontecerem para atender o jovem, mas é, paradoxalmente, o pior momento. Porque, eu acho que as coordenações de juventude, - a coordenação estadual, mas as coordenações municipais também e os conselheiros, - não entendem. E eu não estou

culpabilizando as pessoas individualmente, estou só constatando um dado. Elas não conseguem incidir. Porque é que é assim? Eu não saberia te dizer tudo. Eu acho que parte é a responsabilidade das pessoas que estão lá, mas não acho que é só isso. Acho que tem a ver com uma série de coisas, que eu nem sei enumerar, muito menos analisar, mas eu não tenho dúvida de que o fato é que, falta direção política para fazer com que, o que se conquistou, seja lido pelos jovens e pelo restante da sociedade como política de juventude (Presidente do CEJUVE/BA – Sociedade Civil 1).

Em uma análise histórica das ações da gestão estadual baiana voltadas para a juventude, comparando o período inicial, a partir de 2007, com o período atual é possível constatar que houve evolução, assim como verificar o alcance do que foi desenhado e almejado pelos primeiros formuladores e gestores, como metas a serem atingidas, ainda que com a fragilização do arranjo institucional elaborado para acompanhar a pauta em questão.

Eu acho que do ponto de vista das entregas, como eu disse, o que nós sonhávamos no TRILHA era o Mais Futuro. Era você garantir dentro das empresas, que tinham isenções fiscais no Estado da Bahia, programas de estágio, programas de primeiro emprego. Era garantir que, pelo menos nos órgãos do Governo do Estado, mas disputar também na agenda das empresas privadas, que nós tivéssemos um programa de estágio amplo, que a gente tivesse condições de inserir esse jovem no mundo do trabalho. Então assim, eu acho que, quando eu vejo hoje esses programas, eu vejo que é um avanço. É o que nós sonhávamos para a época. Mas hoje eu não sei se a juventude, ela tem mais esse espaço de fala, de contribuição. Pelo menos do período que eu vivi, como eu disse para você eu tinha um trânsito muito grande dentro das secretarias. Eu tinha autonomia para me reunir, para conversar com os Secretários de Estado. Com os Secretários do Governo do Estado da Bahia. Eu não sei se hoje consegue isso. Não sei hoje se a composição desse órgão de juventude ela vai seguir essa perspectiva da diversidade, de ser o mais amplo possível na sua composição, não sei hoje o lugar de fala, não sei hoje o peso do Conselho Estadual de Juventude na disputa dessa agenda do Governo do Estado (Gestor PPJ 2).

O órgão gestor de políticas públicas de juventude do governo estadual baiano e o espaço de controle social dessas ações não tem conseguido incidir sobre os atuais programas em desenvolvimento, o que leva a se questionar a própria necessidade de existência do arranjo institucional estabelecido.

Você tem um Estado que mais promove programa para a juventude no Brasil e, como é que você tem um Estado que propõe programa para juventude do Brasil e você tem uma coordenação de juventude que não acompanha, não está no comitê, nem do Primeiro Emprego, nem do Partiu Estágio. É um equívoco. Não precisa ter uma coordenação de juventude se não for ter uma função política específica (Gestor PPJR).

Além disso, observa-se que as políticas de juventude deixam de ser “com a juventude” para voltar a ser “para a juventude”.

Isso aqui tudo é política para o jovem, sabe! Ou, de juventude, ela não é com o jovem. Porque? Porque foi tirado da coordenação, foi tirado do Conselho. O Conselho não ajudou na elaboração disso. Não é o conselho que monitora

e avalia essa política pública, então, faz uma política para o jovem e pode até chamar de jovem, mas não é com o jovem, porque o jovem está ali representado no Governo, através do Conselho Estadual de Juventude, mas ele não está opinando, não está monitorando, não está criticando (Gestor PPJ 1).

Vive-se então um paradoxo nas ações governamentais estaduais baianas em torno da pauta da juventude. Tem-se programas importantes sendo implementados, mas que não são validados dentro do desenho institucional para as políticas públicas de juventude da Bahia, por exemplo, como questiona um dos gestores, “[...] cadê o protagonismo da juventude nisso? Cadê esses espaços institucionais? Cadê o CEJUVE dentro das Escolas Culturais?” (Gestor PPJ 2). O segundo presidente do CEJUVE/BA considera que

[...] isso é um problema grave, mas ao mesmo tempo é o sonho que qualquer pessoa teria. Ter, sobre o escrutínio da política de juventude, um programa como o programa de estágio, o programa de primeiro emprego, o programa de expansão das escolas, o programa de assistência, de ação afirmativa nas universidades. Impressionante como isso não entra no repertório das políticas de juventude. A Bahia tem hoje uma malha de universidades estaduais e bem expressivas com quatro universidades estaduais. E, eu não sei, como é que isso não é lido, mas nunca foi também. Não é culpa desse povo não. A política do ensino superior sempre foi um tema dos estudantes. Não era um tema do movimento de juventude (Presidente do CEJUVE/BA – Sociedade Civil 1).

Uma possível explicação para o atual cenário de fragilização do arranjo institucional das PPJ na Bahia é apresentada por parte dos entrevistados e também encontrado na literatura recente que se debruçou sobre os dez anos de gestões petistas no Governo da Bahia, tecendo considerações acerca das políticas públicas de juventude rural desenvolvidas neste período. Segundo Anjos (2017, p. 64)

Merece destaque o estaque e revezes sofrido nos últimos dois anos, em que se percebe menor organização da mesma e a sua colocação numa secretaria finalística, percebendo assim o seu distanciamento articulador das políticas e da centralidade matricial das políticas públicas de juventude no Estado da Bahia.

Esta mudança da Coordenação Estadual de Juventude da Bahia de uma secretaria com capacidade de articulação para uma secretaria finalística provavelmente foi um erro de cálculo dos atores governamentais que estavam à frente da condução do órgão gestor das PPJ na Bahia à época, como reconhecido pelos próprios gestores: “de alguma maneira a gente caiu um pouquinho na agenda de prioridade do governo, a gente acabou sendo deslocado, talvez por um erro, que foi ter tirado da SERIN [...]” (Gestor PPJ 1). Para o gestor de políticas públicas de juventude rural da Bahia

[...] a política de juventude na Bahia acaba tendo um decréscimo, tanto do ponto de vista de organização do Estado fornecedor de políticas públicas, que ela sai de uma Secretaria estratégica, sistêmica para uma Secretaria finalística, que foi um equívoco, em qualquer lugar do mundo, na política de juventude. E aí começou a ter uma queda, na política, da política. E, ela começa também a ocupar menos espaço na política, tanto no [...] Estado, quanto nas relações com os territórios. E acabou chegando na situação, que nós temos hoje a necessidade de você ter programas de juventude, programas fortes de juventude, aliás, os melhores do Brasil hoje e não ter a participação dos atores que deveriam estar coordenando, acompanhamento pelo menos, que é a COJUVE. Tem o Comitê do Primeiro Emprego não tem a COJUVE, por exemplo (Gestor PPJR).

A perda de poder político da COJUVE/BA é um fato nítido para os entrevistados ao analisarem o cenário baiano atual. Na tentativa de ganhar uma estrutura mais robusta,

[...] a gente topa uma proposta do governo de ir para lá [para a SJDHDS], supostamente para ser executor da política. Não foi. Então a gente perde o poder, - não é poder que eu quero dizer, é o poder de influência que a gente tinha no núcleo, - para supostamente executar. Aí nem executa, nem tem mais o diálogo direto com o Governador ou com quem fala direto com o Governador (Gestor PPJ 1).

O terceiro gestor de políticas públicas de juventude, da mesma forma, reconhece que a mudança do órgão gestor de secretaria não efetivou a expectativa criada e o que havia sido vislumbrado como um passo importante de ser dado após o período inicial sob a égide da SERIN.

Só que na prática esse planejamento não se confirmou em função da aposta ter sido em uma Secretaria que tem uma série de outros temas a discutir. A Coordenação de Juventude, inclusive, ficou dentro de uma Superintendência de Direitos Humanos que tem, dentre outras pautas: a pauta indígena, a pauta LGBT, a pauta de criança e adolescente, a pauta de direitos humanos. A pauta de juventude acabou se colocando em um espaço onde era a principal coordenação com o segundo maior, na verdade, o maior orçamento dentre as coordenações, com o maior número de integrantes dentre as equipes. Isso acabou que resultou em um movimento diferente do que a gente apostava (Gestor PPJ 3).

Comparando com o cenário federal, o gestor de políticas públicas de juventude rural explicita o equívoco que aconteceu nacionalmente e que se reproduziu em âmbito estadual.

O Governo Dilma teve um decréscimo da política de juventude no Brasil. Quando tirou o órgão, a SNJ, da Secretaria [...] Geral da Presidência e coloca em uma secretaria finalística. Isso é um equívoco em qualquer lugar do mundo. Você colocar uma política transversal numa gestão finalística. A Bahia ficou no mesmo caminho também, agora com o Governo Rui Costa que tira a COJUVE da SERIN e coloca na Secretaria de Justiça. Não é o fato de a gente fazer parte da gestão que a gente deve cometer o estelionato acadêmico. É equivocados. Isso desajuda porque você coloca, você pega como se uma especificidade em um canto, desse conta do todo que é a juventude. E por conta disso, tem esse decréscimo político. Perdemos o capital político muito grande, o fato da COJUVE ir para a Secretaria de Justiça

na Bahia. Sem tamanho, não tem noção do que, nesses quatro anos que foi, a gente se perdeu. Porque se você perguntar aos novos deputados, a COJUVE, o CEJUVE é um mero desconhecido (Gestor PPJR).

Conforme avalia Anjos (2017) o erro de avaliação, acerca do papel que o órgão gestor das políticas públicas de juventude da Bahia deveria ter, modifica toda a capacidade de articulação e gestão que o arranjo institucional possuía

As disfunções de compreensão acerca da concepção da gestão trouxe[ram] como consequências grandes desarticulações desta coordenação junto as políticas para a juventude que o governo vem implementando, mas sem o controle e a parceria da COJUVE, espaçamento demasiado de reuniões do CEJUVE e invisibilidade da pauta pelas demais secretarias do governo (ANJOS, 2017, p. 64).

A decisão política da mudança de espaço institucional leva a Coordenação Estadual de Juventude da Bahia a ficar subordinada à Superintendência de Direitos Humanos, da SJDHDS, juntamente com as pastas responsáveis pelas pautas da criança e do adolescente, pessoa idosa, povos indígenas, cidadania e direitos humanos, população LGBT, entre outras, de forma que “[...] a coordenação de juventude ficou mais uma dentro daquelas políticas. O que a gente evitou na transição [no final de 2006]” (Gestor PPJ 1). Para o primeiro gestor de políticas públicas de juventude da Bahia

O erro foi esse, de ter aceitado esse outro desenho, entende! Se a gente não tivesse aceitado esse outro desenho, hoje, como eu te falei, o Governador toca pessoalmente várias políticas de juventude, se a gente tivesse lá na estrutura próxima a ele, a gente ia conseguir envelopar isso tudo. Envelopar que eu digo não é só fazer propaganda disso tudo, é como é que você fazia essas pautas dialogarem, como é que você percebe se não há sobreposição no público, porque, às vezes, você tem um moleque que está nesse, e pode, eventualmente, estar naquele. Como é a configuração geográfica disso, qual que é o impacto disso naquele município ou naquele território. Política pública não é só ir lá dizer, se não tiver avaliação constante, acompanhamento, você não consegue saber se ela deu certo (Gestor PPJ 1).

Todas essas avaliações e reflexões também são apontadas pela quarta presidente do CEJUVE/BA, quando ela relata o esvaziamento da pauta que percebe no cenário atual, além de afirmar não ser possível visualizar, por parte dos municípios, qual seja a política de juventude conduzida pelo Governo da Bahia e que poderia ser potencializada nas cidades baianas.

Eu vejo um esvaziamento muito grande, no sentido, da falta de juventude. Acho, não sei se é por falta de priorização, não sei se é por falta de, como é que eu posso dizer, de proatividade da pessoa que está na frente da Coordenação de Juventude, da política de juventude, mas eu percebi que aquele ganho, que aquele fôlego que nós tínhamos até 2013, 2015, mais ou menos, ele foi se perdendo. Então, as construções, os diálogos foram se esvaziando. Não sei também, se foi por conta da saída da Coordenação de Juventude de uma Secretaria que era de articulação, que saiu da SERIN, e ter

vindo para a SJDHDS, que é uma Secretaria mais finalística. Ou se foi mesmo da mudança de gestão da política de juventude, que sai um coordenador e entra outro coordenador que talvez não tenha dado essa visibilidade a política de juventude. Hoje eu vejo que a política de juventude está esvaziada e sem visibilidade. [...]. E aí, para a gente que está aqui no Oeste, que está mais distante, não consegue visualizar a política de juventude do Governo do Estado para os municípios. O próprio Conselho de Juventude, o diálogo com os municípios, as participações, o chamamento para discutir a política de juventude não tem se dado. Acho que abriu um vácuo na política de juventude assim, a partir do momento que ela ganha uma ascensão. Hoje a gestão tem programas de juventude aí. Parece que o Partiu Estágio é um dos maiores programas de juventude hoje, na gestão do Governador Rui Costa, mas não é algo que é dialogado com as gestões municipais, não é algo que é construído com um todo. Eu acho que é algo muito de cima para baixo (Presidente do CEJUVE/BA – Sociedade Civil 2).

Os atores entrevistados sugerem uma possível saída para que o arranjo institucional da política de juventude da Bahia volte a ter a centralidade política e capacidade de incidência junto às ações do governo estadual em torno da pauta da juventude. O gestor de políticas públicas de juventude rural diz que “[...] uma coisa que eu acho que é importantíssimo, que não pode deixar de fazer é a COJUVE voltar para o lugar de articulação, o lugar de sistêmico, de cuidar da política de todo o Estado” (Gestor PPJR). Em consonância, o terceiro gestor de políticas públicas de juventude da Bahia aponta que

No final da história, a avaliação que a gente faz, é que esse é o desafio de devolver para a Coordenação de Juventude o protagonismo que acabou perdendo no último período. Olhando agora, a avaliação que a gente faz é que talvez seja o caso de voltar a ser uma coordenação de articulação política, considerando, principalmente que as principais ações hoje de juventude, que estão sendo desenvolvidas no Governo do Estado, não estão, necessariamente, sobre a coordenação da Coordenação de Juventude (Gestor PPJ 3).

Uma outra questão que pode ter corroborado para essa perda de poder político da pauta, trata-se do perfil do governador agregado à conjuntura nacional, como relata o segundo gestor de políticas públicas de juventude da Bahia.

Claro que é inevitável a conjuntura que nós estamos vivendo, o perfil dos gestores. Rui Costa não é Jaques Wagner. E aí, é isso, é essa diferença. Por mais que seja o Rui o Secretário que deflagrou a política de juventude. Era o Secretário de Relações Institucionais na I Conferência de Juventude. Mas o diálogo hoje com o movimento social, pelo menos do meu ponto de vista, ele tem outro tom do que foi no Governo Wagner. A própria conjuntura do Brasil é outra também. Então, não sei também qual autonomia que o Governador teria em relação a isso, a essa conjuntura social que nós vivemos (Gestor PPJ 2).

Recentemente a conjuntura se complexificou ainda mais, tornando-se muito mais desfavorável para as políticas públicas de juventude em âmbito nacional e,

consequentemente, em âmbito estadual. O segundo presidente do CEJUVE/BA demonstra isso:

Sobre a conjuntura geral e sobre a conjuntura de política de juventude, em particular. Do ponto de vista geral, eu acho que o Bolsonaro está construindo o pior cenário para a gente, pior cenário. [...]. Bolsonaro radicalizou ainda mais na política dos costumes, construiu uma pauta de relação internacional humilhante para o Brasil. [...]. Então, ele conseguiu ser pior do que qualquer prognóstico para a gente conseguiria ter e o impacto disso sobre os jovens é dramático, porque nos dois principais pontos, nos três principais pontos, os jovens são os mais prejudicados. Primeiro, e o mais grave, os jovens são os que mais morrem nessa política de mais armas, de mais licença para matar, de mais estímulo à violência. [...]. Uma segunda dimensão é do desemprego. Desemprego só cresce e vai continuar crescendo porque as reformas não vão, não dariam conta de resolver a equação do desemprego. E a ausência de uma política econômica razoável vai gerar quebraadeira nas empresas, alta do dólar, bolsa caindo. Uma tragédia econômica. E, do ponto de vista da educação a gente vai assistir, eu acho, os próximos dados vão começar a mostrar uma queda do número de matrículas, uma queda do número da taxa de ocupação, fechamento de vagas nas universidades, demissão de professores nas universidades, fechamento de escola, eliminação de práticas educacionais não formais, alternativas: PRONERA, educação rural, tudo isso vai acabar. E, nesse cenário, eu acho que é o que tem de pior para as políticas de juventude [...]. E tem um terceiro cenário, que eu acho que pode também se dar, que é, talvez, até o mais provável, é a gente se passar quatro anos vendo as coisas erodirem diante de nós e vendo a esquerda perdida, porque é tanta bomba estourando que vai fazendo a gente ficar perdidos. E para a juventude, os impactos disso são dramáticos. E não tem nada, assim, forte, em termos de movimento de juventude, de bandeira de política de juventude sobre definir o que é que é prioridade. [...]. Acho que não tem consenso algum no movimento de juventude. Porque eu acho que o movimento de juventude está se desfazendo dentro dessa conjuntura. Porquê? Porque isso mostra, como essa identidade ela só faz sentido na bonança. A identidade juvenil, em tempos de muita precariedade, ela perde importância (Presidente do CEJUVE/BA – Sociedade Civil 1).

Por fim, o gestor de políticas públicas de juventude rural destaca questões internas do Partido dos Trabalhadores que impactaram na interiorização da pauta da juventude para as realidades municipais baianas.

Conseguimos nesses quatro anos, - por conta de disputas internas que o partido tem, que as tendências têm, - acabar com as Câmaras de Juventude no Estado da Bahia. O Governo do Estado da Bahia está devendo bastante as Câmaras de Juventude. Acabou nos territórios. Então assim, o que é que pensa daqui para frente? [...]. Pelo menos recuperar as Câmaras de Juventude, porque há um equívoco que também, pensar em “Vamos interiorizar a política de juventude!”. Interiorizar é o que? É sair de Salvador, Feira de Santana, Conquista, Barreiras e tal? Mas interiorizar é você tirar o centro do debate de uma cidade satélite do Estado que é Salvador para uma cidade satélite que é uma cidade sede do território? Interiorizar a política de juventude é você conseguir chegar onde o jovem está de fato, nas comunidades, nos municípios e tal (Gestor PPJR).

Tendo em vista a permanência das gestões petistas no governo estadual baiano, - já que as entrevistas foram realizadas no início de 2019, quando se iniciava a segunda Gestão Rui Costa, - o segundo gestor de políticas públicas de juventude

da Bahia indica a necessidade de se reinventar e de enfrentar a violência e o extermínio da juventude:

[...] a gente vai ter que ter um momento aqui na Bahia de se reinventar. De se reinventar. Nós temos marcos, nós temos espaços institucionais para isso, nós temos espaço de diálogo. Por mais que Rui não seja Wagner, mas é uma gestão petista, são secretários que compõem campo esquerda. Então assim, eu acho que precisamos nos reinventar. Precisamos nos reinventar, precisamos sentar e discutir, de repente novos caminhos. Porque muitas das demandas seguem as mesmas. Então, como o Estado se reorganiza para atender aquelas demandas lá atrás, que nós identificamos e que nós ainda não conseguimos sanar. A principal delas, no meu ponto de vista, a violência e o extermínio da juventude no estado da Bahia (Gestor PPJ 2).

Lançando um olhar para o cenário futuro, é em torno desta mazela social do extermínio da juventude negra e do desafio de garantir a vida das juventudes que a quarta presidente do CEJUVE/BA sugere a necessidade de permanência das políticas públicas de juventude na agenda governamental:

[...] eu acho que a política juventude ela precisa continuar existindo, porque ela precisa continuar lutando pelas vidas da juventude. E é uma das pautas do Conselho de Juventude, foi por muito tempo, a questão do extermínio da juventude, da juventude negra. Nós tivemos várias discussões, tanto antes da minha gestão, quanto na minha gestão. Então, essa luta mesmo, por garantia de direitos, ela precisa continuar existindo e a juventude precisa de mais educação, de mais saúde e dos seus direitos, porque a juventude é um segmento que, acaba sendo visto transversal e que precisa ser visto é como prioridade (Presidente do CEJUVE/BA – Sociedade Civil 2).

No sentido do enfrentamento do extermínio da juventude negra o quinto presidente do CEJUVE/BA afirma que novas ações já começaram a ser desenvolvidas e implementadas, necessitando que sejam fortalecidas:

[...] eu acho que a gente começou já a desenhar essas novas perspectivas. Já começou até a pincelar algumas coisas. Algumas ações já começaram. A gente vai precisar fortalecer, mas o que a gente está vendo, a realidade da nossa juventude morrendo. Então, é aquela história: “A Juventude está morrendo?”, “Está!”. “A gente está fazendo política pública?”, “Está!”. E não está conseguindo impedir. Pode estar até diminuindo os índices, mas vamos ver como é que está, quantos jovens são assassinados por mês, por semana, por dia. Então, apesar das políticas públicas estarem acontecendo, nós não resolvemos o problema. E precisamos resolver esse problema. Então nós precisamos potencializar o que a gente está fazendo (Presidente do CEJUVE/BA – Poder Público 3).

Já o terceiro gestor de políticas públicas de juventude da Bahia avalia que não há possibilidade de haver regressão da pauta na agenda governamental, ainda que haja espaço para avançar no enfrentamento da violência contra a juventude: “[...] eu acho que não corre risco de regredir a política de juventude, mas eu também acho que tem espaço para avanço, tem espaço para pensar novas formas de abordar essa

questão da violência, que continua sendo a questão mais problemática” (Gestor PPJ 3).

Com relação à pauta da juventude rural o gestor de políticas públicas de juventude rural da Bahia aponta para a necessidade de descer para o território, alcançar e escutar os jovens que estão nas realidades concretas onde a situação juvenil ganha os seus contornos singulares. A partir disso fazer uma avaliação da política implementada e então retomar os instrumentos participativos e de gestão construídos ao longo do tempo e que devem permanecer para além das gestões.

Eu acho que no geral, devemos ter uma coragem de chamar a juventude rural da Bahia, organizada, ainda que seja pouca. E não estou falando de jovens que estão nas academias, nem os partidos políticos. Jovens que estão em canto nenhum, inclusive, mas que tem a capacidade de discutir, para fazer um balanço, uma avaliação do que nós fizemos e o que precisamos de fazer. E depois disso, recuperar alguns instrumentos que é importante. Câmara de Juventude tem que ser recuperada. Incentivar a criação de conselhos tem que ser a ordem do dia. Descer para os municípios, para o território, para debater sobre política de juventude tem que acontecer. Pelo menos essas coisas que eu estou colocando aqui, porque são coisas mais estruturantes. Porque isso vai ficar na gestão independente do partido que seja (Gestor PPJR).

Todo o percurso trilhado, com seus avanços e desafios e diante da conjuntura que se apresenta reiteram o lugar de disputa que são as políticas públicas de juventude e a agenda governamental. A manutenção de qualquer pauta no escopo da agenda decisória e como tema prioritário demanda capacidade de mobilização, força política e sensibilidade da gestão para efetivar os direitos difusos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao nos debruçarmos sobre a temática das políticas públicas de juventude, no intuito de analisar a participação das gestões do Partido dos Trabalhadores no processo de construção e consolidação desta pauta na agenda de decisão das políticas públicas, lançamos o olhar para uma realidade subnacional, debruçando-nos sobre o Governo do Estado da Bahia, no momento em que havia sido findada a terceira gestão petista estadual baiana, em 2018 e iniciava mais uma, 2019-2022.

Optamos por realizar essa análise a partir da literatura da área, das pesquisas da pós-graduação *stricto sensu* brasileira sobre as políticas públicas de juventude, dos documentos estaduais sobre a temática e do relato dos atores políticos estrategicamente alocados no órgão gestor e no espaço de controle social democrático da pauta da juventude nas gestões petistas estaduais baianas no período de 2008 a 2018. Buscamos reconstruir a trajetória histórica, das PPJ na Bahia, por meio da reflexão quanto a estes materiais, em específico, das percepções e narrativas dos atores entrevistados. Como opção teórica partiu-se da análise de políticas públicas de cunho descritivo.

No intuito de alcançar o objetivo proposto nesta produção dissertativa, a saber: “analisar a participação das gestões estaduais baianas do Partido dos Trabalhadores na construção das políticas públicas de juventude no Governo do Estado da Bahia, no período de 2008-2018, a partir do relato de atores estrategicamente situados no cenário baiano quanto a essa temática” trilhou-se o seguinte caminho:

Inicialmente realizou-se a caracterização das políticas públicas de juventude em âmbito federal, tendo sido possível identificar que somente a partir da primeira década do século XXI é que ocorre uma estruturação maior das ações estatais brasileiras voltadas para o público jovem. Observou-se que desde 2003, com a mudança de gestão no âmbito nacional, tem sido elaboradas estruturas institucionais e regulamentações legais em vista de reconhecer os jovens como sujeitos de direitos merecedores de respostas estatais garantidoras da singularidade dos direitos juvenis.

Entre as ações do governo federal estão a criação de um órgão gestor nacional para a pauta, vinculado a uma secretaria estratégica; de um espaço nacional consultivo de controle social democrático da temática; o investimento para a realização de processos nacionais de escuta da população jovem; o estímulo quanto

a criação de conselhos estaduais e municipais de juventude; além do desenvolvimento de alguns programas nacionais específicos para a juventude. Estas ações realizadas são resultantes, entre outros fatores, da mobilização dos movimentos sociais juvenis e da decisão política das gestões do Partido dos Trabalhadores, em nível nacional, que fez com que a juventude fosse tratada como tema prioritário na agenda governamental brasileira até a primeira metade da segunda década do século XXI.

Em seguida buscou-se situar o cenário das políticas públicas de juventude na Bahia, constatando que o desenvolvimento de ações mais sistematizadas em torno da juventude por parte do governo estadual, ocorreu a partir de 2007, com a vitória eleitoral do Partido dos Trabalhadores. Cumpre destacar, no entanto, que durante a gestão do Governador Paulo Souto, do PFL, de 2003 a 2007, houve a criação de um programa específico para a juventude baiana, ainda que dentro da perspectiva de “política para a juventude” e não de “política com a juventude”. Este programa, da gestão Paulo Souto, foi incorporado nas ações estatais voltadas para a juventude, durante as gestões petistas.

Tal como no cenário nacional, a partir da mudança de gestão estadual e do influxo do governo federal petista que ocorre uma janela de oportunidade para inclusão da temática da juventude na agenda de decisão governamental da Bahia. A participação das gestões estaduais baianas do Partido dos Trabalhadores no processo de construção das políticas públicas de juventude e de consolidação da pauta da juventude no âmbito do Estado da Bahia se deu de forma semelhante à gestão petista federal, com a elaboração de um espaço de controle social da pauta, de um órgão gestor na estrutura administrativa estadual e do desenvolvimento de políticas específicas que buscavam articular os eixos educação e trabalho, voltadas para uma juventude vulnerabilizada, mas não totalmente excluída das ações estatais.

Nesse sentido, é possível considerar que a participação das gestões petistas baianas, principalmente por estarem alinhadas politicamente à gestão federal, foram primordiais para a estruturação de um arranjo institucional específico no aparato do Estado para as políticas públicas de juventude. Este desenho inicial teve lugar de destaque e de articulação do tema por um período na gestão estadual, mas não parece ter se consolidado de forma efetiva ao longo do período analisado. Quando da mudança de gestão, da Gestão Jaques Wagner para a Gestão Rui Costa, percebe-se

alguns fatores que fragilizam as estruturas inicialmente elaboradas, ainda que a pauta da juventude siga com proeminência nas ações estatais.

Por fim, teceu-se uma reconstrução da trajetória das políticas públicas de juventude na Bahia a partir do relato dos atores estratégicos, sendo possível identificar o processo de inserção da juventude na agenda governamental baiana, as legalidades criadas, as institucionalidades estabelecidas, a importância das gestões petistas para a pauta, os atores políticos envolvidos, os marcos estaduais, as políticas públicas implementadas, os avanços e desafios vivenciados e algumas reflexões sobre o período posterior a 2018.

Conforme encontrado na literatura, as falas dos entrevistados reconhecem a existência de ações anteriores as gestões petistas, mas demarcam que a inserção e desenvolvimento da pauta da juventude, de forma mais sistemática, na agenda governamental baiana, se deu a partir da chegada do Partido dos Trabalhadores à gestão estadual, em 2007; da influência do cenário nacional e da gestão federal petista; e da mobilização dos movimentos juvenis baianos. Os colaboradores da pesquisa indicam ainda as conferências de juventude, - enquanto espaços participativos de articulação das juventudes e de escuta dos jovens baianos, - como lastro político importante para o fortalecimento da pauta e inserção dos jovens na agenda decisória baiana.

Estes fatos destacados pelos entrevistados permitem sugerir a centralidade do *stream* da política na inserção da juventude na pauta do Governo do Estado da Bahia, sejam as questões relacionadas à mudança de governo, sejam os elementos do humor nacional, como também a presença de forças políticas dos movimentos juvenis que já se encontravam organizadas ou que foram se organizando ao longo do tempo.

Os atores reconhecem também a reprodução, em âmbito estadual, do mesmo desenho institucional que havia se estruturado no plano federal, sendo criado então o Conselho Estadual de Juventude da Bahia, o Programa Estadual de Inclusão de Jovens no Mundo do Trabalho – TRILHA e a Coordenação Estadual de Juventude da Bahia. A institucionalização das políticas públicas de juventude na gestão estadual baiana ganhou o arranjo institucional de um órgão gestor de articulação e de um espaço de controle social das PPJ, assegurados por normativas que deram legitimidade à pauta na estrutura governamental estadual.

Ainda sobre a questão da inserção da juventude na agenda governamental, uma especificidade foi apresentada por um dos entrevistados como invisibilizada ao longo do primeiro período das gestões petistas na Bahia, quer seja, os jovens do campo. A juventude rural só adentra na agenda decisória da gestão estadual baiana oito anos após a pauta da juventude ter ganho a atenção dos decisores políticos e fazer parte das ações do poder público estadual. Como sinalizado pelo gestor entrevistado isto se deu dentro da política para a população rural, ganhando um recorte de juventude, por meio da pressão dos movimentos sociais do campo e tendo como resposta a criação da Assessoria de Juventude Rural, na Secretaria de Desenvolvimento Rural, em fevereiro de 2015, com o desafio de enxergar o sujeito enquanto jovem rural e não como adulto em formação.

Acerca da importância das gestões petistas para as políticas públicas de juventude os colaboradores da pesquisa fizeram referências às gestões petistas no governo federal, no governo estadual baiano e em governos municipais da Bahia, destacando que essas gestões foram cruciais para a sistematização da pauta da juventude de forma mais articulada no âmbito do poder público.

Mesmo levando em conta que, em sua grande maioria, os entrevistados desta pesquisa sejam filiados ao Partido dos Trabalhadores e o lugar da militância partidária pode levá-los a fazer uma avaliação positiva das gestões do PT, parece ser inegável a contribuição das gestões petistas na inserção da pauta da juventude na agenda governamental. Essas gestões buscaram adotar em suas ações a perspectiva do jovem enquanto “sujeito de direitos”, coparticipante e coautor das ações a serem destinadas ao público jovem, - já que esse modo de gerir, de forma participativa, tem sido uma das características dos governos do Partido dos Trabalhadores, - construindo, dessa forma, “políticas públicas com a juventude”.

Se a perspectiva dos jovens enquanto sujeitos de direitos é o que organizava a inserção da pauta da juventude na agenda governamental durante as gestões petistas, verifica-se junto a isso que os espaços de gestão criados para articular e/ou gerir as políticas públicas de juventude passaram a ser ocupados por jovens, ou seja, os jovens passaram a gerir as próprias políticas públicas, a ocupar o lugar de gestão, de forma a especificidade do protagonismo juvenil materializou-se também no âmbito da administração pública.

Entre as pessoas, instituições, movimentos sociais e outras formas organizativas de coletividade que buscaram influenciar as decisões sobre as políticas públicas de juventude na Bahia, foi possível sistematizar, por meio das entrevistas, atores individuais e coletivos em torno da temática.

Quanto aos atores individuais os entrevistados dão destaque para os ocupantes de cargos no poder legislativo nacional e baiano no período anterior a chegada das gestões petistas ao governo estadual, como o deputado federal Zézeu Ribeiro – PT; a deputada federal Alice Portugal – PCdoB e deputado estadual Yulo Oiticica - PT; e no âmbito do executivo, a centralidade é dada às figuras do Governador Jaques Wagner – PT e do Governador Rui Costa – PT. Este último, seja pelas ações atuais em torno da juventude que desenvolve em sua gestão, seja por ter sido o Secretário de Relações Institucionais da Gestão Jaques Wagner, no momento em que todo o debate das políticas de juventude adentrou para a agenda de decisão do governo estadual.

Um rol de diversos outros atores individuais alocados na esfera do poder público e no campo da sociedade civil também são destacados, todos eles direta ou indiretamente envolvidos com o órgão institucional de gestão estadual das PPJ criado e/ou com o espaço de controle social das ações estatais voltadas para os jovens.

Em relação aos atores coletivos que fizeram parte desse processo, os entrevistados destacaram a presença das juventudes partidárias, da juventude rural/do campo, da juventude negra, da juventude religiosa, das organizações não governamentais, entre outras coletividades da pauta da juventude. Percebe-se que os movimentos juvenis foram extremamente importantes no processo de visibilizar e manter a pauta da juventude na agenda decisória das gestões nacional, estaduais e municipais.

Relacionado aos marcos estaduais e as políticas públicas específicas de juventude desenvolvidas pelas gestões estaduais baianas do Partido dos Trabalhadores foi possível sistematizar inicialmente a realização das conferências de juventude e a criação do Conselho Estadual de Juventude da Bahia, o que revela a participação como um organizador das políticas públicas de juventude. Percebe-se também que o envolvimento dos jovens nos processos participativos teve efeito formativo quanto ao engajamento político juvenil.

Em paralelo, destaca-se a importância das normatizações enquanto marcos das PPJ. Nesse sentido, o GT Juventude e o relatório elaborado por essa *policy community* foram primordiais para o estabelecimento das legalidades e institucionalidades das políticas pública de juventude na Bahia. A institucionalização dos espaços de diálogo do poder público com a sociedade civil por meio de peças normativas com caráter mais duráveis e a instituição de um órgão gestor na estrutura administrativa do governo estadual figuram para os atores entrevistados como pontos relevantes da trajetória ações estatais em torno da juventude.

Há que se destacar ainda a importância da criação do Plano Estadual de Juventude, no final de 2011, com vigência de doze anos e, - para a sua tramitação e aprovação na Assembleia Legislativa da Bahia, - a existência e atuação singular da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos e Políticas Públicas de Juventude, liderada pelo deputado estadual Yulo Oiticica – PT/BA.

Se o Conselho, as conferências, o GT Juventude, a Frente Parlamentar e o Plano são marcos importantes do início da estruturação da pauta da juventude na agenda governamental, da mesma forma, o desenvolvimento de algumas políticas específicas para a juventude baianas vão encontrar o seu valor ao longo do período pesquisado. Entre as ações encontram-se aquelas elaboradas e implementadas pelo Governo da Bahia: o Jovens Baianos, o Programa TRILHA, o Programa Mais Futuro, o Partiu Estágio e o Primeiro Emprego; como também ações do governo federal que a gestão estadual aderiu e executou: o Estação Juventude e o Plano Juventude Viva. Destas, os entrevistados chegam a considerar algumas delas como mais importantes, a saber, o Programa Jovens Baianos, o Programa TRILHA, o Plano Juventude Viva e o Programa Primeiro Emprego.

O Programa Jovens Baianos é uma ação criada no final da Gestão Paulo Souto, em junho de 2005, que não foi descontinuada nas gestões petistas. Na verdade, nas gestões do Partido do Trabalhadores este Programa ganhou contornos mais definidos no escopo das ações das políticas públicas de juventude da Bahia. Ele é destacado como uma política importante, por investir na formação profissional juvenil, possibilitando que jovens de baixa renda tivessem a oportunidade de ocupar outros espaços sociais devido ao processo formativo desenvolvido por este Programa; e também por ser possível visualizar os efeitos concretos da sua implementação na vida

dos jovens, quer seja, a inclusão profissional do seu público beneficiário no mercado de trabalho.

O Programa TRILHA ganha destaque por figurar como uma das respostas do governo estadual para as demandas apresentadas pelos jovens na I Conferência Estadual de Juventude da Bahia. Foi uma ação construída com a participação das diversas secretarias da gestão estadual baiana, sendo um agregador intersetorial das ações do Governo da Bahia para a juventude.

O Plano Juventude Viva, que teve a adesão do Governo da Bahia em dezembro de 2013, possibilitou estabelecer o recorte racial nas ações já existentes, tendo como intuito a prevenção da violência contra a juventude negra. Sua relevância na Bahia se dá por ter implicado em uma mudança de olhar nas PPJ, permitindo que houvesse o estabelecimento de outras ações, voltadas para as juventudes que se encontravam excluídas do foco tradicional dos programas vigentes: inserção juvenil no mundo do trabalho e reinserção do jovem na escola.

O Programa Primeiro Emprego, ao agregar jovens provenientes da política de educação profissional e os incluir em espaços da gestão pública, a partir da experiência do primeiro emprego, nos diversos órgãos do governo, tem sua importância sinalizada por provocar uma reconfiguração racial das Secretarias do CAB. Este Programa, mesmo que atendessem à juventude da moratória social, também agregou outros jovens que não vinham sendo atendidos pelas políticas de juventude baianas.

Quando lançaram o olhar sobre os avanços e desafios vivenciados, os entrevistados apontaram várias questões específicas de cada período das gestões do órgão gestor ou das gestões do espaço de controle social da PPJ. Destaca-se, como elemento primordial de avanço, a própria inclusão da pauta da juventude e, posteriormente, da juventude rural na agenda governamental baiana que buscou visibilizar os jovens como sujeitos de direitos. Junto a isso, a participação foi reforçada, em terras baianas, como uma diretriz da política de juventude, mesmo que se possa questionar os sentidos dessa participação e a funcionalidade atual das instâncias participativas criadas.

Foi possível identificar também avanços e desafios quanto ao funcionamento administrativo do CEJUVE/BA, sendo a questão orçamentária um calcanhar de Aquiles desafiante, e no âmbito da gestão das políticas públicas de juventude, tendo

os trâmites burocráticos do funcionamento da máquina pública como um entrave que mina as forças e a empolgação dos que assumem a função de gerir a pauta.

Ao agregar atores de diversos movimentos juvenis, com a participação significativa de representações da juventude negra, o CEJUVE/BA possibilitou um amplo debate em torno do extermínio da juventude, no entanto, sem conseguir incidir na agenda de decisão política, no sentido do desenvolvimento de ações efetivas que enfrentassem o extermínio de jovens. Por outro lado, a implementação do Plano Juventude Viva na Bahia fez ser possível pensar algumas ações para a juventude negra, ainda que de forma pontual.

Entre as reflexões sobre o período posterior a 2018 aparecem preocupações sobre o cenário nacional fragilizado, a dependência que as unidades subnacionais têm de que o governo federal conduza e estimule a pauta e o que isso pode implicar de não priorização das temáticas setoriais por parte das gestões estaduais. Na especificidade da Bahia, verifica-se a importância ainda dada à juventude, por meio dos programas acompanhados diretamente pelo próprio Governador, que possuem um investimento significativo por parte do governo: o Programa Mais Futuro, o Programa Partiu Estágio e o Programa Primeiro Emprego.

Em suas considerações analíticas, os entrevistados reconhecem que estas ações não são validadas para dentro da gestão estadual baiana como políticas públicas de juventude por não terem a incidência do órgão gestor de políticas públicas de juventude da Bahia e nem o controle social por parte do CEJUVE/BA. Observa-se que as políticas de juventude do governo estadual baiano deixam de ser “com a juventude” para voltar a ser “para a juventude”.

A alteração da Coordenação Estadual de Juventude da Bahia de uma secretaria com capacidade de articulação para uma secretaria finalística figura como um possível fator explicativo para a fragilização do arranjo institucional das PPJ da Bahia que se encontrava estabelecido. O que se sugere é que tal mudança da alocação do órgão gestor foi um erro de cálculo dos atores governamentais que estavam à frente da condução da pasta à época. Sendo isso, verifica-se que o que se evitou, quanto ao desenho institucional, - no período de transição da gestão carlista para a gestão petista, - veio a se constituir cenário concreto das políticas públicas de juventude na Bahia a partir da Gestão Rui Costa.

Apona-se, no entanto, a necessidade de permanência das políticas públicas de juventude na agenda governamental e, para tanto, é preciso que a gestão pública se reinvente, que seja elaborado novos caminhos para a garantia dos direitos juvenis, já que muitas das demandas dos jovens permanecem idênticas e algumas delas, inclusive, são urgentes, como a precisão de garantia do direito à vida, o que faz ser necessário enfrentar, de forma efetiva, a violência e o extermínio da juventude.

Todo o percurso trilhado nesta pesquisa permitiu verificar que a participação das gestões do Partido dos Trabalhadores na construção das políticas públicas de juventude da Bahia se deu através da inclusão e manutenção da pauta da juventude na agenda decisória do governo estadual no período pesquisado; da criação de espaços de debate acerca das demandas dos jovens baianos e do estímulo à participação juvenil nessas instâncias; do estabelecimento de marcos normativos (institucionalidades e legalidades) para a pauta em questão; da elaboração e implementação de políticas públicas específicas para a população jovem da Bahia; entre outras ações. Dessa forma, foi possível inferir os elementos da construção das políticas públicas de juventude e a consolidação da pauta da juventude no âmbito do Governo do Estado da Bahia

A política pública de juventude no Brasil foi se caracterizando pelo estabelecimento de institucionalidades em torno da pauta, de algumas legalidades e de ações específicas por parte das gestões. Se “na última década, foram criadas institucionalidades políticas (secretarias, coordenações, assessorias e conselhos) de juventude nos diferentes níveis de governo que expressam a maior sensibilidade para a urgência de se coordenar ações específicas para os jovens no Brasil” (CARRANO, 2011, p. 238), como bem demarca a quarta presidente do CEJUVE, - seja considerando o plano federal, os governos estaduais e as gestões municipais, - foram as gestões do PT que mais criaram conselhos e órgãos gestores de juventude.

A assunção da gestão petista ao âmbito nacional e também ao âmbito estadual baiano, embebida das forças populares e dos princípios democráticos, tematizou a cidadania juvenil entre suas ações prioritárias e foi importante para legitimar a juventude como uma categoria política válida para o desenvolvimento de ações públicas voltadas a esse público que visem garantir a singularidade dos direitos juvenis, em específico, considerando-os como sujeitos de direitos.

Para uma melhor verificação da participação e importância das gestões petistas para as políticas públicas de juventude no Brasil e na Bahia, seria interessante que sejam realizadas pesquisas de cunho mais quantitativo, identificando onde as políticas públicas de juventude ganharam lastro institucional e legal nas realidades municipais, verificando quais gestões estiveram à frente deste processo de legitimação dos jovens como construtores e destinatários de ações específicas das administrações públicas brasileiras.

Quanto ao cenário baiano, ao menos, duas questões merecem maiores estudos, a saber, uma investigação acerca de quando foi iniciada a inserção da pauta de juventude na agenda do governo estadual baiano, resgatando elementos mais aprofundados que antecedem a chegada das gestões petistas ao governo estadual; e uma análise comparativa das peças orçamentárias estaduais e da especificidade da alocação de recursos para as políticas públicas de juventude na Bahia ao longo das últimas seis gestões.

Em relação às gestões do Partido do Trabalhadores no governo estadual baiano faz-se necessário desenvolver estudos comparados entre as Gestões Jaques Wagner (2007-2014) e as Gestões Rui Costa (2015-2022) analisando o investimento financeiro destinado às ações voltadas para a juventude destacadas nesta dissertação.

No intuito de continuar colaborando para os estudos das políticas públicas de juventude, o autor desta dissertação dará continuidade, no doutorado, à pesquisa aqui apresentada, ampliando e aprofundando o escopo aqui investigado, buscando delimitar o processo de construção de um campo das políticas públicas de juventude na Bahia, a partir de uma perspectiva da análise de políticas públicas descritiva, fundamentada na sociologia da ação pública francesa, utilizando o conceito de campo para “[...] a análise empírica dos espaços sociais de produção de políticas públicas [...]” (DUBIOS, 2021, p. 136).

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, Helena Wendel. **Cenas juvenis: punks e darks, no espetáculo urbano**. São Paulo: Página Aberta, 1994.
- ABRAMO, Helena Wendel. Condição juvenil no Brasil contemporâneo. In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (orgs.). **Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005a, p. 37-72.
- ABRAMO, Helena Wendel. O uso das noções de adolescência e juventude no contexto brasileiro. In: FREITAS, Maria Virgínia de (org.). **Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais**. São Paulo: Ação Educativa, 2005b, p. 19-35. Disponível em <http://www.bdae.org.br/dspace/bitstream/123456789/2344/1/caderno_Juv.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2012.
- ABRAMO, Helena Wendel. Juventude: uma agenda nova no debate das políticas. In: FREITAS, Maria Virginia de (org.). **Conselho Nacional de Juventude: natureza, composição e funcionamento**. Brasília, São Paulo: CONJUVE, Fundação Friedrich Ebert, Ação Educativa, 2007. Cap. 1, Aspectos do contexto, p. 13-18.
- ALVAREZ, Luis Francisco Abreu. **Análise comparada de políticas públicas de juventude no Brasil e a Colômbia entre 2002 e 2014: a distância entre os discursos e ações**. 2017. 194 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.
- ANJOS, Jocivaldo Bispo da Conceição. **Políticas Públicas para a juventude rural: considerações sobre os 10 anos de gestões petistas no Governo da Bahia (2007-2016)**. 2017. 150 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Estado, Governo e Políticas Públicas) – Fundação Perseu Abramo/Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais – Brasil, São Paulo, 2017.
- ANJOS, Mônica Campos dos. **PAAE como política pública de juventude: uma avaliação a partir dos estudantes do IFBA - Santo Amaro**. 2014. 142 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais: Cultura, Desigualdades e Desenvolvimento) – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, 2014.
- ARCANJO, Pedro. Sistema de pós-graduação colhe informação com nova ferramenta. **Portal MEC**, Brasília: Ministério da Educação, 27 mar. 2014. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/212-educacao-superior-1690610854/20337-sistema-de-pos-graduacao-colhe-informacao-com-nova-ferramenta>>. Acesso em: 25 dez. 2021.
- ARRETCHE, Marta T. S. Emergência e desenvolvimento do *Welfare State*: teorias explicativas. **BIB**, Rio de Janeiro, n. 39, 1995, p. 3-40.
- BAHIA. **Lei n. 9.511**, de 03 de junho de 2005. Institui o Programa Jovens Baianos. Salvador: 2005a. Disponível em: <<http://www.legislabahia.ba.gov.br/documentos/lei-no-9511-de-03-de-junho-de-2005>>. Acesso em: 25 dez. 2021.

BAHIA, **Decreto n. 9.462**, de 21 de junho de 2005. Regulamenta a Lei n. 9.511/2005. Salvador: 2005b. Disponível em: <<http://www.legislabahia.ba.gov.br/documentos/decreto-no-9462-de-21-de-junho-de-2005>>. Acesso em: 25 dez. 2021.

BAHIA, **Decreto n. 10.460**, de 21 de setembro de 2007. Convoca a Etapa Estadual da I Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude. Salvador: 2007. Disponível em: <<http://www.legislabahia.ba.gov.br/documentos/decreto-no-10460-de-21-de-setembro-de-2007>>. Acesso em: 28 de maio de 2013.

BAHIA, **Relatório Final do Grupo de Trabalho de Juventude**: acreditar no jovem é investir na Bahia. Salvador: 2008a, 120 p.

BAHIA, **Decreto n. 10.987**, de 28 de março de 2008. Institui o Grupo de Trabalho de Juventude. Salvador: 2008b. Disponível em: <<http://www.legislabahia.ba.gov.br/documentos/decreto-no-10987-de-28-de-marco-de-2008>>. Acesso em: 28 de maio de 2013.

BAHIA, **Decreto n. 11.261**, de 21 de outubro de 2008. Dispõe sobre a criação do Conselho Estadual de Juventude. Salvador: 2008c. Disponível em: <<http://www.legislabahia.ba.gov.br/documentos/decreto-no-11261-de-21-de-outubro-de-2008>>. Acesso em: 28 de maio de 2013.

BAHIA, **Decreto n. 11.262**, de 21 de outubro de 2008. Programa Trilha. Salvador: 2008d. Disponível em: <<http://www.legislabahia.ba.gov.br/documentos/decreto-no-11262-de-21-de-outubro-de-2008>>. Acesso em: 28 de maio de 2013.

BAHIA, **Documentário das Políticas Públicas de Juventude**. Salvador: SERIN, 2010, 172 p.

BAHIA, **Lei n. 12.212**, de 04 de maio de 2011. Modifica a estrutura organizacional e de cargos em comissão da Administração Pública do Poder Executivo Estadual. Salvador: 2011a. Disponível em: <<http://www.legislabahia.ba.gov.br/documentos/lei-no-12212-de-04-de-maio-de-2011>>. Acesso em: 25 dez. 2021.

BAHIA, **Lei n. 12.361**, de 17 de novembro de 2011. Aprova o Plano Estadual de Juventude. Salvador: 2011b. Disponível em: <<http://www.legislabahia.ba.gov.br/documentos/lei-no-12361-de-17-de-novembro-de-2011>>. Acesso em: 25 dez. 2021.

BAHIA, **Quer um Conselho?** Como criar um conselho municipal de juventude. Salvador: Secretaria de Relações Institucionais, 2013.

BAHIA, **Lei n. 13.452**, de 06 de novembro de 2015. Dispõe sobre a criação do Conselho Estadual de Juventude. Salvador: 2015a. Disponível em: <<http://www.legislabahia.ba.gov.br/documentos/lei-no-13452-de-06-de-novembro-de-2015>>. Acesso em: 25 dez. 2021.

BAHIA, **Lei n. 13.458**, de 10 de dezembro de 2015. Institui o Projeto Estadual de Auxílio Permanência. Salvador: 2015b. Disponível em: <<http://www.legislabahia.ba.gov.br/documentos/lei-no-13458-de-10-de-dezembro-de-2015>>. Acesso em: 25 dez. 2021.

BAHIA, **Lei n. 13.459**, de 10 de dezembro de 2015. Institui o Projeto Estadual de Incentivo à Concessão de Estágio e Primeira Experiência Profissional. Salvador: 2015c. Disponível em: <<http://www.legislabahia.ba.gov.br/documentos/lei-no-13459-de-10-de-dezembro-de-2015>>. Acesso em: 25 dez. 2021.

BAHIA. **Decreto n. 17.191**, de 16 de novembro de 2016. Regulamenta a Lei no 13.458, de 10 de dezembro de 2015. Salvador: 2016a. Disponível em: <<http://www.legislabahia.ba.gov.br/documentos/decreto-no-17191-de-16-de-novembro-de-2016>>. Acesso em: 25 dez. 2021.

BAHIA. **Decreto n. 16.761**, de 07 de junho de 2016. Regulamenta a Lei nº 13.459, de 10 de dezembro de 2015. Salvador: 2016b. Disponível em: <<http://www.legislabahia.ba.gov.br/documentos/decreto-no-16761-de-07-de-junho-de-2016>>. Acesso em: 25 dez. 2021.

BAHIA. **Decreto n. 17.190**, de 16 de novembro de 2016. Regulamenta a Lei nº 13.459, de 10 de dezembro de 2015. Salvador: 2016c. Disponível em: <<http://www.legislabahia.ba.gov.br/documentos/decreto-no-17190-de-16-de-novembro-de-2016>>. Acesso em: 25 dez. 2021.

BAHIA. **Decreto n. 17.447**, de 22 de fevereiro de 2017. Estabelece as diretrizes para o Programa de Estágio no Governo da Bahia. Salvador: 2017. Disponível em: <<http://www.legislabahia.ba.gov.br/documentos/decreto-no-17447-de-22-de-fevereiro-de-2017>>. Acesso em: 25 dez. 2021.

BAHIA, **Lei n. 14.395**, de 16 de dezembro de 2021. Reestrutura o Projeto Primeiro Emprego. Salvador: 2021a. Disponível em: <<http://www.legislabahia.ba.gov.br/documentos/lei-no-14395-de-16-de-dezembro-de-2021>>. Acesso em: 25 dez. 2021.

BAHIA. Governo do Estado sanciona lei que reestrutura o Programa Primeiro Emprego. **GovBahia**, Salvador: SECOM, 17 dez. 2021. 2021b. Disponível em: <<http://www.bahia.ba.gov.br/2021/12/noticias/primeiro-emprego/governo-do-estado-sanciona-lei-que-reestrutura-o-programa-primeiro-emprego/>>. Acesso em: 25 dez. 2021.

BAHIA. Governo anuncia 2.653 vagas no Partiu Estágio e convocação de 443 professores para a rede estadual. **GovBahia**, Salvador: SECOM, 18 ago. 2021. 2021c. Disponível em: <<http://www.bahia.ba.gov.br/2021/08/noticias/partiu-estagio/rui-costa-anuncia-2-653-vagas-no-partiu-estagio-e-convocacao-de-443-professores-para-rede-estadual/>>. Acesso em: 25 dez. 2021.

BEHRING, Elaine. **Brasil em contrarreforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo: Cortez Editora, 2003.

BOSCHETTI, Ivanete. Avaliação de políticas, programas e projetos sociais. In: CFESS, ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS, ABEPSS, 2009, p. 575-592.

BRASIL. **Emenda Constitucional n. 65**, de 13 de julho de 2010. Altera a denominação do Capítulo VII do Título VIII da Constituição Federal e modifica o seu art. 227, para cuidar dos interesses da juventude. Brasília: 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc65.htm>. Acesso em: 21 dez. 2017

BRASIL. **Lei n. 12.852**, de 05 de agosto de 2013. Estatuto da Juventude. Brasília: 2013a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm>. Acesso em: 21 dez. 2017.

BRASIL. **Juventude Viva no seu município**. Encontro Nacional com novos prefeitos e prefeitas: municípios fortes, Brasil sustentável. SNJ/SEPPIR: Brasília, jan. 2013b, 53 p.

BRASIL. **Decreto n. 9.306**, de 15 de março de 2018. Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE. Brasília: 2018. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9306.htm>. Acesso em: 09 jan. 2020.

BRASIL. **Decreto n. 10.226**, de 05 de fevereiro de 2020. Altera o Decreto n. 9.306/2018. Brasília: 2020. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Decreto/D10226.htm>. Acesso em: 25 dez. 2021.

CAIRES, Flávia Cristina Batista. **Política pública de juventude: um estudo do PROJOVEM Urbano no município de Vitória da Conquista (BA)**. 2015. 152 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2015.

CALADO, Sílvia dos Santos; FERREIRA, Sílvia Cristina dos Reis. Análise de documentos: método de recolhe e análise de dados. **Metodologia da Investigação I**, DEFCUL, 2004. Disponível em: <<http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/ichagas/mi1/analisedocumentos.pdf>>. Acesso em: 11 de jan. 2012.

CARRANO, Paulo César Rodrigues. Políticas públicas de juventude: desafios da prática. In: PAPA, Fernanda Carvalho de e FREITAS, Maria Virgínia de (orgs.). **Juventude em Pauta: políticas públicas no Brasil**. São Paulo: Pierópolis, 2011, p. 235-249.

CASTRO, Elisa Guaraná de. O campo das políticas públicas de juventude e o campo político da juventude: contribuições para a reflexão. In: PAPA, Fernanda Carvalho de e FREITAS, Maria Virgínia de (orgs.). **Juventude em Pauta: políticas públicas no Brasil**. São Paulo: Pierópolis, 2011, p. 281-306.

CAVALCANTE, Itanamara Guedes. **Juventude em Pauta: o processo de construção da política pública de juventude em Sergipe**. 2010. 133 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

CEJUVE. **Relatório da 3ª Conferência Estadual de Juventude**: As várias formas de mudar a Bahia e o Brasil. Salvador, 2015 (documento não publicado).

CLEMENTINO, Josbertini Virginio. **As políticas de juventude na agenda pública brasileira: Desafios e Perspectivas**. 2009. 129 f. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Planejamento e Políticas Públicas) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2009.

COJUVE. **Balço da Política de Juventude**. Salvador, 2015 (documento não publicado).

CONJUVE. **Pacto pela Juventude**: termo de compromisso. Brasília, 2008.

CONJUVE. **Reflexões sobre a Política Nacional de Juventude**. Brasília, 2011.

CORREIA, Alessandro Rodrigues Brandão. **Políticas municipais de juventude como garantia de permanência no ensino superior: ações do entorno do centro de formação de professores da UFRB**. 2016. 120 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social) – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cruz das Almas, 2016.

COSTA, Ozanira Ferreira da. **Políticas públicas de juventude: Uma construção possível**. 2009. 154 f. Tese (Doutorado em Política Social) - Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

COSTA, Taisa Iara de Almeida. **“Viver é melhor do que sonhar” - uma análise de políticas públicas de juventude no município de Mossoró-RN**. 2018. 148 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Direitos Sociais) – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró, 2018.

DEUBEL, André-Noël Roth. **Políticas Públicas**: formulación, implementación y evaluación. Bogotá: Ediciones Aurora, 2002.

DRAIBE, Sônia M.; RIESCO, Manuel. Estados de Bem-Estar Social e estratégias de desenvolvimento na América Latina. Um novo desenvolvimentismo em gestação. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 13, n. 27, maio-ago. 2011, p. 220-254.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. As três economias políticas do Welfare State. **Lua Nova**, São Paulo, n. 24, 1991, p. 85-116.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. Uma genealogia das teorias e modelos de Estado de Bem-Estar Social. **BIB**, Rio de Janeiro, n. 46, 1998, p. 39-71.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. Implementação: ainda o “elo perdido” da análise de políticas públicas no Brasil? In: FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de (org.).

Implementação de políticas públicas: teoria e prática. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2012a, p. 123-152.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. (org.). **Implementação de políticas públicas:** teoria e prática. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2012b.

FERNANDES, Rodrigo Flores. **Direitos de Juventude: análise das políticas públicas no Brasil contemporâneo.** 2013. 135 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2013.

FREITAS, Maria Virgínia de e PAPA, Fernanda Carvalho de (orgs.). **Políticas Públicas:** juventude em pauta. São Paulo: Cortez, Ação Educativa, Fundação Friedrich Ebert, 2003.

FREZZA, Marcia. **Juventude em discurso nas políticas públicas.** 2008. 134 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e Institucional) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

FUNDAÇÃO LUÍS EDUARDO MAGALHÃES. **Uma instituição a serviço da transformação do Estado e da sociedade:** trajetória 1999/2006. Salvador: FLEM, 2007.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GROPPO, Luís Antônio. **Juventude:** ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas. Rio de Janeiro: Difel, 2000.

GROPPO, Luís Antônio. **Juventudes:** sociologia, cultura e movimentos. Alfenas: Universidade Federal de Alfenas, 2016a.

GROPPO, Luís Antônio. Sentidos de juventude na sociologia e nas políticas públicas do Brasil contemporâneo. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 20, n. 01, jan.-jun., 2016b, p. 383-402.

HAYASHI, Maria Cristina; HAYASHI, Carlos Roberto; MARTINEZ, Claudia Maria. Estudos sobre jovens e juventude: diferentes percursos refletidos na produção científica brasileira. **Educação, Sociedade & Cultura**, n. 27, 2008, p. 131-154. Disponível em: <https://www.fpce.up.pt/ciie/revistaesc/ESC27/27_cristina.pdf>. Acesso em: 21 set. 2021.

HOCHMAN, Gilberto; FARIA, Carlo Aurélio Pimenta de (orgs.). **Federalismo e políticas públicas no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2013.

INSTITUTO CIDADANIA. **Projeto Juventude:** documento de conclusão – versão final. São Paulo: Instituto Cidadania, 2004.

JESUS, Viviane Quênia Brito de. **Participações, juventudes e políticas públicas: o processo da Conferência de Juventude da Bahia – 2008.** 2011. 120 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Desenvolvimento e Gestão Social) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

KERSTENETZKY, Celia Lessa. Sobre a “crise” do Estado de Bem-Estar: retração, transformação fáustica ou o que? **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 55, n. 02, 2012, p. 447-485.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

LASCOURMES, Pierre; LE GALÈS, Patrick. **Sociologia da ação pública**. Maceió: EDUFAL, 2012.

LIMA, Larissa Santos. **Juventudes, Políticas Públicas e Avaliação de Projetos Sociais: Uma análise sobre o Projeto de Formação de Agentes de Desenvolvimento Comunitário do Programa Jovens Baianos, 2006/2007**. 2011. 100 f. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Desenvolvimento e Gestão Social) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

LYRA, Mariana Bezerra. **Política Pública de Juventude: Avanços, Desafios e Limites de seu desenvolvimento no território**. 2019. 147 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão do Desenvolvimento Local Sustentável) – Universidade de Pernambuco, Recife, 2019.

LOTTA, Gabriela Spanghero; PAVEZ, Thais Regina. Agentes de implementação: mediação, dinâmicas e estruturas relacionais. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**. São Paulo, v. 15, n. 56, p. 109-125, 2010.

LOTTA, Gabriela Spanghero *et al.* Por uma agenda brasileira de estudos sobre implementação de políticas públicas. **Revista do Serviço Público**. Brasília, v. 69, n. 04, p. 779-816, out.-dez. 2018.

MACEDO, Severine Carmem. Juventude brasileira em clima de novas perspectivas. In: PAPA, Fernanda Carvalho de e FREITAS, Maria Virgínia de (orgs.). **Juventude em Pauta: políticas públicas no Brasil**. São Paulo: Pierópolis, 2011, p. 227-233.

MACHADO, Amanda Santos. **Juventude, reconhecimento e justiça social nas agendas de políticas públicas do Brasil**. 2011. 138 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

MACHADO, Cristiane Brito. **A Ação Comunitária do PROJOVEM: um instrumento para promover a participação do jovem**. 2009. 154 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

MATSUMOTA, Leandro. **Políticas públicas de/para/com a juventude no município de Santos/SP**. 2015. 80 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) – Universidade Cruzeiro do Sul, São Paulo, 2015.

MELO, Ferdinando Santos de. **Política Social, Assistência Social e Políticas para Juventude: a experiência do Programa PROJOVEM Adolescente em Salvador**. 2013. [?] f. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania) – Universidade Católica do Salvador, Salvador, 2013.

MELO, Marcus André. Estado, governo e políticas públicas. In: MICELI, S. (org.). **O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)**: Ciência Política. São Paulo, Sumaré; Brasília: CAPES, 1999, p. 59-99.

MORAES, Cândida Andrade de. **Educação social e políticas públicas de juventude: experiências com jovens afrodescendentes no Brasil e em Portugal**. 2017. 211 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

MOREIRA, Sonia Virgínia. Análise documental como método e como técnica. In: DUARTE, Jorge e BARROS, Antônio (orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**, 2 ed. São Paulo: Atlas, 2008, p. 269-279.

NEVES, Marcio Silva das. **Causas dos homicídios de jovens e a estrutura da rede de proteção social em Camaçari**. 2010. 140 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Urbano) – Universidade Salvador, Salvador, 2010.

NOBRE, Marilza Nayara Soares. **Trabalho, Educação e Políticas (Públicas) Sociais de Juventude(s): um debate dos Governos Lula (2003-2006/2007-2010)**. 2014. 166 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Ceará, 2014.

NOVAES, Regina Reyes; RIBEIRO, Eliane. **Livro das Juventudes Sul-americanas**. Rio de Janeiro: IBASE/PÓLIS, 2010.

OLIVEIRA, Augusto Sergio Vasconcelos de. **A institucionalização das políticas públicas de juventude no Brasil: um olhar sobre o direito à participação a partir dos projetos de lei 4529/2004 e 4530/2004**. 2007. 130 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania) – Universidade Católica do Salvador, Salvador, 2007.

OLIVEIRA, Frederico Ramos *et al.* Democracia participativa e juventude politizada: estudo bibliométrico sobre os periódicos brasileiros de políticas públicas de juventude. **Ciência da Informação em Revista**, v. 05, n. esp., 2018, p. 13-24. Disponível em: <<https://www.seer.ufal.br/index.php/cir/article/view/4260>>. Acesso em: 21 set. 2021.

PAPA, Fernanda Carvalho de e FREITAS, Maria Virgínia de (orgs.). **Juventude em Pauta: políticas públicas no Brasil**. São Paulo: Pierópolis, 2011.

PEREIRA, Mailson Santos. **Concepções de juventude em legislações baianas de permanência estudantil no ensino superior**. 2017. 39 f. Trabalho de conclusão de curso (Especialização em Docência do Ensino Superior) – Coordenação de Pós-Graduação Lato Sensu da Universidade Salvador, Salvador, 2017a.

PEREIRA, Mailson Santos. **Análise das concepções de juventude nos documentos do Programa Trilha-BA**. 2017. 56 f. Trabalho de conclusão de curso (Especialização em Juventude no Mundo Contemporâneo) – Coordenação de Pós-Graduação Lato Sensu da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2017b.

PEREIRA, Mailson Santos e ANJOS, Jocivaldo Bispo da Conceição. Análise da política estadual de juventude através da teoria dos múltiplos fluxos. **JUVENTUDE.BR** (CENTRO DE ESTUDOS E MEMÓRIA DA JUVENTUDE), v. 13, p. 50-56, 2018.

PEREIRA, Potyara A. P. **Política Social: temas e questões**, 3. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2009.

PIRES, Teresa Rachel Dias. **Institucionalização da política pública de juventude em Teresina-PI: a formação da agenda e o papel do ente subnacional**. 2014. 152 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Fundação Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2014.

PISTORI, Edson Cláudio. **A geografia das políticas de juventude no Brasil: uma proposta de sistema nacional de juventude**. 2012. 150 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012.

PRADO, Sara Gabriela. **Juventude e Participação Social: diálogo entre poder público e sociedade civil**. 2016. 44 f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Comunicação) – Faculdade de Comunicação Social da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

QUINTANI, Pablo Filipe. **Trajetória política, reforma administrativa e ações para juventude: O caso da divisão para assuntos da juventude em Blumenau/SC**. 2015. 133 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

RIBEIRO, Zezéu. **Política para a Juventude**. Brasília: Centro de Documentação e Informação/Coordenação Edições Câmara, 2013.

ROCHA, Heber Silveira. **Juventude e Políticas Públicas: formação de agenda, elaboração de alternativas e embates no governo Lula**. 2012. 166 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo) - Fundação Getúlio Vargas/SP, São Paulo, 2012.

ROCHA, Heber Silveira. **Formação de agenda governamental e políticas públicas: o caso das políticas de juventude do Brasil e do México**. 2020. 204 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2020.

RODRIGUES, Julia Alves Marinho. **Análise de Redes e Políticas de Juventude**. 2008. 162 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

ROMANOSKI, Jacilene Teresinha. **Políticas públicas de juventude em Erechim-RS: entre o real e o ideal**. 2017. 200 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Erechim, 2017.

ROSA, Itamar da. **Análise sobre a constituição do campo político de formulação de políticas públicas de juventude**. 2014. 158 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

RUA, Maria das Graças. As políticas públicas e a juventude dos anos 90. In: RUA, Maria das Graças. **Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas**, v.2. Brasília: CNPD, 1998, p. 731-752.

RUGGIERI NETO, Mario Thiago. **O dispositivo de juventude e as políticas públicas no Brasil**. 2015. 73 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho/Marília, Marília, 2015.

SANTANA, Adenilma Oliveira. **Políticas de educação e juventudes de Salvador: nexos estratégicos**. 2017. 172 f. Dissertação (Mestrado em Educação e Contemporaneidade) – Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2017.

SANTANA, Thalisson Luiz Maia. **O processo de implementação da Política de Juventude na Bahia: o caso do Projeto Estúdio Multimeios**. 2017. 52 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

SANTOS, Dayane Aparecida dos. **A expansão de mecanismos de participação nos anos 2000: as políticas públicas de juventude**. 2020. -- f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2020.

SANTOS, Geórgia Patrícia Guimarães dos. **A(s) juventude(s) e a construção das políticas públicas no Brasil: avanços e perspectivas**. 2011. 181 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

SANTOS, Jonaza Glória dos. **Estigmas na educação: o encarceramento simbólico das juventudes do bairro América em Aracaju-SE**. 2016. 116 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

SANTOS, Larissa Lima; SANTOS, Camila Borges dos; e PEREIRA, Mailson Santos. Experiência de atuação no controle social das políticas públicas de juventude no Conselho Estadual de Juventude da Bahia. **Annuaire FAJE**, v. 03, p. 243-253, 2018.

SANTOS, Priscilla Ribeiro dos. **Capacidades estatais, participação e políticas de juventude no Brasil (2003-2014)**. 2017. 203 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2017.

SENA, Israel de Jesus. **Queixa escolar e adolescência: sentidos construídos em contexto de vulnerabilidade social em Camaçari-Bahia**. 2015. 231 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

SILVA, Jenair Alves da. **Juventude e Movimentos Sociais Juvenis em Natal/RN: Caracterização, Articulações e Contribuições à Política Pública de Juventude.** 2015. 120 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Urbanos e Regionais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.

SOARES, Renata. **Juventude, Juventudes: Construção da política municipal para jovens de São Lourenço – MG.** 2012. 90 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2012.

SPOSITO, Marília. Trajetórias na construção de Políticas Públicas de Juventude no Brasil. In: FREITAS, Maria Virgínia de e PAPA, Fernanda Carvalho de (orgs.). **Políticas Públicas: juventude em pauta.** São Paulo: Cortez, Ação Educativa, Fundação Friedrich Ebert, 2003. Cap. 3, p. 57-75.

SPOSITO, Marília; e CARRANO, Paulo César Rodrigues. Juventude e políticas públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, n. 24, set.-dez., 2003, p. 16-39.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: questões temáticas e de pesquisa. **Caderno CRH**, Salvador, n. 39, p. 11-24, jul.-dez. 2003a.

SOUZA, Celina. “Estado de Campo” da Pesquisa em Políticas Públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, n. 51, p. 15-20, fev. 2003b.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão de literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 16, dez. 2006, p. 20-45.

SOUZA, Celina. Estado da arte da pesquisa em políticas públicas. In: HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE, Marta; e MARQUES, Eduardo (orgs.). **Políticas Públicas no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007, p. 65-86.

SOUZA, Patrícia Lânes Araújo de. A participação nas políticas públicas de juventude: caminhos trilhados, caminhos a construir. In: PAPA, Fernanda Carvalho de e FREITAS, Maria Virgínia de (orgs.). **Juventude em Pauta: políticas públicas no Brasil.** São Paulo: Pierópolis, 2011, p. 163-189.

SOUZA, Wanderson Felício de. **Jovens, políticas públicas e estratégias administrativas: o papel das ideias e dos discursos na constituição do campo e na trajetória das políticas de juventude no Brasil.** 2016. 207 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo) – Fundação Getúlio Vargas/SP, São Paulo, 2016.

TAVARES, Breitner. Sociologia da Juventude: da juventude desviante ao protagonismo jovem da Unesco. **Sociologia e Cultura**, Goiânia, v. 15, n. 01, jan.-jun. 2012, p. 181-191.

TRANCOSO, Alcimar Enéas Rocha. **Juventudes: o conceito na produção científica brasileira.** 2012. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2012.

VALADÃO, Camila Costa. **A gente não quer só comida: políticas públicas para a juventude no Espírito Santo**. 2013. 125 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013.

VIEIRA, Michelle do Nascimento. **Conselho Estadual de Juventude: a experiência da construção de uma política pública de juventude na Bahia**. 2012. 50 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Metropolitana de Salvador, Salvador, 2012.

WEISHEIMER, Nilson. A construção social da juventude. IN: UNIVERSIDADE LUTERANA DO BRASIL. **Sociologia da Juventude**. Curitiba: Ipbex, 2008a, p. 15-32.

WEISHEIMER, Nilson. História da Sociologia da Juventude. IN: UNIVERSIDADE LUTERANA DO BRASIL. **Sociologia da Juventude**. Curitiba: Ipbex, 2008b, p. 33-55.

WEISHEIMER, Nilson. Apontamentos para uma sociologia da juventude. **Revista Cabo-verdiana de Ciências Sociais**, Cabo Verde, ano 1, n. 1, jan.-dez., 2013, p. 09-26.

APÊNDICE I

Roteiro de entrevista

Primeiro momento –

Me apresentar, falar da pesquisa que estou desenvolvendo para o Mestrado da Fundação Perseu Abramo: “As políticas públicas de juventude na Bahia”. Apresentar e colher a assinatura do TCLE.

Segundo momento –

1. *Solicitar informações do/a entrevistado/a: (dados gerais – nome, idade, formação acadêmica...)*

Me fale um pouco sobre você, de sua trajetória.

Caso o/a entrevistado não sinalizar a idade: (justificar argumento da pesquisa – no intuito de verificar a idade em que a pessoa esteve responsável pela pauta de juventude no governo ou no conselho)

Com quantos anos você está hoje?

2. Qual o período que você esteve envolvido com a pauta das políticas públicas de juventude no Governo do Estado (na gestão ou no conselho)?

Terceiro momento –

3. *Apresentar as perguntas específicas centrais da dissertação:*

Quando e como se deu a inserção da pauta da juventude nas ações do Governo do Estado da Bahia?

4. Quais os marcos da política pública de juventude na Bahia que você destacaria?

Se o/a entrevistado/a não destacar documentos, perguntar:

Quais documentos existentes sobre as políticas públicas de juventude no Governo do Estado da Bahia?

Caso apresente alguns documentos entre os marcos:

Existe algum outro documento importante?

Se não for documento que o pesquisador já possua:

É acessível, você tem como me passar?

5. Para você, quais foram (ou são) os atores importantes para as políticas públicas de juventude na Bahia? Por quê?

Caso a/o entrevistado/a falar de atores institucionais, perguntar:

E as pessoas?

Caso o/a entrevistado/a não considerar a instância do governo, perguntar:

E no Governo do Estado da Bahia?

6. Quais forças políticas estiveram presentes na política pública de juventude, no seu período? Que força política você representava?
7. Quais as políticas públicas estaduais de juventude desenvolvidas pelo Governo do Estado?

Após a sinalização das políticas, perguntar:

E na sua opinião, qual delas são mais relevantes, mais bem-sucedida? Porque?

8. Quais municípios são importantes para a pauta das políticas públicas de juventude na Bahia? Porque?
9. No período em que você esteve à frente da pauta das políticas públicas de juventude (gestão ou conselho) quais os avanços conquistados e desafios enfrentados?
10. Qual a importância das gestões petistas na construção das políticas públicas de juventude?

Deixar sem especificar o âmbito de gestão para ver o que surge, se nacional, estadual ou municipal, ainda que o interesse seja no cenário estadual. Se o/a entrevistado/a não sinalizar o contexto do cenário estadual, perguntar:

E no caso do Governo da Bahia?

11. Como você vê hoje a pauta das políticas públicas de juventude no Governo do Estado?

Buscar identificar como a pessoa está lendo o que está acontecendo. Caso não o/a entrevistado/a não explique as perspectivas futuras, perguntar:

Diante da conjuntura, como você enxerga as perspectivas daqui para frente?

Quarto momento

12. Que pessoas você acha importante de serem entrevistadas para essa pesquisa? Ou seja, quem você indicaria para eu entrevistar?

Agradecer a disponibilidade e concluir a entrevista.



Faculdade
Latino-Americana de
Ciências Sociais
Sede Brasil

APÊNDICE II

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Concordo em participar, como voluntário, do estudo que tem como pesquisador responsável o(a) pós-graduando(a) **Mailson Santos Pereira**, do curso de Maestría Estado, Gobierno y Políticas Públicas da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, que pode ser contatado pelo e-mail pereiramailson@msn.com e pelo telefone (75) 99136-8230. O estudo conforme foi informado pelo pesquisador refere-se à produção de pesquisa de dissertação, cujo tema são as políticas públicas de juventude na Bahia e objetivo é verificar o processo de construção do campo das políticas públicas de juventude no Governo do Estado da Bahia. Minha participação consistirá em conceder uma entrevista que será gravada e transcrita para fins acadêmicos. Os dados obtidos não serão divulgados, assegurando assim minha privacidade, a não ser com prévia autorização, e será preservado o anonimato dos participantes, salvo quando estabelecido outro acordo com minha anuência. O pós-graduando providenciará uma cópia da transcrição da entrevista para meu conhecimento. Além disso, sei que posso abandonar minha participação na pesquisa quando quiser e que não receberei nenhum pagamento por esta participação.

Assinatura

São Paulo, ____ de _____ de 2019